

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Tecnologia e Ciências
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia**

**Entre Campos e Cidades:
Uma busca pelas multiterritorialidades fluminense**



Fabrício Marini Fusco

**Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Junho de 2005**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Fabício Marini Fusco

**Entre Campos e Cidades:
uma busca pelas multiterritorialidades fluminense**

Dissertação

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Mestrado em Geografia

Orientador: Glaucio José Marafon

Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Agosto de 2005

FUSCO, Fabrício Marini
Entre Campos e Cidades: uma busca pelas
multiterritorialidades fluminense. Fabrício Marini Fusco _Rio de
Janeiro: [s.n.], 2005.

xvii, 143 f. : il. ; 31 cm.

Orientador: Glaucio José Marafon
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em
Geografia. 2005.

1. Rural. 2. Urbanização. 3. Território. 4. Geografia Humana. 5.
Ciências Sociais. I. Autor. II. Título.

Fabrcio Marini Fusco

Entre Campos e Cidades

Uma busca pelas multiterritorialidades fluminense

Dissertação submetida ao corpo docente do departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de mestrado em Geografia.

Aprovada

Prof. Dr. Glaucio José Marafon

(Presidente da banca)

Prof. Dr. João Rua

Prof. Dr. Miguel ngelo Ribeiro

Prof. Dr. lvaro Ferreira

Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Agosto de 2005

Esta dissertação é dedicada aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

- Agradeço, sobretudo, à minha família, fundamental na minha vida, dando-me todas as condições para que eu pudesse estar concluindo mais esta etapa da minha vida
- À minha querida Izumi, por toda a sua compreensão, apoio e críticas.
- Aos meus amigos, que durante inúmeras vezes tive que renunciar durante a confecção deste trabalho. Agradecimentos especiais ao meu grande amigo Raul, que em muito me auxiliou no processo de impressão deste trabalho.
- Ao professor Gláucio, por sua seriedade, amizade e firmeza, orientando sempre de maneira consciente e necessária. Sua presença foi fundamental para a realização desta dissertação.
- Ao professor João Rua, pelas diversas conversas e leituras. Seu conhecimento e amizade foram de indispensável inspiração para as reflexões aqui contidas.
- Ao professor Miguel Ângelo, por seu constante apoio e confiança no desenvolvimento das pesquisas dos jovens geógrafos.
- Ao professor Álvaro, por sua inabalável simpatia, sempre acessível quando solicitado.
- Ao professor Jorge Marques, um dos principais personagens responsáveis pela estruturação deste curso de Pós-Graduação.

- Aos professores e funcionários do Departamento de Geografia da UERJ, em especial aos professores Hindenburgo Pires, Mônica Sampaio e Gilmar Mascarenhas, cujas disciplinas cursadas contiveram férteis discussões, que de alguma forma também estão aqui presentes
- Aos diversos funcionários das prefeituras, técnicos da EMATER-RJ, produtores, comerciantes e moradores, assim como todos aqueles que colaboraram em nossas pesquisas pelos diversos municípios por nós visitados ao longo destes anos.
- Ao corpo docente do curso de especialização em Sociologia Urbana da UERJ, sobretudo aos professores Edmilson Rodrigues, Masé e Cléa Schiavo.
- À Renata e Cristiana, que me auxiliaram na elaboração do *Resumo* e *Abstract*.
- Aos companheiros de agora e de sempre: Demian, Zé Luis e João Gabriel. Minha jornada acadêmica foi e está intimamente ligada a estas amizades.
- A todos que fazem ou fizeram parte do NEGEF durante estes anos que com eles mantive contato. Obrigado.

Ao entardecer, debruçado pela janela,
E sabendo de soslaio que há campos em frente
Leio até me arderem os olhos
O livro de Cesário Verde.

Que pena tenho dele! Ele era um camponês
Que andava preso em liberdade pela cidade
Mas o modo como olhava para as casas,
E o modo como reparava nas ruas,
E a maneira como dava pelas cousas,
É o de quem olha para árvores,
E de quem desce os olhos pela estrada por onde vai andando
E anda a reparar pelas flores que há pelos campos ...

Por isso ele tinha aquela grande tristeza
Que ele nunca disse bem que tinha,
Mas andava na cidade como quem anda no campo
E triste como esmagar flores em livros
E pôr plantas em jarros ...

*Fernando Pessoa,
sob o heterônimo de Alberto Caeiro.*

RESUMO

O rural, atualmente, configura-se como uma dimensão alvo de profundas controvérsias e debates. Argumenta-se que a caracterização daquilo que seria considerado rural estruturou-se num raciocínio antagônico à vida urbana, muitas vezes resumida ao cotidiano da cidade e à lógica capitalista. Esta dissertação objetiva discutir a complexidade do termo rural, ressaltando sua natureza multifacetada. Para tanto, baseamo-nos, além de um amplo e necessário levantamento bibliográfico, em diversos trabalhos de campo. Tais incursões foram realizadas ao longo de minha trajetória acadêmica, com realização de campos em praticamente todas as Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro, com especial ênfase nas Regiões Norte Fluminense, Serrana e Médio Paraíba.

Ao tratarmos das principais vertentes que trabalham a questão das transformações em processo nos espaços rurais, constatamos uma crescente abordagem territorial trazida em muitos estudos. Na tentativa de se buscar alternativas à superada dicotomia rural/urbano, empenhamo-nos na produção de uma linha de análise geográfica à questão. É nesse viés que este trabalho se direciona, buscando demonstrar toda a complexidade existente no território fluminense, num esforço de trazer alguma contribuição sobre os estudos dedicados à questão rural.

PALAVRAS-CHAVE

Rural; Urbanização; Território.

ABSTRACT

The rural, currently, is configured as a dimension of deep controversy and discussion. One argues that characterization of that it would be considered rural was structuralized in an antagonistic reasoning to the urban life, many times summarized to the daily one of the city and the capitalist logic. This study aims to argue the complexity of the rural term, standing out its multifaceted nature. We are based, beyond an ample and necessary bibliographical survey, in diverse incursions to the studied area. Such incursions had been carried through my academic trajectory in practically all the Regions of Government of the Rio de Janeiro state, with special emphasis in the Norte Fluminense, Serrana and Médio Paraíba Regions.

When dealing with the main sources that work the rural spaces changes, we evidence the territorial boarding increase in many studies. Searching alternatives to the surpassed rural/urban dichotomy, we pledge in the production of a geographic analysis to the question. This research will contribute to demonstrate all the territorial complexity in Rio de Janeiro state in an effort to collaborate on the studies of the rural question.

KEYWORDS

Rural; Urbanization; Territory.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	
Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro	4
Mapa 2	
Investimentos decididos por empresas e setores de atividades econômicas	56
Mapa 3	
População das principais cidades do estado no período 1970/2004	59
Mapa 4	
Padrões da urbanização fluminense	87
Mapa 5	
Painel de multiterritorialidades do estado do Rio de Janeiro	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	
Quadro do pintor arcadista Watteau	14
Figura 2	
Cartaz do filme <i>O Terminal</i>	15
Figura 3	
Fotografia de autoria de Sebastião Salgado	24
Figura 4	
Porto do Rio de Janeiro	29
Figura 5	
Avenida Rio Branco	32
Figura 6	
Estação ferroviária de Barra Mansa	34
Figura 7	
Programa de eletrificação rural na África do Sul	39
Figura 8	
Modernização agrícola	42
Figura 9	
Hotel-fazenda	44
Figura 10	
Ponte Rio-Niterói	62
Figura 11	
CSN	66
Figura 12	
Lavoura de café em Varre-Sai	81
Figura 13	
Área de pasto em Itaperuna	82

Figura 14	
Entrepasto do CEASA- RJ em Nova Friburgo	84
Figura 15	
Fábrica da Volkswagen em Resende	89
Figura 16	
Festival em Penedo	92
Figura 17	
Pousada em Nova Friburgo	95
Figura 18	
Turismo histórico-cultural	96
Figura 19	
Armação dos Búzios	99
Figura 20	
Centro de Nova Friburgo	100
Figura 21	
Imagem de satélite de Macaé	104
Figura 22	
Esquema <i>Relação global / local</i>	109

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1	
Crescimento demográfico de Paris – séc. XIX.....	8
Gráfico 2	
População da cidade do Rio de Janeiro – 1940/2000	35
Gráfico 3	
População residente no estado do Rio de Janeiro	54
Gráfico 4	
Participação no PIB do Brasil	64
Gráfico 1	
Expansão média do PIB	102

Tabela 1	
População residente no estado do Rio de Janeiro	55
Tabela 2	
Maiores municípios receptores de Royalties.....	103

APRESENTAÇÃO

O que é o rural hoje?

Uma pergunta como essa, aparentemente banal, é responsável por uma polêmica discussão existente no seio das ciências sociais há alguns anos. Estaria o rural fadado a desaparecer? Qual o papel por ele assumido frente à sociedade contemporânea, global e, segundo alguns, pós-moderna?

Esta questão se apresentou para mim ainda no período da graduação.

Ingressei no NEGEF (Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense) no ano de 2001, como bolsista do projeto *O Papel do Complexo Agroindustrial Sucro-alcooleiro nas Transformações Sócio-espaciais do Norte Fluminense: o caso de Quissamã*. Tendo participado de diversas atividades do núcleo, ligadas a este e outros projetos por ele desenvolvidos, permaneci oficialmente até o ano de 2002, quando me formei. Contudo, tal fato não me fez desligar do grupo, na medida que ainda participo de algumas pesquisas desenvolvidas no mesmo.

Ainda no ano de 2001, iniciei minha pesquisa, que acabaria por resultar na monografia de final de curso, defendida no segundo semestre de 2002. Como a prioridade do grupo é voltar-se para o interior fluminense, acabei ficando encarregado de estudar a Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense. Entretanto, faltava-me escolher qual seria o fio condutor que direcionaria minha pesquisa nesta região.

A Região de Governo do Médio Paraíba é considerada a mais urbanizada do interior do estado. Sua vocação industrial aliou-se a um intenso desenvolvimento do terciário, fato comum a quase todas as expressivas aglomerações urbanas da

atualidade. Contudo, a região apresentava outras particularidades, como é o caso da pecuária leiteira, atividade bastante marcante da região. Esta prática é resultado de um processo histórico e social, que remonta ao período cafeeiro, onde a região se alçou como uma das principais áreas produtoras do Brasil. Naquele momento, considerava esta Região como um palco privilegiado para se refletir sobre a questão entre as relações entre cidade e campo, e sobre a própria idéia de rural. Entretanto, com o decorrer dos trabalhos de campo e associado à leituras posteriores, tive a percepção que tal problemática não é um atributo “exclusivo” do Médio Paraíba, pois suas questões estão presentes, de diferentes formas, em todo o território fluminense, este tomado como referencial empírico da pesquisa.

A partir destas observações iniciais é que procurei desenvolver minha pesquisa. Como se estabeleceriam as relações entre cidade e campo nesta região? Qual o papel que a agropecuária assume numa região amplamente e cada vez mais urbanizada? Os dados oficiais corresponderiam à realidade, ou estariam encobrindo certos aspectos?

Pude constatar ao término do trabalho que a realidade não se encerrava nestas simples proposições “urbanizantes”. Mas será que tal fato requer necessariamente uma supressão da dimensão rural? O que significaria esta dimensão rural? Será que as raízes rurais, “metamorfosadas”, permaneceriam permeando as relações sociais estabelecidas? Pareceu-me que meus objetivos, naquele momento, reuniram mais dúvidas do que possíveis certezas...

Este é o objetivo deste trabalho. Expandi o meu olhar para o estado do Rio de Janeiro. Aqui são apresentadas algumas das reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa, esperando que parte das dúvidas levantadas se apresentem um pouco mais claras. Por fim, gostaria de agradecer a todos que apoiaram e que vem tornando esta pesquisa possível, em especial aos Professores Gláucio José Marafon, Miguel Ângelo Ribeiro e João Rua, além dos demais membros do NEGEF. Meus sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – A Dicotomia Rural/Urbano: Impasses e Definições	6
<i>A cidade e a modernidade (o campo como negação do urbano)</i>	6
<i>A dicotomia rural-urbano e o “silêncio” da Geografia</i>	17
<i>O Rio de Janeiro e o projeto da modernidade</i>	27
Capítulo 2 – Desconstruindo Mitos: o Interior Fluminense e a Revalorização do Rural na Sociedade Contemporânea	38
<i>O processo de resignificação da dimensão rural</i>	38
<i>A relação metrópole x interior e o “esvaziamento” econômico fluminense</i>	52
<i>A emergência do território no debate acerca do rural</i>	69
Capítulo 3 - A Relação Cidade/Campo no Estado do Rio de Janeiro: Considerações sobre sua Complexidade Territorial	79
<i>Configurações da urbanização fluminense</i>	79
<i>As multiterritorialidades da relação cidade/campo</i>	105
Algumas considerações	125
Referências bibliográficas	131

INTRODUÇÃO

Existe um ponto pacífico entre os estudos que envolvem a dimensão rural nos dias de hoje¹: o fato deste estar sofrendo profundas alterações, de maneira que o conceito tradicionalmente construído não seria mais capaz de apreender a realidade. Ou seja, a conceituação de rural teria perdido sua capacidade analítica frente aos processos que passam os espaços rurais. É importante atentar que os conceitos são construções datadas historicamente, devendo ser remetidos aos contextos em que se originaram. Segundo Fourez (1995), nenhum conceito é construído ao acaso, “mas em função de interesses precisos, historicamente determinados, e que poderia ser interessante esclarecer em algum momento” (p.108). É neste viés que temos a emergência do debate acerca da necessidade de (re)definição e reflexão daquilo que seja considerado rural.

Nossa análise parte de uma questão central, já muito explicitada em diversos estudos: como trabalhar o conceito de rural face à dinâmica atual da sociedade? Para tanto, utilizaremos como recorte o espacial o estado do Rio de Janeiro, pelo fato deste apresentar certos aspectos propícios ao desenvolvimento de tal discussão, como mostraremos adiante. Desta questão central partimos para outros pontos, desdobrando para algumas questões secundárias, porém de igual relevância, como: seria o rural uma categoria ainda viável para pensarmos a realidade socio-espacial nos dias de hoje, sendo possível a constituição de um conceito geral de rural? De que maneira esta categoria pode auxiliar na interpretação de uma dada realidade, no caso, do interior fluminense? Qual a contribuição que a geografia pode oferecer para esta questão, e qual a dimensão (econômica, cultural, política, espacial) a ser privilegiada por ela em sua abordagem?

¹ Dentre os diversos autores brasileiros que desenvolveram importantes estudos dedicados à esta temática, podemos destacar Ricardo Abramovay, José Graziano da Silva, Roberto Moreira, Maria José Carneiro, João Rua, dentre outros importantes nomes.

Esta pesquisa é resultado de um amplo levantamento bibliográfico sobre o tema, onde objetivou-se reunir importantes estudos que contemplassem tal problemática. Além disso, forma de crucial importância os inúmeros trabalhos de campo, realizados desde o período da graduação e, sobretudo, a partir do momento que ingressei no NEGEF. Foram realizadas importantes incursões para praticamente todas as regiões do estado do Rio de Janeiro, com especial ênfase às Regiões Norte Fluminense, Serrana e Médio Paraíba. Nestas ocasiões, entrevistamos agricultores, representantes das prefeituras, moradores, empresários, técnicos da EMATER, dentre outros importantes personagens, fundamentais para dar cores à tela que se deseja visualizar. Durante este período, estes questionamentos foram se apresentando, de modo que agora procuramos melhor consolidar tal discussão. Foram utilizados, ainda, reportagens de jornal, material discutido em seminários envolvendo a realidade fluminense, pesquisas na internet, além de alguns dados relativos à população, PIB e economia, afim de melhor subsidiar a discussão por nós conduzida.

Como já é de amplo conhecimento, o interior do Rio de Janeiro possui um número insatisfatório de estudos destinados à compreensão de sua realidade. Este fato é bastante alardeado pelo meio acadêmico, onde se ressalta a necessidade de se viabilizar pesquisas que se preocupem em pensar as problemáticas do Rio de Janeiro. Em aspectos gerais, o nosso estado apresenta-se pouco mirado pelo olhar científico, sendo objeto de um montante ainda reduzido de estudos. Ao habitante que deseja obter maiores informações sobre o seu município, resta-lhe consultar relatórios estatísticos desenvolvidos por órgãos ligados ao governo., muitas vezes ausentes de maiores reflexões.

Um agravante refere-se ao fato de que, muitas vezes, restringimos o estado do Rio de Janeiro, em nosso pensamento e em nossas preocupações, somente à cidade do Rio de Janeiro. E além, pois nem sempre contemplamos aí a cidade toda, pois a referência de Rio de Janeiro no imaginário coletivo restringe-se, em grande medida, à zona sul, centro e em parcela da zona norte. E só. Ao interior do estado cabe uma desconfortável situação, configurando-se como um enorme

vazio de reflexões. Uma verdadeira interrogação que demanda por algumas respostas.

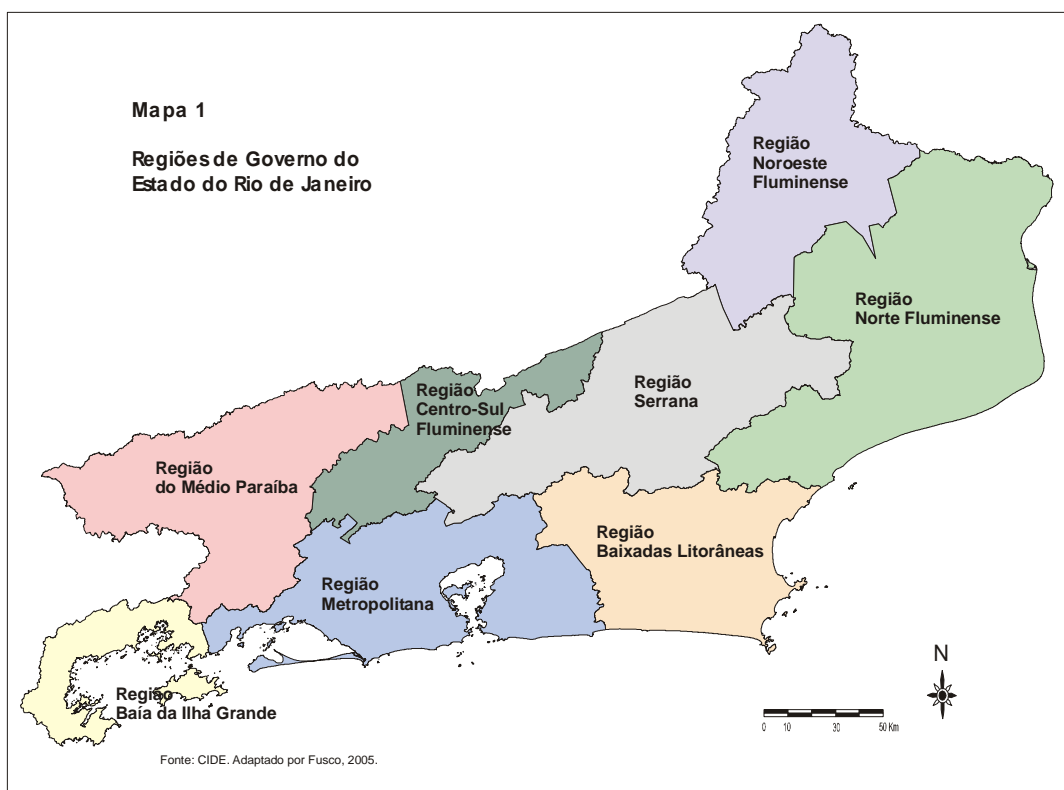
Tal fato nos estimulou a estudar o Rio de Janeiro, mormente o seu interior. Contudo, não podemos desconectá-lo de sua capital, pois esta se apresenta como um elemento fundamental para a (re)estruturação espacial que encontramos em seu entorno. E devemos analisar ainda o contexto em que o estado do Rio se insere em escala nacional. Este trabalho de inter-relação de escalas será uma das metas por nós pretendida, a fim de auxiliar no entendimento da dinâmica sócio-espacial fluminense. Percebemos, assim, que a escala deve ser uma dimensão valorizada nos estudos geográficos, pois é ela que confere visualidade aos fenômenos estudados, valorizando-os ou encobertando-os, de acordo com as pretensões da pesquisa. Nas palavras de Castro (1995, p.138), uma análise multiescalar representa “um jogo de relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversas”.

O mapa 1 retrata a regionalização oficial do estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo CIDE, que é o órgão vinculado ao governo estadual responsável pelo levantamento estatístico e territorial do estado. O estado do Rio de Janeiro está atualmente dividido em 8 regiões, denominadas *Regiões de Governo*, e constituídas a partir da agregação das microrregiões geográficas do IBGE. Em tese, tal regionalização teria como finalidade orientar o desenvolvimento de políticas públicas e o desenvolvimento de linhas de ação governamentais. Contudo, os critérios utilizados para a sua elaboração não são apresentados de maneira clara, e ainda são escassos os projetos pautados nas regiões, como nos mostrou Castro (2002 b).

Por oportuno, cabe esclarecer que o objetivo central do presente trabalho volta-se para a demonstração da complexidade existente nas relações estabelecidas entre cidade e campo, buscando desenvolver uma reflexão geográfica para tal problemática. Nesse sentido, voltamo-nos para analisar os significados referentes à dimensão rural nos dias de hoje, tendo como pano de fundo a realidade existente no território fluminense.

Para tanto, o presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *“A dicotomia rural/urbano: impasse e definições”* tem como objetivo abordar os princípios fundadores deste clássico antagonismo entre rural e urbano, cuja origem é analisada à luz da modernidade e de seus valores, tomando-a, desta forma, como um elemento essencial para a compreensão desta problemática. Outro tema a ser tratado refere-se especificamente ao campo científico geográfico, e como este se manifestou, historicamente, frente a esta questão. Por fim, introduziremos alguns aspectos referentes à experiência da modernidade no estado do Rio de Janeiro.

“Desconstruindo mitos: o interior fluminense e a revalorização do rural na sociedade contemporânea” é o título do segundo capítulo, que volta-se para a discussão sobre a multidimensionalidade do termo rural, ressaltando sua natureza multifacetada. Trataremos das principais vertentes que trabalham a questão das transformações em processo nos espaços rurais, procurando sempre contextualizá-las. Seguindo na reavaliação de algumas teses reducionistas, levantaremos alguns pontos referentes a alguns discursos bastante difundidos no



estado do Rio de Janeiro, como sobre a predominância do urbano; e à tradicional tese de seu esvaziamento econômico. Ao fim do capítulo, traremos uma discussão sobre a crescente valorização da dimensão espacial (sobretudo territorial) nos estudos que contemplam a complexidade existente nas relações cidade/campo.

O terceiro capítulo que responde pelo nome de “*A relação cidade/campo no estado do Rio de Janeiro: considerações sobre sua complexidade territorial*”, tem como objetivo central desenvolver uma reflexão acerca da dinâmica sócio-espacial fluminense, buscando analisar as diversas manifestações do rural e da relação cidade/campo no seu espaço, tomando alguns casos ilustrativos considerados de maior representatividade. Procuramos, ao final, dar uma contribuição, sinalizando como a geografia, utilizando-se do conceito de território, pode auxiliar no desvendamento desta complexa trama de agentes que envolvem as relações entre urbano e rural.

Desta forma, é por esta trilha que a presente dissertação se orienta. Cabe explicitar que em momento algum tivemos a pretensão de esgotar este tema, que há anos permeia o debate científico. Não acreditamos em respostas definitivas e absolutas para esta e qualquer questão, pois nenhuma realidade é absoluta e terminada, tampouco as problemáticas que a envolvem. Cabe, assim, ao pesquisador, estar atento para estas incessantes transformações, imprimindo as reflexões necessárias para auxiliar no seu desvendamento. Levando em contas as limitações impostas, o esforço aqui concentra-se numa tentativa de estruturação de uma abordagem sobre a questão rural/urbano, a partir de uma análise da realidade existente no estado do Rio de Janeiro.

Capítulo 1

A DICOTOMIA RURAL/URBANO: IMPASSES E DEFINIÇÕES

Argumenta-se que a caracterização daquilo que seria considerado rural estruturou-se num raciocínio antagônico à vida urbana, muitas vezes resumida ao cotidiano da cidade e à lógica capitalista. Neste capítulo iremos abordar os princípios fundadores deste antagonismo, analisados à luz da modernidade e de seus valores, tomando-a, desta forma, como um elemento essencial para a compreensão desta problemática. Em seguida, trataremos especificamente no campo científico geográfico, e como este tangenciou, historicamente, esta questão. Por fim, introduziremos alguns aspectos referentes à experiência da modernidade no estado do Rio de Janeiro.

A cidade e a modernidade (o campo como negação do urbano)

De maneira geral, podemos definir epistemologia como a área do conhecimento que submete a prática dos cientistas à reflexão. Desta forma, “(...) o campo de intervenção da epistemologia, mais modestamente admitido, é a análise crítica da validade e da eficácia dos conceitos fundamentais e, portanto, dos princípios e dos resultados da pesquisa científica” (Gomes, 2000, p. 39). A epistemologia não pode prescindir de uma dimensão histórica em sua análise, apesar de não se resumir a esta. Tem como foco o discurso de uma ciência, analisando o processo de construção de seu objeto, métodos e conceitos.

Tendo isto como pressuposto é que pretendemos abordar esta discussão sobre o rural, pois temos como pressuposto que a ciência é uma construção social, constituída a partir da atividade coletiva das pessoas que a praticam, emersas em seus devidos contextos sociais e históricos. Base fundamental para a estruturação do discurso das ciências modernas, a razão foi / é alvo de profundas reflexões

sobre a sua natureza e seus princípios. O debate marcou-se, dentre outras questões, sobre se a razão seria inata ao ser humano ou adquirida empiricamente (Chauí, 1995). A partir de uma ótica estruturalista, podemos conceber a razão a partir de uma construção histórica. Segundo Chauí (1995, p.84),

Influenciados pelo estruturalismo, vários filósofos franceses, como Michael Foucault, Jacques Derrida e Giles Delleuze, estudando a história da filosofia, das ciências, da sociedade, das artes e das técnicas, disseram que, sem dúvida, a razão é histórica – isto é, muda temporalmente – mas essa história não é cumulativa, evolutiva, progressiva e contínua. Pelo contrário, é descontínua, se realiza por saltos e cada estrutura nova da razão possui um sentido próprio, válido apenas para ela.

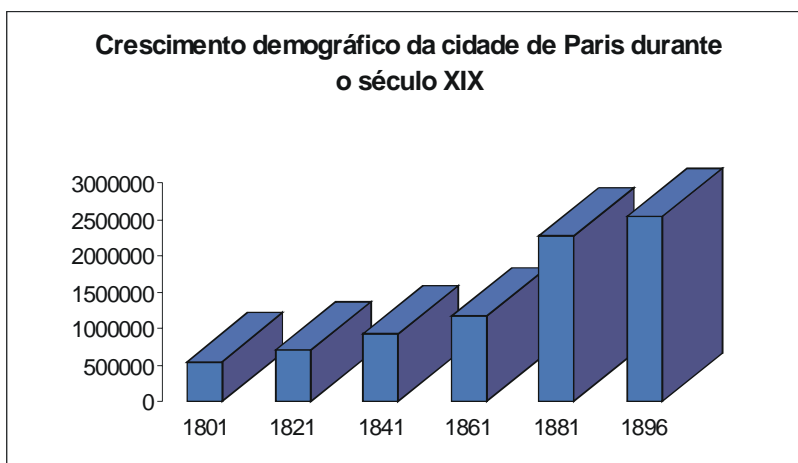
Nesse sentido, a discussão não deveria se portar na razão em si, mas nas estruturas sociais que a fundam, já que esta é determinada a partir dos valores presentes na sociedade em um dado momento histórico, sendo condizente com este. O que buscamos fazer, por meio deste breve preâmbulo, seria demonstrar, em analogia, que a idéia de rural é uma construção social e histórica, por ser cunhado por determinadas pessoas em determinado(s) momento(s), pertencentes a determinadas classes e a partir de valores e objetivos referenciais. A concepção de rural, como foi tradicionalmente concebida, foi fundamental para a compreensão de determinados aspectos de um dado momento histórico ¹. Deste modo, as análises não devem focar se determinado aspecto é necessariamente rural ou não, mas antes o que está sendo considerado como rural.

O imaginário que alimenta nossas referências sobre o que consiste o rural marcou-se em oposição ao crescimento das grandes cidades européias nos séculos XVII / XIX (vide gráfico 1), e seus símbolos estão intimamente ligados a um olhar tipicamente europeu. Contudo, não seria prudente pensar o rural nos mesmos moldes para os dias de hoje, como se a realidade fosse algo imutável.

¹ A ciência, no mundo de hoje, é de alguma forma uma ciência ideológica. Para cada tipo de sociedade há um estilo próprio de ciência, que difere de outros possíveis estilos pelo conteúdo, pelas suas prioridades, pelos

Torna-se imperativo que a interpretemos a partir de sua dinamicidade, assim como os seus rebatimentos espaciais, que estão em constante processo de realização. Segundo Mingione e Pugliese (1982), a dicotomia rural/urbano se mostrou pertinente para o entendimento da realidade vivenciada na transição das sociedades pré-industriais para as sociedades capitalistas, apesar de diversos cientistas ainda se apoiarem nesta relação para a elaboração de modelos para a realidade atual.

Gráfico 1



Fonte: Sennett, 2002.

Devemos atentar que a noção de rural deve ser entendida como uma elaboração a partir de determinadas condições e circunstâncias sociais (Martins, 1981). Temos em Martins a argumentação das noções de rural e urbano enquanto realidades internamente homogêneas e polarizadas, que constituíram-se a partir daquilo que denomina de *ambigüidade de origem* da sociologia, através da dualidade conservadorismo /cientificismo ². A partir desta ambigüidade de origem que se fundaram dicotomias como: tradicional/moderno; pré-capitalista/capitalista; rural/urbano; etc., pois conforme afirma Martins,

métodos de pesquisa, pelos critérios de verdade e pelas características sociológicas do próprio grupo de pesquisadores (Almeida, 1987/1988, p.9)

A hipótese consiste basicamente em que a ambigüidade de origem da sociologia desdobra-se nas dicotomias, de tal modo que em cada termo da dicotomia não haja ambigüidade e que na interpretação da vida social o mundo é que pareça ambíguo (Martins, 1981, p.23).

Esta dicotomia rural/urbano, tão debatida nos últimos anos, principalmente entre estudiosos das ciências sociais, tem suas raízes fundamentadas no contexto da modernidade, na medida que esta trazia consigo a idéia da transitoriedade, do progresso e da racionalidade, numa abordagem evolutiva da sociedade. As raízes da modernidade podem ser situadas como uma oposição ao mundo pagão existente na Idade Média, cuja vida era fortemente regida pelos ciclos da natureza. Contudo, é somente no século XVII que temos a emergência da modernidade de fato, como a entendemos hoje. Possuindo como principais marcos as Revoluções Industrial e Francesa, a modernidade teve como um de seus fundamentos o ideário Iluminista, cuja natureza remonta ao pensamento clássico da Antiguidade, como contraste ao pensamento que vigorava no mundo medieval. Em outras palavras, a razão Iluminista em contraposição ao sagrado medieval (Kumar, 1997).

Vale destacar que o pensamento moderno caracteriza-se pelo seu caráter mutante, e o passado representa apenas uma retrospectiva referencial a fim de trazer contribuições para as realizações futuras, para onde a modernidade se voltava. Segundo Harvey (2003), a modernidade “não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes” (p.22). Desta maneira entendemos a modernidade com um período de constantes transformações, representadas por um

² O autor desenvolve esta questão a partir da análise de três pensadores: Mannheim, Nisbet e Lefebvre, que teriam se dedicado à esta temática. Para aprofundar a reflexão, consultar Martins (1981) e Paulino (2000).

rompimento completo com o passado, um novo começo baseado em princípios radicalmente novos. E significava também o ingresso em um tempo futuro expandido de forma infinita, um tempo para progressos sem precedentes na evolução da humanidade (Kumar, 1997, p. 91).

Berman (1987) ressalta o caráter revolucionário da modernidade e sua capacidade simultaneamente destrutiva e criativa. Para o autor, a modernidade é responsável por uma unificação paradoxal, pois é responsável por uma acentuação das contradições e ambigüidades existentes. É nesse momento de extrema conturbação que temos o surgimento das grandes cidades, cuja realidade era recente para o ser humano, diferentemente da vivência no campo, a qual já estava “acostumado”. As cidades, como produto da modernidade e da realização da economia capitalista, demandavam por estudos que explicassem a sua natureza, fazendo surgir à questão da problemática urbana. Textos de Charles Baudelaire, Edgar Allan Poe, Georg Simmel e Walter Benjamin, dentre outros, desenham o quadro de desconforto, inquietude e perplexidade do homem diante da cidade neste momento, que surge diante dele como um ente desconhecido, enigmático, que necessita ser desvendado. A modernidade se apresenta como um período de intensas e rápidas transformações, como pode ser percebido nos versos de Baudelaire reproduzidos a seguir:

Paris mudou! porém minha nostalgia
É sempre igual: torreões, andaimes, lajedos,
Arrebaldes, em tudo eu vejo alegoria
Minhas lembranças são mais pesadas que rochedos.
(Baudelaire, 2003, p.100)

Nesse sentido partimos da noção que a cidade não se refere meramente ao seu aspecto físico, às suas construções, mas sim como obra, fazendo com que esta expresse uma linguagem, configurando-se enquanto um produto do gênio

humano. Tal qual uma obra de arte, a cidade aparece como aquilo que pode eternizar o homem. Nas palavras de Lefebvre,

(...) a cidade é obra, a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam esta obra nas condições históricas (2001, p.46).

Como obra resultante destas condições históricas, podemos traçar, de acordo com Schorske (2000), três grandes concepções de cidade desenvolvidas nos últimos duzentos anos: a cidade enquanto virtude, a cidade enquanto vício e a cidade além do bem e do mal.

De acordo com Schorske (2000), desde a Renascença a cidade assume um papel centralizador da dinâmica social. A vida política, enquanto processo de autoconsciência do homem sobre sua história do mundo, concede sentido à cidade e sua dinâmica. Desenvolve-se no século XVIII, a partir dos princípios fundados no Iluminismo, a concepção de cidade como virtude. Tendo Voltaire como um de seus principais pensadores, esta visão de cidade relacionava-se a idéia de progresso da vida moderna, aos prazeres e ao lazer. Considerava a aristocracia como o agente crucial do progresso dos costumes, com sua vida de ócio e sensualidade refinada em função do princípio do prazer. Estes possuíam o importante papel de incutir nas camadas mais populares o desejo de melhorar de vida. Tal aspiração resultaria num estímulo ao progresso e ao bom gosto, aperfeiçoando, assim, as artes da civilização (Schorske, 2000).

O advento da industrialização traz consigo uma nova visão de cidade. Tratada com um espaço de crescimento desordenado, a cidade da indústria é agora compreendida como a cidade do vício. A cidade seria, então, tratada como o lócus da pobreza, da deterioração e do perigo. “A cidade como símbolo ficou presa na rede psicológica de esperanças frustradas” (Schorske, 2000). Neste quadro,

podem ser traçadas duas correntes críticas à cena urbana industrial: arcaizantes e futuristas. Para os arcaizantes era praticamente impossível uma boa condição de vida nas cidades modernas, enquanto os críticos futuristas eram, em grande parte, reformistas sociais e socialistas.

Como se compara a cidade como vício de 1900 com aquela da cidade enquanto virtude de cem anos antes? Para os futuristas de 1900, a cidade possuía vícios, assim como possuía virtudes para Voltaire e Smith. Mas eles acreditavam que estes vícios podiam ser superados pelas energias sociais nascidas da própria cidade. Em contraste, os neo-arcaístas invertiam totalmente os valores de Fichte: para o filósofo, a cidade encarnava a virtude numa forma social que deveria ser imitada; para eles, ela encarnava o vício e deveria ser destruída (Schorske, 2000, p.66).

Em meados do século XIX surge uma nova visão sobre a cidade. Tendo Baudelaire como seu principal representante, e baseada filosoficamente nas reflexões de Friedrich Nietzsche, esta corrente irá questionar a primazia da razão humana, assim como o sentido da história e dos valores morais da sociedade. Como as noções de vício e virtude ficaram um tanto embaçadas frente a este pensamento, a cidade foi situada como algo para além do bem e do mal. “A força dos preconceitos penetrou profundamente no mundo intelectualizado, aparentemente mais frio, mais livre de pressupostos e, como é evidente, teve os efeitos mais perniciosos porque o entrou, cegou e desnaturou” (Nietzsche, 2002, p.52).

As implicações da experiência moderna, representada pela realidade vivida nas metrópoles, é o tema abordado por Simmel (1973) em sua histórica conferência (*A Metrópole e a Vida Mental*). Para Simmel, a metrópole se constitui como o locus da vida moderna, sede da economia e da reprodução capitalista, propício ao desenvolvimento do intelecto. Nesse ambiente de intensa racionalidade, o indivíduo seria alvo daquilo que chama de “esmagadoras forças sociais”, que por sua vez provocariam uma fragmentação e uma racionalização das relações humanas, além de uma profunda especialização das atividades praticadas, resultando assim no desenvolvimento de uma cultura objetiva.

Desta maneira Simmel contrapõe, por analogia, a vida urbana à vida rural, caracterizada por espaço tradicional, um tempo mais lento, naturalizado, calcado em grande medida em relações primárias e de parentesco. Esta relação do rural com a natureza foi anteriormente revalorizado pelo movimento Arcadista europeu, como podemos perceber na figura 1. O clima bucólico retratado no quadro de Watteau nos mostra a vida no campo representada a partir de um clima sereno, pastoril, num retorno à natureza, em contraposição à vida agitada e degradada dos grandes centros urbanos que se afirmaram no contexto da Revolução Industrial. Nestas condições é que temos o surgimento de uma posição antagônica entre o rural e o urbano (figura 2). A cidade passa a ser referida como o foco irradiador de desenvolvimento, o local onde se produz uma cultura específica, a *cultura urbana*, como procuravam apontar diversos estudos realizados pela *Escola de Chicago*, em especial os desenvolvidos por Wirth. O trecho abaixo representa a natureza dos estudos de Wirth.

As influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que poderia indicar a proporção da população urbana, pois a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo (Wirth, 1973, p.91).

Segundo Gottdiener (1997), a Escola de Chicago pode ser dividida em duas “gerações”, sendo que ambas pensavam a cidade com uma forte analogia biológica, entendendo-a como um verdadeiro organismo social (aproximando-se da perspectiva de Durkheim³). A primeira geração (década de 20, cujos principais pensadores foram Park, Wirth, Burgess, dentre outros) entendia a cidade como o espaço emergente de competição econômica e de uma conseqüente

³ Considerado por muitos como o fundador da sociologia, Durkheim tinha como principal preocupação desenvolver uma metodologia que levasse o reconhecimento da sociologia enquanto ciência. Desta forma, Durkheim buscou definir qual seria o objeto de estudo das Ciências Sociais, denominando-o de *fato social*. Ver Durkheim, 2003.

complexificação da divisão do trabalho, consolidando uma oposição com os ambientes rurais. A segunda geração, surgida no período pós-II Guerra Mundial (Hawley, Schnore, Duncan) resgata a abordagem ecológica com um novo enfoque: trocando a forma espacial por si mesma por uma rede funcional interdependente, valorizaram uma perspectiva sistêmica entre as cidades. Este período foi marcado por um crescente processo de metropolização a partir de um intenso processo de urbanização, onde as ciências foram “encarregadas” de desenvolver diversos estudos para fins de planejamento⁴. Contudo, tal abordagem é alvo de profundas críticas (Castells, 1983), pois naturaliza os problemas urbanos, ignorando o debate sobre o conflito de classes existente na cidade enquanto um espaço produzido no seio do sistema capitalista.

Figura 1



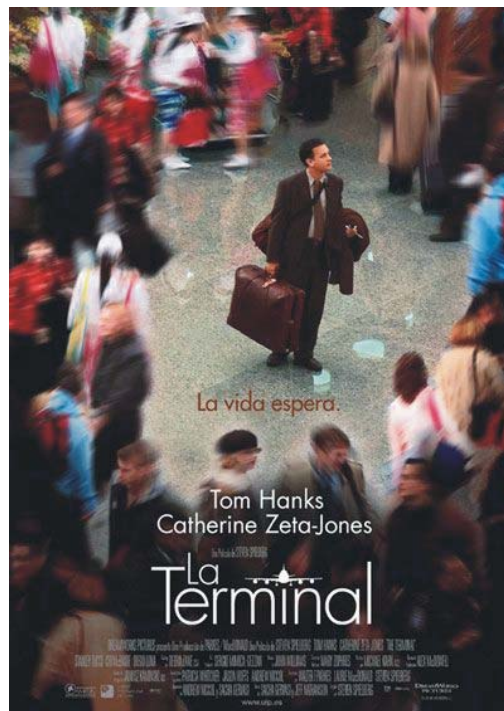
Quadro do pintor arcadista francês Watteau, do século XVIII.
O campo é representado como um espaço de serenidade,
de intimidade, cujo tempo é regido pela Natureza.

Fonte: www.terra.com.br/.../arcadismo/arcadismo_3.htm

⁴ Segundo os interesses hegemônicos de ordenação, modernização e controle urbano, possibilitando uma ampliação das condições de reprodução do capital. A Geografia também participou deste momento, tendo em vista o desenvolvimento da Geografia Quantitativa/Pragmática, como veremos em seguida.

Aqui buscaremos trabalhar com a idéia de urbanização numa concepção mais ampla do que simplesmente a de uma disseminação de edificações e de uma infra-estrutura, pois assim recairíamos nas falhas contidas nas análises baseadas numa urbanização formal. Esta é, inclusive, umas das dificuldades existentes, pois tal análise torna-se de difícil mensuração, como nos mostra Rua (2001 a), já que os dados estatísticos oficiais, que auxiliariam nas análises pretendidas, tomam por critério parâmetros passíveis de serem questionados, como veremos adiante.

Figura 2



Cartaz do filme *O Terminal*.

Podemos perceber o contraste do personagem central diante da intensa dinâmica de pessoas que cruzam o sagão do aeroporto, espaço de potencialização do movimento, do efêmero e da impessoalidade.

Fonte: cine.publispain.com/.../La_terminal/

Aliamo-nos ao pensamento de Limonad, que considera a urbanização como um elemento integrante do “processo geral de estruturação da sociedade e do território” (Limonad, 1996, p.28). O espaço enquanto uma produção social e

histórica resultaria de um movimento dialético de conflito entre o velho e o novo, condição e condicionante das relações sociais e de produção, responsável pelo (re)arranjo e (re)estruturação dos territórios. Em suma, a idéia de reestruturação implicaria em “fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla irresoluta de continuidade e mudança” (Soja, 1993, p.194). Contudo, é imperativo reafirmar que a dinâmica existente entre forma e função não se realiza de maneira sincrônica, pois existem descompassos entre produção social e produção espacial.

Nesse sentido, ampliaremos nossa concepção de rural, englobando aspectos ligados à disseminação de valores, hábitos e comportamentos tratados tipicamente como urbanos. Contudo, a inserção de novas práticas sociais urbanas em ambientes rurais não significa que estes espaços venham a se tornar urbanos, já que o local responde e condiciona o estabelecimento das verticalidades ⁵, numa “gestação de um espaço híbrido que não podem ser explicados apenas pelas concepções tradicionais de urbano e rural” (Rua, 2001, pl.39). Segundo Ortiz (2003), a mundialização cultural se realiza por meio do cotidiano, através de uma série de hábitos e valores incorporados em diversas áreas pelo mundo e que passam a fazer parte do dia-a-dia de determinadas pessoas. Contudo, é importante atentarmos para a necessidade das práticas sociais responderem às particularidades existentes no local. Não podemos perder de vista este prisma, pois acreditamos que seria imprudente abandonar a dialética e o embate global/local ⁶ nestas análises.

Objetivamos, neste tópico, abordar a fundamentação da noção de rural como sinônimo de espaço atrasado, frente à modernização existente nos espaços urbanos. Como destacou Mendras, a cidade passou a ser entendida como o “motor do progresso; em seu seio nascem as técnicas, as idéias revolucionárias, os novos modos de vida, que em seguida se difundem pelas áreas rústicas

⁵ Regras e normas externas ao local, estabelecidas em função das redes, de acordo com as ambições dos atores hegemônicos (Santos, 1996).

⁶ “A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade” (Santos, 2002 a., p. 338).

circunvizinhas” (2002, p.34). Vemos, então, uma intrínseca ligação desta ideologia urbana com o contexto da modernidade, onde emerge o fato urbano associado a uma crescente industrialização e como um atributo da sociedade capitalista moderna. Aos espaços rurais caberia um papel secundário, frente à “liderança” exercida pela sociedade capitalista sediada nas cidades. A seguir, veremos, de maneira breve, como foram desenvolvidos pelas ciências humanas, em especial a Geografia, os estudos referentes aos espaços rurais.

A dicotomia rural-urbano e o “silêncio” da Geografia

Pode-se argumentar que, de maneira geral, a geografia agrária não desenvolveu, ao longo de grande parte de sua história, estudos sobre a problemática acerca do rural como seu objeto de estudo. Para Lages e Texeira (1997), existe uma tradição dos geógrafos interessarem-se por estudos voltados para áreas urbanas. “A intensa mobilidade de populações no sentido rural-urbano, as atividades motoras do modo de produção vigente ou majoritário vão localizar as forças motrizes nas cidades” (Lages e Texeira, 1997, p.21), pois estas permitem a reprodução ampliada do capital, além de concentrar o poder político. Como os processos e as inovações seriam irradiados pelas cidades, estas passaram a serem valorizadas nos estudos acadêmicos, em detrimento dos estudos voltados às áreas rurais⁷.

A revalorização da dimensão rural é uma questão recente, que como veremos mais adiante, que emerge no bojo de discussões atuais, como a pós-modernidade e a globalização. O espaço passa por novos processos de resignificação que o faz necessitar de novos instrumentais de análise. Sendo assim, a tradicional qualificação de rural não corresponderia mais a esse novo contexto em que a sociedade passa, pois não abarcaria os fenômenos que constantemente criam e recriam as formas e conteúdos presentes no espaço. O espaço rural era tratado, não apenas para a Geografia como para as demais ciências sociais, como o lócus

da atividade agrícola. Aqui trazemos dois trechos de Valverde, cuja contribuição à Geografia brasileira é incalculável, como que representando esta escola “tradicional”⁸.

As casas rurais típicas do Vale do Itacecuru têm, em geral, paredes de sopapo, forma retangular, muitas vezes com um “puxado” atrás, para a cozinha. A cobertura é de folhas de babaçu. Entremeadas nestas casas, e com elas quase rivalizando em número, há outras casas cujas paredes são feitas também de palha da palmeira (Valverde, 1985, p. 172).

Aí, a principal cultura é a uva. A paisagem agrária é de notável beleza: os retângulos dos parreirais revestem algumas encostas suaves, de preferência as voltadas para o norte. As casas revelam uma condição próspera, sendo algumas de tijolo, mas a maioria com paredes feitas de tábuas verticais, tendo um e, às vezes, dois andares. É comum o porão de pedra para abrigar a adega (Valverde, 1985, p. 80).

Podemos reiterar, a partir destes trechos, a grande vinculação da idéia concebida de rural com o tradicional, o rústico e o agrícola. Nas palavras de Moreira, “a ruralidade estava sujeita aos domínios da natureza e da tradição” (Moreira, 2002, p.2). Nesse sentido, temos o rural tratado numa lógica dicotômica com o urbano, como nos referimos anteriormente. Na geografia tradicional (sobretudo referente à escola francesa) as análises estavam focadas basicamente na diferenciação dos lugares, a partir dos tipos e aspectos existentes em cada área estudada. Desta forma, as descrições resultariam em um verdadeiro inventário das características encontradas naquela paisagem. A paisagem, por sua vez, causaria impressões ao pesquisador, que combinadas a outros elementos e sistematizadas pelo pensamento lógico, levaria à explicação (Moraes, 2002).

⁷ Importantes estudos foram realizados por geógrafos tendo com temas espaços urbanos e espaços rurais (Pedro Pinchas Geiger, Lisy Bernardes, Orlando Valverde, etc). O que estamos apontando é que a relação cidade/campo não se constituía explicitamente como uma problemática nestes trabalhos.

⁸ Seria imprudente, entretanto, restringir Valverde a esta caracterização, já que outros temas povoavam seus trabalhos, como uma marcante preocupação com a questão social no Brasil. Tal fator é facilmente perceptível em seu texto “*Gênese e Evolução do Problema Agrário Brasileiro*”(1985), onde procura provar, a controversa de outros autores, a existência de um real problema agrário brasileiro, verificando suas possíveis causas.

Tal postura é justificável, pois estes artigos foram escritos no final da década de 50, e neste momento ainda não era perceptível, em larga escala como hoje, as transformações passadas pelo meio rural. O Brasil iniciava seu período de intensa urbanização, e o rural ainda se refletia como uma espécie de antítese do urbano. Paisagens tão diferenciadas conduziram à impressão de que estes espaços representavam realidades distintas, não conectadas e até mesmo opostas. A geografia positivista relacionava, de maneira geral, os espaços rurais à atividade agrícola, admitindo-se uma correspondência direta entre estes termos, e consolidando uma imagem de rural como o lócus desta atividade, apesar de se configurarem enquanto termos díspares. Quanto a esta diferenciação, trazemos as palavras de Scheneider:

No espaço rural coexistem atividades rurais e agrícolas – espaço da produção agrícola de subsistência e o local de moradia dos membros das famílias rurais que trabalham em atividades não agrícolas. Ao passo que no espaço agrícola predominam as atividades agrárias, direta e exclusivamente ligadas ao cultivo da terra e à produção (Scheneider, 1999, p.170).

Scheneider trabalha com a idéia de espaços periurbanos, na perspectiva semelhante adotada por Turnowski (1992). Este, baseando-se no pensamento de Bozzano (1990), definiu periurbano como aquele espaço de caráter transitório entre o campo e a cidade, “entendido como o ambiente de contato entre dois sistemas diferenciados” (Turnowski, 1992, p.88). Seria um espaço que se beneficia da proximidade do mercado urbano, seja pela instalação de plantas industriais e de outras atividades urbanas que requeiram amplos espaços ou disponibilidade de recursos minerais. Parques, pesque-pagues, assim como algumas atividades agropecuárias, como a horticultura e a produção agrícola “de luxo” (como rãs, trutas, scargots, cabras, entre outros) seriam características destes espaços perirubanos.

Esta concepção baseou-se na idéia de que existiria um *continuum rural-urbano*, uma espécie de transição entre o urbano e o rural, como numa “escala evolutiva”.

Objetivava, inicialmente, romper com a dicotomia rural/urbana, na medida que buscava demonstrar que estes espaços não se configuram de maneira isolada, mas que se inter-relacionavam. Contudo, acabaria por reforçar esta clássica oposição entre cidade e campo, pois cada um destes representaria um pólo, configurando realidades antagônicas. Isto se daria de maneira que se constituísse uma espécie de escala evolutiva, criando uma gradação entre um pólo (cidade) e o outro (campo).

Segundo Paulino (2000), a dualidade persistiria, apesar das gradações intermediárias definidas a partir da maior ou menor presença de elementos rurais ou urbanos. Ainda segundo o autor, o rural permaneceria numa posição de subordinação em relação ao meio urbano, com suas tendências dominantes e desarticulantes. Para Wanderley (2001), a concepção de um *continnun* corresponderia a uma visão “urbano-centrada” que tenderia a um processo de homogeneização sócio-espacial. Na opinião de Castells, tal modelo faz com que entendamos que

A evolução de um pólo para outro se faz naturalmente, pelo aumento da heterogeneidade social e das possibilidades de interação, à medida que a sociedade aumenta (p.104) (...) Esta construção sendo ideal-típica, nenhuma sociedade lhe corresponde plenamente, mas qualquer sociedade coloca-se ao longo deste *continuum*, ainda que diferentes traços enunciados se propaguem em condições diversas conforme o grau de evolução social (Castells, 1983, p.105).

Este trecho, retirado do livro *A Questão Urbana*, se refere a uma análise realizada por Castells sobre a abordagem empreendida pela *Escola de Chicago*. Com uma forte influência do estruturalismo de Althusser, Castells empreende uma ampla crítica à ciência urbana convencional, rejeitando o urbano como uma unidade ideológica (Gottdiener, 1997). Uma das principais críticas dirigidas por Castells refere-se à visão evolucionista (continuum rural/urbano) e ecológica da cidade destes pensadores, assim como a premissa de que a cidade seria capaz de produzir uma cultura específica, uma cultura urbana, apenas pelo fato da cidade

apresentar um espaço de densificação e heterogeneidade superiores ao campo. Castells considera o urbano como uma unidade espacial da reprodução da força de trabalho, estabelecendo a estrutura econômica como principal elo conceitual de uma teoria do espaço urbano.

Contudo, a análise marxista também não foi responsável pela alteração do quadro apresentado. É sabido que o marxismo tradicionalmente privilegiou o tempo em detrimento de um debate sobre a produção do espaço. O tempo era tratado como o conceito essencialmente dinâmico, dialético, frente a um espaço estático, mero suporte da vida humana. “Quanto mais Marx organiza o seu raciocínio com referência constante ao tempo (e a história foi encontrada reorganizada) mais ele se mostra indiferente aos problemas do espaço” (Lacoste, 2003, p.140).

Tal ênfase ao tempo feita por Marx refere-se mais a uma opção metodológica do que com o “descaso” com a análise espacial. Neste momento, interessava a Marx estudar o desenvolvimento do modo de produção capitalista e compreender as homogeneidades proporcionadas por estas novas relações (Harvey, 2005). Uma análise espacial conduziria, inevitavelmente, à diferenciação. Contudo, Soja (1993, p.108) destaca que, além deste elemento, o fato dos *Grundrisse* terem sido traduzidos para o inglês tardiamente favoreceu este aspecto aparentemente a-espacial de seus escritos. Segundo Soja, Marx nunca teria concluído os seus volumes subsequentes do *Capital*, e existiria nestes *Grundrisse* indícios das preocupações espaciais de Marx. Desta forma, valorizou-se as análises existentes no *Capital*, onde o espaço, em primeira análise, não foi valorizado.

O espaço só volta a configurar como uma dimensão de relevância analítica a partir de meados do século XX, por meio de alguns nomes ligados à sociologia urbana francesa. Dentre os pensadores que tem o espaço como importante referência, destaca-se a figura de Henri Lefebvre. Com uma formação marxista, este filósofo cumpriu um fundamental papel (em especial para nós, geógrafos). na revalorização do conceito de espaço. Segundo Gomes (2000, p.300), sua importância é incontestável, pois revelou a produção do espaço como uma dimensão essencial da construção social da realidade. Para Lefebvre, o espaço,

juntamente com o tempo, se apresentaria como um conceito indispensável para a interpretação da dinâmica social.

Lefebvre considera que a urbanização é um fenômeno inexorável, a ponto da sociedade humana vir a se tornar essencialmente urbana. Desta forma, temos o rural numa situação de “submissão” frente à difusão do fenômeno urbano na sociedade. Em outras palavras, a “urbanização” do rural, a partir da constituição de uma sociedade urbana, seria um processo inevitável, onde

O *tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado das cidades, mas o conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo (Lefebvre, 2002, p. 17).

O urbano não seria uma realidade acabada, mas um processo, uma virtualidade, onde a sociedade urbana não se restringiria meramente a uma urbanização em seu sentido concreto, físico, de uma simples expansão de infra-estrutura. Lefebvre considera a realização da sociedade urbana como um período onde a problemática urbana ocupará um lugar privilegiado. De acordo com o pensamento desenvolvido pelo autor em seu livro *A Revolução Urbana* (2002), a sociedade urbana se realizaria a partir da industrialização, porém significaria um outro momento. O pensamento deveria se desvincular da racionalidade que vigorava na sociedade industrial, pois o urbano emergente não poderia ser considerado como um subproduto da industrialização. Nesse sentido, o urbano dominaria e absorveria o campo, fazendo com que a divisão entre campo e cidade cedesse lugar à relação entre “centro dominador e periferia dominada” (2002, p.107).

No campo da Geografia agrária brasileira, temos a emergência de alguns temas que foram bastante recorrentes, sobretudo a partir da década de 80. Dentre estes, destacam-se a questão dos movimentos sociais e das lutas no campo, que se constituíram como pontos bastante recorrentes nos estudos de Geografia agrária. Compreensível, na medida que esta corrente crítica tem como objetivo principal a

consolidação de uma ciência atuante e comprometida com uma maior conscientização das contradições em que se sustenta o modelo capitalista. De acordo com Moraes

São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem (2002, p. 112).

A questão social é também um elemento importante nos trabalhos dos autores filiados a esta corrente filosófica. Destacamos aqui Ariovaldo Umbelino de Oliveira como um dos geógrafos agrários de maior destaque da atualidade, que trabalha nesta perspectiva crítica. O autor, com uma postura bastante combativa frente à questão agrária nacional, possui diversos trabalhos em que discute os movimentos sociais e as lutas pela terra, existente no campo brasileiro, reivindicando a necessidade de uma política de reforma agrária que realmente amenize as desigualdades sociais e facilite o acesso a terra por parte dos agricultores (figura 3). Para o autor, a luta não se restringe à propriedade da terra, mas se constitui em uma luta contra o capital.

É, pois, por esses caminhos contraditórios que o modo de produção capitalista de produção se desenvolve, e, desenvolvendo-se, cria as condições para a sua reprodução ampliada, mas também as contradições deste processo. A reforma agrária não pode ser entendida como solução para essas contradições, mas sim como um paliativo. Paliativo que resolve mais as questões do modo capitalista de produção como um todo do que a da agricultura em particular. No fundamental, as soluções para os problemas da agricultura estão inscritas na necessidade de superação desse modo de produção (Oliveira, 1995, p. 83).

Como pudemos atestar, o rural não foi, historicamente, uma questão a ser estudada pela Geografia. Tanto a Geografia dita tradicional quanto à pragmática (ambas de base positivista) tratavam, cada qual a seu método, os espaços rurais diretamente relacionados à atividade agrícola. A Geografia tradicional (constituída

no século XIX) baseava-se numa análise empírica e na descrição das paisagens, retratando um rural ligado ao universo da natureza e do tradicional. Quanto à Geografia pragmática (ou neopositivista/teorética, praticada a partir de meados do século XX), esta representou um esforço de se imprimir um maior grau de cientificidade à Geografia, por meio da adoção de um formalismo matemático e de modelos a serem aplicados.

Figura 3



Fotografia de autoria de Sebastião Salgado

A geografia radical tinha / tem como preocupação denunciar as desigualdades (re)produzidas pelo modo de produção capitalista. Para isso, grande parte dos estudos buscavam focar os movimentos sociais, como o MST

Fonte: www.vermelho.org.br/principios/anteriores.asp...

O positivismo científico tem como uma de suas premissas a valorização dos aspectos visíveis e mensuráveis do espaço, a partir do estabelecimento de um método único de interpretação. Seja por meio do empirismo ou do pragmatismo, a questão é que o olhar sobre o objeto se manteve, a partir das orientações

positivistas. A Geografia tradicional foi criticada por sua inconsistência teórica e insuficiente aplicabilidade (Lacoste, 2003). Por sua vez, a solução prometida pela Geografia pragmática trouxe novos inconvenientes. A adoção de um instrumental matemático afastou o geógrafo dos trabalhos de campo, e as análises passaram a ser realizadas nos gabinetes, baseando-se em grande parte em dados estatísticos. Os processos históricos, fundamentais para o entendimento dos processos sócio-espaciais, foram suprimidos. Santos conclui de maneira clara:

A aplicação corrente das matemáticas à Geografia permite trabalhar com estágios sucessivos da evolução espacial, mas é incapaz de dizer alguma coisa sobre o que se encontra entre um estágio e outro. Temos, assim, uma reprodução de estágios em sucessão (...) o que equivale a dizer que os resultados podem ser objeto não propriamente de interpretação, mas de mistificação (Santos, 2002 b, p.74).

Recapitulando, a partir da década de 60 (no Brasil, mais intensamente na década de 80) ganha destaque nas ciências sociais uma abordagem baseada no marxismo, constituindo uma corrente denominada crítica ou radical. Este discurso considera a ciência dominante como um instrumento de alienação e de dominação social, sendo responsável pela reprodução dos modelos de desigualdade existentes na sociedade (Gomes, 2000). Nesse sentido, caberia a esta nova perspectiva o papel de revelar a verdadeira essência dos processos, indo além das aparências. Esta corrente da Geografia imprimiu uma dura crítica às concepções da Geografia tradicional, considerada despolitizada e profundamente ideológica.

A proposta de maior cientificidade, empreendida pela Geografia pragmática, não teria alterado suas raízes colonialistas e reacionárias. Segundo Gomes (2000, p.276), “para esta visão crítica, a corrente “teórica” tentava avançar a Geografia somente pela consideração formal, mantendo intocáveis os eixos explicativos da “velha Geografia”. Na concepção marxista da Geografia, o espaço passa a ser entendido como um produto das relações sociais, que espelham as desigualdades

inerentes ao modo de produção capitalista. A questão da luta de classes ganha destaque, e no que tange à Geografia agrária, a ênfase se deu aos movimentos sociais do campo. A questão acerca da idéia de rural é de caráter recente, e nele ainda não são muito numerosos os geógrafos a que se dedicam. Tal debate surge na medida em que os pilares fundadores da modernidade passam a ser questionados. Nas palavras de Moreira (2002)

Se reconhecemos a existência de processos recentes de resignificação do rural de tal ordem que nos levem a falar em um novo rural e em novas ruralidades, tais processos estariam indicando tensões no núcleo de poder hegemônico da indústria e da cidade da modernidade. (...) As resignificações de rural de que falamos emergiriam dessas tensões no pólo hegemônico (Moreira, 2002, p.5).

Soja argumenta que a emergência das Geografias ditas pós-modernas “progrediu o bastante para mudar significativamente a paisagem material do mundo contemporâneo e o campo interpretativo da teoria crítica” (Soja, 1993, p.19). Um dos pontos da modernidade mais criticado refere-se aos pressupostos nos quais se baseavam as ciências tradicionais, como as pretensões de elaboração de leis universais e generalizantes. As ciências pós-modernas, ou pós-funcionalistas como nomeia Claval (2002), questionam a validade desta racionalidade⁹, passando a valorizar as particularidades e os aspectos culturais. Para esta corrente, os enfoques naturalista (tradicional) e funcional (pragmática) desenvolveram relações de causalidades lineares e empobrecidas. A dimensão cultural passa a ser valorizada, pois esta resgataria a “essência” da ciência geográfica, então comprometida pela formalidade do pensamento racional positivista. Nesse sentido, o território se apresenta como um conceito rico para o entendimento da espacialização das representações sociais/culturais. Claval nos mostra que

⁹ Apesar da supremacia da razão no contexto moderno, Gomes (2000) ressalta que a modernidade se constituiu de diversas correntes, dentre as quais aquelas que rejeitavam o poder absoluto da razão e das verdades universalizantes da ciência. Este é inclusive um dos argumentos sustentados por aqueles que rejeitam a concepção pós-moderna.

O espaço transformado em território oferece aos grupos uma base e uma estabilidade que eles não teriam sem isso. Faz nascer um sentimento de segurança. As paisagens que o caracterizam, os monumentos que nele se encontram tornam sensível a história coletiva e reforçam a sua força. O território constitui um dos componentes essenciais das identidades (Claval, 2002, p.33).

É no bojo deste processo que muitos autores passam a trabalhar as transformações ocorridas no meio rural. A partir da concepção cultural e da expressão territorial, estes autores cunham a expressão *ruralidades*, como veremos no próximo capítulo. O que buscamos aqui mostrar é que a concepção universal e atemporal do rural entra em crise e passa a ser questionada juntamente com os procedimentos positivistas e epistemológicos que fundamentavam as análises das ciências modernas.

O Rio de Janeiro e o projeto da modernidade

Como abordado anteriormente, a experiência moderna, como a entendemos hoje, é fruto de transformações sócio-culturais postas em curso na Europa por volta do século XVIII, que resultou numa alteração no estilo de vida e na organização social, cujos valores foram sendo difundidos para diversas partes do mundo desde então. Soja (1993) ressalta que a modernidade resulta de etapas do processo de modernização ocorridas na sociedade, intimamente ligadas à evolução do modo de produção capitalista, embora não possa ser inteiramente atribuído a ele. Contudo, alerta que não podemos conceber este processo de modernização num sentido meramente evolutivo e homogêneo. A experiência moderna não é isenta de descompassos e conflitos. A difusão de seus valores ocorre de maneira descontínua e variada, de acordo com o caráter mutante inerente à modernidade, num processo de contante renovação (Giddens, 1991; Harvey, 2003). Nesse sentido, não haveria apenas uma modernidade, mas sim diversas *modernidades* em curso, ocorrendo em diferentes ritmos e em diferentes segmentos da sociedade.

Existiriam aspectos da modernidade difundidos nas artes, na ciência, na política, na economia, na estética, entre outros. Estas diferentes modernidades difundidas, apesar de compartilharem de certos valores e diretrizes, não formam um conjunto homogêneo, mas muitas vezes conflitante. Tal aspecto nos é mostrado por Kumar (1997) com relação ao movimento artístico denominado *modernista*, que simultaneamente afirmava e confrontava a primazia da razão moderna.

Enquanto projeto de civilização, traços da cultura moderna desenvolveram-se na sociedade brasileira, e esta experiência teve o Rio de Janeiro como palco preferencial. O Rio de Janeiro possui algumas especificidades que devem ser consideradas nos estudos que procuram analisar algum aspecto referente à sua dinâmica sócio-espacial. É claro que tal premissa não é um atributo exclusivo do estado do Rio, pois acreditamos que todo espaço guarda para si especificidades que devem ser consideradas. O processo de construção social do espaço é resultado da reunião de uma série de elementos que se revelam de maneira singular em cada local. Podem existir espaços com características semelhantes, contudo sem que isso resulte na eliminação de seus aspectos particulares. De acordo com Santos

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm papel na realização social (Santos, ,1988, p.26).

No caso do estado do Rio de Janeiro, existem alguns aspectos que se configuram de maneira fundamental para o entendimento de sua realidade atual. Desde a sua gênese, a cidade do Rio de Janeiro possuiu uma vocação cosmopolita. Totalmente integrada ao circuito mercantil, a cidade era o seu porto e voltava-se para a baía, tornando-se rota principal para o escoamento de diversos produtos, como ouro, açúcar e café (figura 4). Com isso, a cidade se singulariza no contexto

colonial, equipando-se e integrando-se ao circuito comercial geral, sobretudo com a Europa, as Índias e com a África. Segundo Azevedo, “é impossível pensar o desenvolvimento embrionário da capitalidade do Rio de Janeiro sem levar em consideração o caráter portuário da cidade” (2002, p.48). Os intensos fluxos que por ali passavam acarretou o desenvolvimento de uma sociedade aberta às diferenças e receptora das novidades. Como exemplo, podemos citar os estudos desenvolvidos por Mascarenhas (2001) sobre a difusão do futebol no Brasil. Sua prática vai ser primeiramente assimilada nas cidades portuárias, como o Rio de Janeiro, e a sua aceitação apenas se dará com o efetivo advento da modernidade, onde futebol passa a ser considerado uma atividade inovadora frente ao atraso dos “costumes coloniais”.

Figura 4

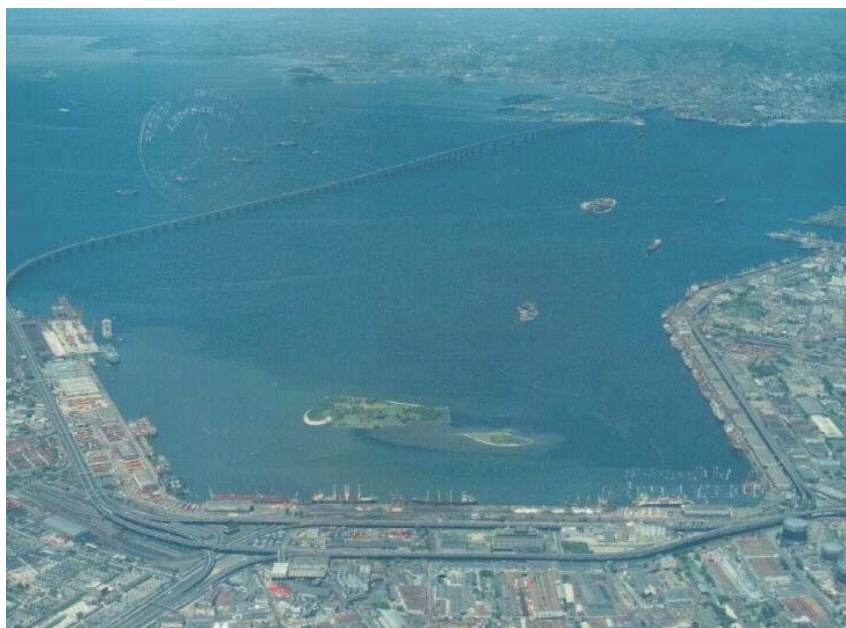


Imagem aérea do porto do Rio nos dias de hoje.

Peça fundamental do cosmopolitismo carioca, o porto hoje é um reflexo das sucessivas perdas pelas quais a cidade vem passando.

Fonte: www.sedet.rj.gov.br

Diferentemente das demais cidades coloniais, como Salvador, a cidade do Rio de Janeiro não era constituída por colonizadores, e sim por colonos que, no decorrer de sua história, lhe garantiu um elevado grau de autonomia. Crescimento urbano, aumento da riqueza mercantil e estabelecimento da expansão promotora do desenvolvimento de uma área de abastecimento da cidade foram elementos que garantiriam a construção de sua autonomia. Era uma cidade de produção. Grande parte dos alimentos necessários era produzida em terras próximas. Relativamente afastada do jugo do poder da coroa, a cidade pôde se desenvolver guiada, em grande medida, pelos seus próprios interesses (Rodrigues, 2002). Tal configuração fez com que o Rio de Janeiro assumisse um alto grau de *capitalidade*, antes mesmo de tornar-se capital. Por capitalidade, entendemos como

(...) uma condição de ser o centro articulador de políticas que, no limite, assumia a qualidade de vanguarda no processo de estruturação dos interesses dos colonos que assim passavam a ocupar uma posição que lhe deu uma inserção no sistema colonial distinta das áreas iniciais de ocupação econômica do Nordeste (...) (Rodrigues, 2002, p.19).

Em 1763, com a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, devido à razões geopolíticas (como a ampliação da fiscalização do ouro explorado nas Minas Gerais), soma-se o poder político e todo o peso da burocracia que aqui se instala na cidade. O Rio de Janeiro passa ser identificado com o poder da Metrópole, e apesar da cidade reafirmar sua hegemonia sobre o restante da colônia, esta passa a sofrer uma maior fiscalização da Metrópole, o que contribuirá, segundo alguns pesquisadores (Lessa, 2000; Azevedo, 2002; Rodrigues, 2002), para a perda de sua identidade e de sua autonomia, configurando o embrião daquilo que eclodiria, séculos depois, na crise vivida pela cidade e pelo atual estado do Rio de Janeiro. Contudo, este é um tema que será tratado mais adiante.

A cidade do Rio de Janeiro teve seu poder político fortalecido em 1808, com a vinda da família real portuguesa, tornando-se capital do Império Português. No século XIX a cidade é transformada em município neutro da corte, desvinculando-se da província do Rio de Janeiro, situação esta que permanece após a proclamação da república, em 1889. A cidade do Rio de Janeiro passa a assumir, até 1960, o posto de capital do Brasil, quando esta função é transferida para Brasília. Neste momento um decreto a transforma em estado da Guanabara, e Niterói é alçada como capital do estado do Rio de Janeiro (o que correspondia hoje a todo o estado menos a cidade do Rio de Janeiro). Tal configuração perdurou até 1975, com a fusão dos dois estados. Percebemos que, desde sua fundação, foram diversos os estatutos jurídicos assumidos pelo estado e, sobretudo, pela cidade do Rio de Janeiro (Ribeiro, 2001). Estas sucessivas mudanças políticas fizeram por demandar intervenções no espaço urbano carioca, que deveria ser condizente e digno com o momento histórico por qual passava a cidade.

Tais ações foram fundamentais para a construção simbólica que o Rio de Janeiro possui, pois este passou a ser o laboratório da urbanidade brasileira (Lessa, 2000). Nesse contexto surgiram diversas ações “civilizantes” na cidade, com o objetivo de livrá-la do ranço colonial, dotando-a da ordem e do espírito modernizante, tal qual as principais cidades européias, como Paris, uma das principais referências da modernidade urbana à época (figura 5). Seria imperativo que as formas urbanas se adequassem a este novo momento, criando as condições e capacitando a cidade para o desenvolvimento e o progresso, eliminando “as formas antigas e contraditórias ao novo momento” (Abreu, 1997, p.63). Fazer com que o Rio de Janeiro ingressasse no *hall* das grandes cidades modernas: ao menos estes eram os objetivos dos grandes projetos urbanísticos, como a Reforma Passos, ocorrida no início do século XX¹⁰.

¹⁰ Segundo Maricato (2001), as reformas urbanas realizadas neste período lançaram as bases para um urbanismo moderno periférico, voltado, sobretudo para a eliminação de epidemias e/ou embelezamento.

Contudo, a experiência da modernidade não pode ser atribuída somente à cidade do Rio de Janeiro. O restante do atual estado do Rio de Janeiro também participou desta experiência moderna, e arriscamo-nos até mesmo a dizer que o interior do atual estado participou ativamente desta experiência, criando as condições para o desenvolvimento desta “experiência moderna urbana” na cidade do Rio de Janeiro. E tais transformações estão intimamente relacionadas ao estabelecimento de uma classe burguesa “progressista”, ávida por reformas e cujos interesses se vincularam à transformação econômica do país (Prado Jr, 1956). De certa, foram as diversas atividades econômicas desenvolvidas no interior fluminense, sobretudo o café, que subsidiaram a instalação deste projeto de modernidade. Segundo Geiger

Figura 5

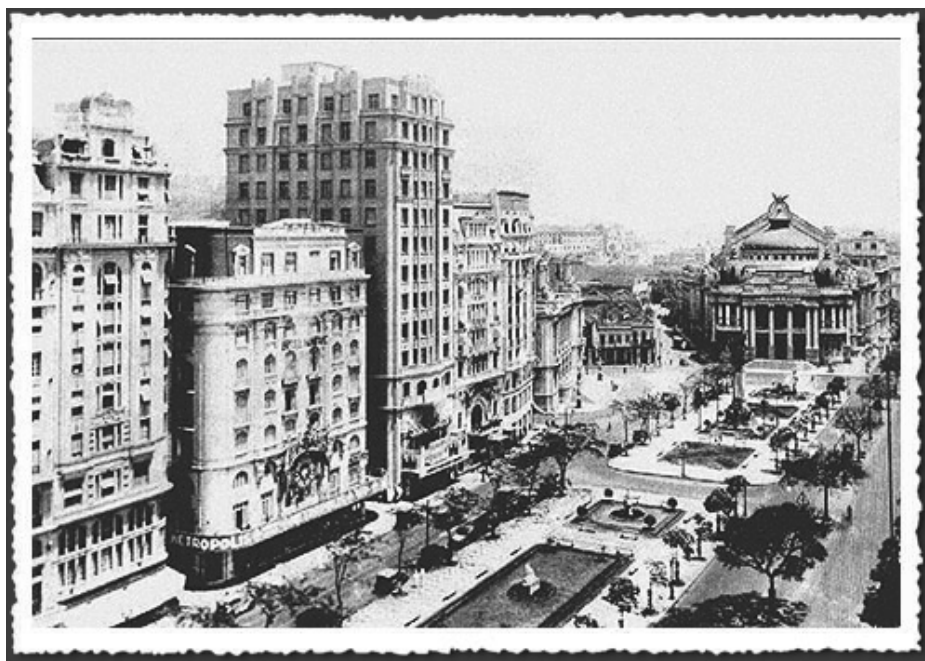


Imagem da Avenida Rio Branco nas primeiras décadas do século XX

O século XX foi um período de intensa intervenção na forma urbana na cidade do Rio de Janeiro. Os planejadores tinham como objetivo tornar a cidade uma referência à modernidade que se desejava incorporar, eliminando assim os aspectos ligados a uma identidade colonial.

Fonte: http://www.bricabrac.com.br/fset_rioantigo.htm?cultura_rioantigo_06.htm

Essas grandes modificações econômico-sociais fizeram-se sentir nitidamente na Baixada Fluminense. Nessa região, foram colocados trilhos das vias férreas; nela se desenvolveu uma das principais bases das classes comercial e industrial - a cidade do Rio de Janeiro – e a primeira usina de açúcar instalada no Brasil foi a de Quissamã, em 1877 (1956, p.29).

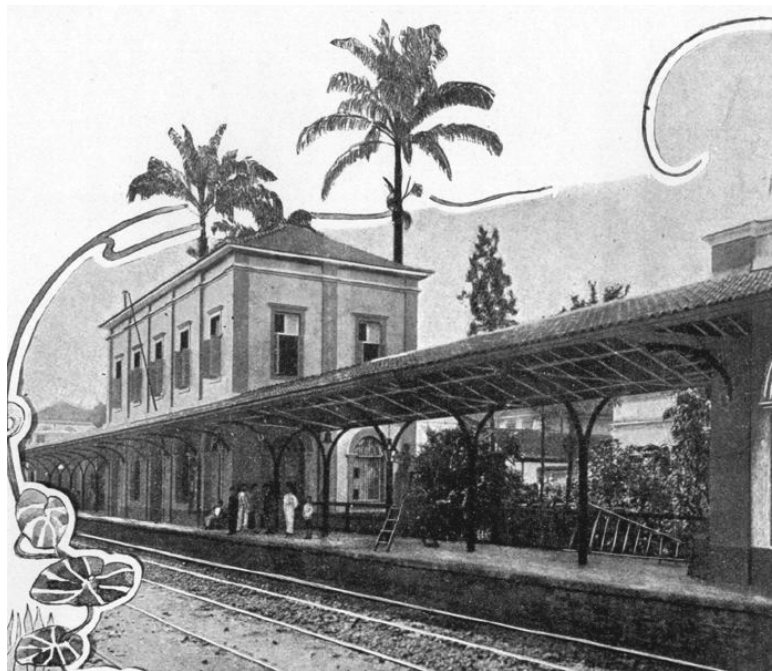
Podemos considerar que o Rio de Janeiro foi palco privilegiado da experiência moderna brasileira até, pelo menos, meados do século XX: infra-estrutura, indústria, ferrovia, iluminação elétrica, telefone, bonde, gás e esgoto (Davidovich, 1986). E dentre as atividades econômicas que mais sustentaram esta experiência decerto foi o café, responsável pelo surgimento de uma elite altamente influente na esfera política: os barões do café. O capital cafeeiro patrocinou e incentivou o estabelecimento de diversas “modernizações”, dentre as quais destacamos as ferrovias como uma das mais significativas. Como buscamos mostrar em um estudo anterior (Fusco, 2003), a ferrovia surge como um grande símbolo da modernidade, e o fato de uma localidade possuir uma estação ferroviária lhe conferia um *status* diferenciado (figura 6). Com o objetivo de provir e agilizar o escoamento da produção cafeeira, a ferrovia representou um “agente de velocidade no processo de modernização” (Davidovich, 1986, p.336), “diminuindo”¹¹ os espaços em função de um deslocamento mais rápido, constituindo *espaços de velocidade*, atributo fundamental da proposta modernizadora.

O processo de constituição do Rio de Janeiro possui bases muito diversas daquelas que originaram São Paulo, comumente utilizado para exemplificar a expressiva perda econômica do Rio de Janeiro nas últimas décadas. O Rio de Janeiro, devido à sua vocação cosmopolita, desenvolveu-se conectado com o exterior; São Paulo, por sua vez, desenvolveu-se em função de seu interior, dada a sua vocação bandeirante (Azevedo, 2002). O capital acumulado com o café,

¹¹ De acordo com os estudos de Marx, o espaço representava um obstáculo a expansão do modelo capitalista, que deveria ser eliminado pela otimização da dimensão temporal. (Harvey, 2005). Contudo, a teoria da compressão espaço-temporal trabalhada por Harvey nos revela que esta não se apresenta como uma eliminação da dimensão espacial, mas de uma relativa compressão em função da aceleração dos meios de transporte e comunicações (2003).

antes de estimular o desenvolvimento econômico da antiga província do Rio de Janeiro, serviu para ampliar a hegemonia da cidade do Rio de Janeiro. A cidade era a sede política do poder desta elite, e os produtos que ali chegavam para serem embarcados fomentaram o desenvolvimento das atividades atacadistas e exportadoras, beneficiando em larga escala a sua burguesia comercial carioca (Davidovich, 1986). Segundo Bernardes, a construção da rede ferroviária foi fundamental para o desenvolvimento da metrópole carioca, fortalecendo a centralidade exercida por esta, pois “para o Rio de Janeiro fluía a riqueza oriunda dos cafezais do planalto, ampliando-se, assim, seu comércio e iniciando-se sua indústria” (1987, p.33),

Figura 6



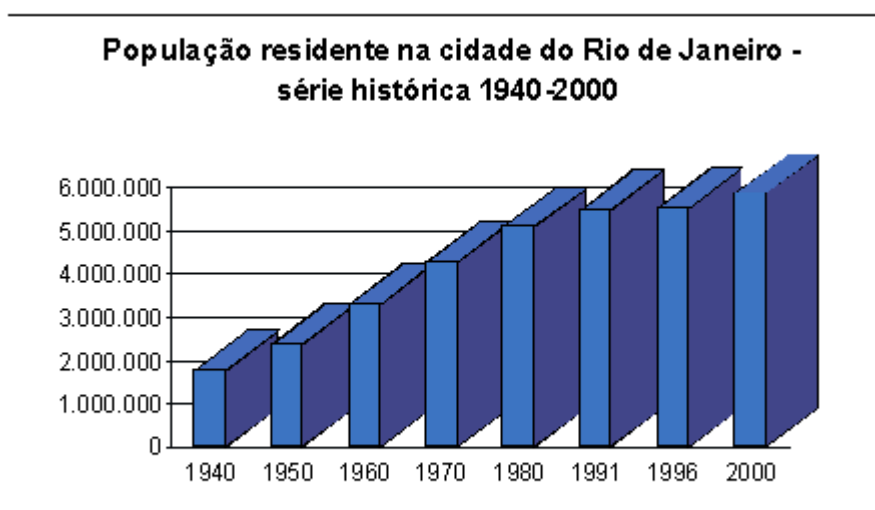
Aspecto da estação ferroviária de Barra Mansa no século XIX:

Um dos grandes símbolos da modernização brasileira, o traçado da ferrovia respondia aos interesses da classe econômica dominante, que neste momento era a oligarquia agrícola representada pelos barões do café

Fonte: www.anpf.com.br/histnostrilhos

As décadas de 30 / 40 do século XX foram um grande marco na constituição da metrópole carioca, pois representaram um período de inflexão da política estatal, que buscava romper com a tradição agrária brasileira e instalar no Brasil um projeto urbano e industrial. Tal processo se intensificará nas décadas seguintes (50 / 60) com a ampla entrada do capital estrangeiro no Brasil, através da política modernizadora levada a cabo pelo governo de Juscelino Kubitschek. Dentre os fatores que condicionaram o crescimento demográfico da cidade (gráfico 2), destacamos, associando ao crescimento natural de sua população, o considerável desenvolvimento industrial na cidade e de seu entorno, que acarretou numa intensa atração de fluxos migratórios. Este expressivo crescimento populacional terminou por fomentar o crescimento dos setor terciário, além de um grande processo de suburbanização (Abreu, 1997).

Gráfico 2



Fonte: CIDE, 2005.

Segundo Agnew, Scott, Soja e Storper (2001), o crescimento megalocéfálico das metrópoles dos países em desenvolvimento é reflexo de um processo de rápida industrialização e de grande dependência de infra-estrutura, que muitas vezes se aproveitam da estrutura já instalada nas grandes cidades. Aproveitando-se desta

concentração espacial da infra-estrutura nos grandes centros urbanos, as atividades produtivas tendem a criar economias de aglomeração, servindo ainda de “ponto de ancoragem das companhias nacionais e internacionais” (Agnew; Scott; Soja; Storper, 2001, p.20). Tal fato é confirmado por Abreu em relação à cidade do Rio de Janeiro, quando afirma que

A atividade fabril não se enquadrava em absoluto à tese do “país essencialmente agrícola” que servia de base ideológica à oligarquia rural detentora do poder (...) Era preciso tirar o máximo de proveito das chamadas economias de aglomeração (...) As indústrias procuravam locais já urbanizados, de preferência nas proximidades do centro, onde poderia encontrar não só facilidades de transporte e comercialização, como principalmente mão-de-obra farta e barata (1997, p.96).

É interessante perceber o caráter aparentemente contraditório e esquizofrênico da experiência moderna no Rio de Janeiro (e no Brasil). A modernidade, como visto, busca trazer à tona uma nova concepção de sociedade, e para isso rompe com qualquer referência passada que remeta a um mundo atrasado, tradicional. A modernidade busca o futuro a partir do progresso, num movimento evolutivo. Contudo, a modernidade brasileira, até o meados do século XX, foi fundamentada, e mesmo patrocínada, pela sua “tradição” agropecuária (com todas as aspas que este termo aqui faz merecer), que como abordamos na primeira parte deste trabalho, remonta ao um imaginário rural, que certamente não era objetivo das elites ávidas pelo *glamour* da vida moderna.

Mesmo depois da década de 30, quando se instala o Estado Novo e seu projeto urbano-industrial para o Brasil, a presença política, econômica e cultural do mundo agrário ainda se apresenta com grande força, mesmo nos dias atuais, vide o poder da bancada ruralista, as raízes patrimonialistas, o valor simbólico da terra (como reserva de valor e ostentação de riqueza), e mesmo em setores do serviço público, que segundo Geiger (1995), não agem como se fossem empregados a serviço da sociedade, mas como herdeiros da corte e da nobreza. Essa breve análise da modernidade à *brasileira* torna claro, mais uma vez, que o processo social não é somente isento de conflitos, como também os conflitos são parte

integrante dos processos sociais. E a contradição é um componente inerente à modernidade, fazendo com que a tradicional dicotomia rural/urbano seja uma de suas expressões.

Fica clara a fragilidade existente nos inconsistentes modelos que opõe o rural ao urbano. Quando muito, podemos estabelecer relações de dependência entre estas dimensões, configurando-se numa espécie de centro e periferia econômica. Contudo, não cabe ao rural necessariamente assumir uma condição periférica nesta relação, pois isto redundaria na reafirmação de uma suposta submissão frente ao urbano. É sabido que não existe uma fronteira entre riqueza e pobreza, e que as desigualdades se reproduzem em ambas as dimensões, rompendo qualquer idealização mecânica. Tal qual uma dialética relação, ambas irão conter aspectos de centro e periferia, de acordo com cada circunstância.

Nesse sentido, podemos perceber a complexidade existente quando nos atemos a uma análise mais contextualizada dos processos que levaram a constituição da sociedade brasileira, cuja expressão moderna é preferencialmente detectada no Rio de Janeiro. Opondo-nos à modelos explicativos simplistas, iremos abordar, no capítulo seguinte, a crescente disseminação do discurso de valorização da dimensão rural na atualidade, buscando apresentar as linhas de análise mais destacadas no campo acadêmico. Ainda neste capítulo, discutiremos algumas teses bastante difundidas acerca do Rio de Janeiro que, ao nosso ver, apresentam-se como representações reducionistas da realidade socio-espacial fluminense.

Capítulo 2

DESCONSTRUINDO MITOS: O INTERIOR FLUMINENSE E A REVALORIZAÇÃO DO RURAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

No capítulo anterior discutimos as bases ideológicas que fundaram a concepção dicotômica entre as dimensões urbana e rural. Neste capítulo iremos nos concentrar na discussão sobre a multidimensionalidade do termo rural, ressaltando sua natureza multifacetada. Trataremos das principais vertentes que trabalham a questão das transformações em processo nos espaços rurais, procurando sempre contextualizá-las. Seguindo na reavaliação de algumas teses reducionistas, levantaremos alguns pontos referentes a alguns discursos bastante difundidos no estado do Rio de Janeiro, como sobre a predominância do urbano e à tradicional tese de seu esvaziamento econômico. Ao fim do capítulo, introduziremos uma discussão sobre a crescente valorização da dimensão espacial (sobretudo territorial) nos estudos que contemplam a complexidade existente nas relações cidade/campo.

O processo de resignificação da dimensão rural

Existe uma necessidade de nos remetermos ao contexto sócio-econômico quando tratarmos da questão envolvendo as transformações ocorridas nos espaços agrários. Estas transformações, mormente relacionadas à ampliação técnica-informacional, não ocorreram exclusivamente nos espaços agrários, mas em toda a sociedade, aí inclusos os espaços rurais, na medida que estes se configuram como uma parcela da totalidade social. A própria elaboração do que é considerado rural é resultado de uma série de esquemas de percepção e classificação da

realidade. Estes esquemas são fruto de uma construção social que, mediados pela cultura, conduzem para a elaboração de nossas representações sociais e espaciais (Osório e Siqueira, 2001).

Tivemos a emergência, sobretudo a partir da década de 90, do debate envolvendo a problemática da definição de rural e da necessidade de uma resignificação, onde são dois os principais vetores responsáveis por esta “revalorização” dos ambientes rurais. Consta assinalar que estes não são de caráter excludente pois, certamente, estão intimamente interligados: a expansão técnica para os meios rurais e a apropriação destes ambientes para fins turísticos. Esta discussão vem a cabo na medida que é percebido que o pensamento tradicionalmente construído de rural não consegue mais dar conta da realidade, na medida que esta se vê atravessada, atualmente, por novas dinâmicas, associada em grande parte às discussões acerca dos movimentos de globalização e da dialética global/local. O rural hoje estaria sendo transformado a partir de inovações, hábitos, atividades e de uma infra-estrutura oriunda e característica das cidades. Na figura 7 temos a foto de uma localidade situada na África do Sul servida por um programa de distribuição de energia. Esta imagem representaria o processo homogeneizador

Figura 7



Programa de eletrificação de áreas rurais na África do Sul.

Fonte: www.powerplanning.com/rural_energy.html

proporcionado pelo capitalismo, onde rural “atrasado” seria “modernizado” (como que “civilizado”) a partir de iniciativas “urbanas”. O contraste entre estas realidades indicaria, para alguns autores o surgimento de um nova natureza de rural. Já para outros, significaria a sua “urbanização”.

Na esteira deste processo que temos a discussão envolvendo o surgimento daquilo que seria o “novo rural”, ou seja, um rural que incorpora novas atividades e valores essencialmente urbanos. E um dos grandes nomes desta tese do “novo rural brasileiro” é o pesquisador José Graziano da Silva. Economista de formação marxista, Graziano da Silva trabalha com a tese (baseado no raciocínio de Marx) que o rural estaria sendo transformado a partir de um intenso processo de urbanização, fazendo com que este se torne efetivamente “urbano”. Em suas análises, o autor não procura (e nem se propõe) estabelecer diferenças locais, fazendo-nos crer que, segundo sua opinião, este processo seria de caráter universal, ocorrendo em diversas escalas, e transformando o rural na mesma forma e intensidade em qualquer circunstância espacial. Tal análise permite apenas uma única concepção de rural, não admitindo diferenças neste processo e encobrimo, desta forma, as contradições, especificidades e conflitos existentes (Alentejano, 2000). De acordo com o pensamento de Graziano da Silva,

(...) já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão / retração das áreas e / ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria - que responde cada vez mais pela dinâmica populacional do meio rural brasileiro (Graziano da Silva, 1997, p. 74).

Tal tese foi elaborada em função da observação de uma intensificação das relações entre aquilo que seria denominado de campo e cidade. O processo de modernização da agricultura, que acarretou na assimilação de uma base técnica em um espaço antes caracterizado pelo tradicional; assim como a diversificação

de atividades, com o desenvolvimento de profissões tipicamente urbanas, foram indícios que deram forma a este quadro de transformações. É nesse contexto que emerge a questão da *pluriatividade*.

Apesar de ser conceito de difícil manuseio¹, a pluriatividade vem sendo utilizada para explicar “o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural” (Schneider, 2003, p.79). Apesar de se referir aos estabelecimentos rurais, a unidade de análise é a família. Ou seja, o que é pluriativo é a família, cujos membros dedicam seu tempo (ou parte dele) a atividades não-agrícolas. De acordo com Anjos,

A pluriatividade trata-se de um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolverem-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização a nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno (Anjos, 2003, p.90).

Algumas das principais transformações são vetorizadas pela expansão do espaço racional nos ambientes rurais, com a emergência de uma agricultura globalizada e altamente tecnificada. Tal processo “confronta” os aspectos tradicionais do rural com a modernidade técnica. Objetivando uma maior rentabilidade do capital investido, é constante a busca por técnicas mais eficazes de produção, através de máquinas, insumos químicos e tecnologia biogenética (figura 8). A agropecuária hoje se configura como um elo de uma extensa cadeia produtiva e intimamente associada à atividade industrial, “graças a uma crescente interdependência com o desenvolvimento geral da economia, ocorrendo um processo contínuo de fusão com capitais dos demais setores” (Elias, 2002, p.25). O processo de

modernização agrícola é um reflexo da lógica capitalista de ampliar a produtividade, além de diminuir custos de produção e amenizar as influências e impactos proporcionados pelos fenômenos da natureza. Esta profunda alteração na base produtiva recebeu o nome de *Revolução Verde*², cujo pacote tecnológico é incorporado no Brasil mais intensamente na década de 60. Esse processo de modernização da agricultura brasileira ocorreu nos moldes de uma *modernização conservadora*, como destaca Galvão (1995), pois alterou apenas a base técnica produtiva, mantendo inalterada a estrutura agrária precedente. Em razão disso, entrou em curso uma crescente expropriação dos agricultores familiares e dos pequenos produtores (Martine, 1991; Oliveira, 1995; Wanderley, 1996).

É interessante atentar que a disseminação técnica não ocorre de maneira homogênea, já que o capital procura se instalar em locais que ofereçam as melhores condições para a sua reprodução. Sendo assim, “a realidade dos territórios e as contingências do “meio associado” asseguram a impossibilidade da

Figura 8



A modernização da atividade agrícola pode ser exemplificada pela ampla utilização de insumos, máquinas e pela biotecnologia.

Fonte: www.stopogm.net/biotecnologia/

¹ É grande a discussão que a envolve a pluriatividade. Importantes estudos acerca deste tema foram desenvolvidos por Schneider (1999, 2003). Anjos (2003), Kageyama (1998), entre outros.

² Para um maior aprofundamento desta questão, consultar Martine (1991), Wanderley (1996) e Elias (2002).

desejada homogeneização” (Santos, 2002 a, p.45). Com isso, podemos concluir que o “novo rural” desenhado por Graziano da Silva representa apenas uma faceta da realidade, um modelo de generalização semelhante à de um *tipo ideal*³, sendo talvez precipitado extrapolar sua análise em termos universais, o que poderia encobrir os conflitos e as contradições inerentes a este processo.

Entendemos que o processo de modernização agrícola brasileiro é de caráter excludente, e que tal diversificação de atividades nos meios rurais seja resultado da ampliação da exploração dos produtores menos capitalizados, que associado à queda da renda obtida na agricultura, quase que obriga a estes trabalhadores a se lançarem a outras atividades (muitas vezes ligadas ao turismo, ainda que indiretamente), objetivando recuperar alguma parcela dos ganhos antes obtidos na agricultura.

Outro aspecto importante ligado ao discurso de revalorização do rural na sociedade atual reside na intensa vinculação das qualidades “oferecidas” pelos espaços rurais, tal como um maior contato com a natureza, uma maior tranquilidade e qualidade de vida, além de um tempo mais “lento” quando comparado à velocidade estressante dos centros urbanos. Este imaginário é apropriado e vinculado, sobretudo pela atividade turística, objetivando vender seu produto a partir de um estilo de vida contrário à vida urbana, o que pode ser altamente questionável, pois o turista, muitas vezes, não abre mão das facilidades e do conforto que seriam inerentes aos “espaços urbanos” (figura 9).

Em *O Capital*, Marx realizou, como é amplamente conhecido, uma profunda análise do modo de produção capitalista, e para isso destinou grande parte de suas reflexões para a categoria *mercadoria*, que para o autor possui uma função fundamental na reprodução do modelo capitalista, tendo a propriedade de “satisfazer as necessidades humanas, sejam as do estômago ou as da fantasia” (Oliveira e Quintaneiro, 2003, p. 45). O espaço socialmente produzido, a partir deste raciocínio, também pode ser convertido numa mercadoria a ser “explorada”.

³ Tipo ideal é, segundo Weber, uma idealização simplificada do real, um modelo que serve como um instrumento que conduz o pensamento do cientista acerca de uma realidade (Barbosa e Quintaneiro, 2003).

Gottdiener argumenta, baseando-se em Lefebvre, que “além de haver um espaço de consumo ou, quanto a isso, um espaço como área de impacto para o consumo coletivo, há também o consumo de espaço, ou o próprio espaço como *objeto de consumo* “ (Gottdiener, 1997, p. 129). O espaço apropriado como um objeto de consumo pode ser mais claramente detectável com relação à atividade turística. Segundo Castro (2002 a), o turismo, assim como as demais atividades humanas, consomem basicamente espaço. Contudo, o turismo se diferencia das demais pelo fato da paisagem ser um elemento fundamental, pois como dimensão visível do espaço, se constitui como um dos principais atrativos para esta atividade.

Figura 9



A internet é hoje um dos mais eficazes instrumentos de comunicação e divulgação. A figura acima é uma imagem da *homepage* de um hotel-fazenda em Teresópolis. Oferecendo como produto de consumo uma ruralidade supostamente desvinculada da modernidade urbana, muitas vezes estes concentram serviços e instalações altamente sofisticadas.

Fonte: http://www.roomplease.com/hotel_main.php?id_hotel=50151

Tal aspecto pode ser percebido na Região Serrana Fluminense, onde o turismo é responsável pela criação de um aparato estético que visa a exploração deste potencial ligado à dimensão rural. O consumo da paisagem se realiza através de sua apropriação estética, que é carregada de significados e de simbolismos. Para Bourdieu (2003), os símbolos são ferramentas responsáveis pelo consenso acerca do sentido da realidade do mundo social. Atuando como um poder de dominação de classes, os símbolos, para criar as condições de reprodução da ordem social, devem ser ignorados como arbitrários. Nesse sentido, acreditamos serem importantes as palavras de Coriolano, quando diz que

muitos não conseguem fazer a leitura das imagens que lhe chegam de forma crítica, de modo a descobrir os objetivos do emissor, para que possam, então, produzir novas idéias a partir daquelas apresentadas, passando de simples receptores de mensagens a produtores (Coriolano, 2001, p. 214).

Um fenômeno ilustrativo deste processo de transformações do universo rural é o denominado *neo-ruralismo*, que seriam pessoas oriundas da cidade que estariam realizando um movimento de “retorno” ao campo, numa busca pelo ideal de um espaço rural bucólico, como Giuliani observa na região Serrana Fluminense (1990). Contudo, estes *neo-rurais* carregariam consigo toda uma lógica urbana capitalista, sendo responsáveis pela introdução de diversas técnicas e hábitos nos locais onde se instalam. “O retorno à vida nos campos não quer dizer que as pessoas deixam de ter modos de vida, consumos e hábitos classificados, geralmente, como urbanos” (Alves, 2002, p.133). O crescimento demográfico em áreas rurais, configurando um fenômeno contrário ao movimento de êxodo rural, foi trabalhado por Kaiser em seu clássico estudo intitulado *La Renaissance Rurale* (1990).

Rocha, baseado nas idéias de Santos (1993), argumenta que existe uma relação dialética e simultânea entre os espaços urbanos e rurais, que acarretariam na formação de descontinuidades territoriais, onde uma definição de limites a partir

da delimitação dos perímetros urbanos representaria uma setorização física incompatível com a realidade descontínua destes espaços. De acordo com Santos

Utilizando, com um novo sentido, a expressão *região*, diremos que o espaço total brasileiro é atualmente preenchido por *regiões agrícolas* e *regiões urbanas*. Simplesmente, não mais se trataria de “regiões rurais” e de “cidades”. Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais (Santos, 1993, p.65).

Embora o pensamento acima represente uma alternativa ao ressaltar o caráter complementar e profundamente integrado destes ambientes, percebemos que o autor suprime qualquer aspecto relacionado ao universo rural, restringindo-se ao campo das atividades produtivas, enquanto sabemos que o rural não se resume a isto. *Agrícola* refere-se diretamente à atividade produtiva, enquanto o termo *rural* está mais vinculado ao universo cultural, a um modo de vida. O termo agrário permite uma utilização mais flexível, na medida que pode se referir a espaços agrícolas não-rurais, ou seja, ausentes de uma perspectiva cultural rural; ou para espaços tipicamente ligados ao imaginário rural, porém com práticas não-agrícolas. Desta forma, Santos atualiza a dicotomia *rural / urbano* por uma abordagem regional que acaba por dicotomizar em *agrícola / urbana*, enquanto acreditamos que a perspectiva a ser adotada deve ser integradora, e não recriadora de velhos antagonismos.

Existem ainda alguns pesquisadores, como Carneiro (1998), Abramovay (2000) e Wanderley (2001), que buscam ressaltar as particularidades locais, onde o rural não seria “destruído” pelo processo de urbanização, mas sim transformado, porém mantendo-se como espaços rurais. Para tanto, utilizam a expressão *ruralidades* para demonstrar a força de resistência que o rural possui frente a este processo de urbanização. De caráter também social-crítico, esta abordagem é atravessada por um viés que valoriza as culturas locais, perpassando pelo campo da identidade construída por estas populações.

Dentre estes pesquisadores devemos destacar Abramovay (2000), que nos revela a existência de uma série de dificuldades para se operacionalizar as definições de rural e urbano, na medida que não existe uma determinação satisfatória sobre o que caracterizaria um espaço como rural. Tais convenções são basicamente de cunho político, variando de acordo com os diferentes critérios utilizados pelo mundo, sendo fruto de delimitações arbitrárias e conveniências políticas. No Brasil, a delimitação política do rural é uma incumbência municipal, já que a Constituição de 1988 não definiu o que seria um espaço rural⁴. É considerado urbano as sedes municipais e distritais e, desta forma, o rural passa a ser considerado um espaço residual, referindo-se às áreas fora dos limites da cidade e definidos como um local de carências de infra-estrutura, num imaginário de “espaço atrasado” (Saraceno, 1999).

O acesso a um mínimo de infra-estrutura é suficiente para que uma área passe a ser qualificada enquanto urbana, basta que esta possua ao menos duas melhorias, como sistema de esgoto ou eletrificação, por exemplo. Tal concepção nos parece um tanto vesga, pois reduz o rural a uma situação de abandono, onde qualquer assistência já o desqualificaria como tal. O urbano, nesse sentido, adquire um sentido de inclusão, de pertencimento à sociedade, onde seus direitos são garantidos e o Estado se faz presente. Tal idéia pejorativa está profundamente difundida, de tal modo que nos utilizamos do termo *cidadania* para representar uma estado de ideal convivência pacífica e harmoniosa, baseado em contratos sociais e legitimados pelo livre arbítrio, afim de realizar os desejos e necessidades individuais e coletivas

Politicamente, está situação problemática reverte-se em sérios problemas. Como abordamos acima, a delimitação dos perímetros urbanos é incumbência das esferas municipais. Para tanto, utilizam-se os critérios descritos, cuja veracidade é questionável, tornado assim sua funcionalidade comprometida. Nesta delimitação, segundo consta no 1º parágrafo do artigo 32 da Constituição (Corrêa, Corrêa e

⁴ Corrêa, Corrêa e Gerardi (2001) chamam a atenção para a possibilidade das leis terem sido elaboradas inspiradas em teorias que não são utilizadas pelo meio acadêmico nacional, resultando num descompasso

Gerardi, 2001), é valorizado o caráter de localização dos estabelecimentos, ou seja, se estão ou não dentro dos perímetros urbanos traçados, desta forma sujeitos à cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Já o estatuto da terra (vinculado à esfera federal), considera a destinação do imóvel, qual a atividade nele praticada, para considerá-lo como agrário. Tal incompatibilidade pode gerar problemas, como por exemplo dupla tributação sobre algumas localidades, além excluir parcelas da população à políticas de apoio à determinadas atividades, assim como da assistência e serviços prestados pelos órgãos públicos. Existe uma tendência das prefeituras ampliarem seus perímetros urbanos, afim de aumentar a arrecadação de IPTU. Na opinião de Abramovay, isto se configura como um problema fundamental.

Como definir o meio rural de maneira a levar em conta tanto a sua especificidade (isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo como “urbanização”), como os fatores que determinam sua dinâmica (isto é, sua relação com as cidades)? Os impactos políticos da resposta a esta pergunta teórica e metodológica são óbvios: se o meio rural for apenas a expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza (Abramovay, 2000, p.3).

Veiga (2001) nos adverte sobre os riscos de se incorporar o discurso homogenizador do urbano de maneira acrítica e sem maiores rigores, pois tais convenções implicam em uma generalização que, não raro, podem não corresponder à verificação empírica, lembrando-nos ainda que a caracterização sobre o que seria urbano seria bastante insatisfatória, pois este é definido pelas sedes municipais e distritais, transformando em urbanas sedes que sejam inegavelmente rurais. Segundo sua tese, presente no livro *Cidades Imaginárias* (2002), o Brasil seria menos urbano do que as estatísticas oficiais fazem crer. Veiga afirma que deveria ser considerados urbanos os municípios com mais de 20 mil habitantes, fazendo com que a taxa de urbanização brasileira se localizasse na

entre as teorias discutidas na academia e os dispositivos legais do estado.

faixa dos 60 %. Contudo, o IBGE sugere que se considerem rurais os municípios com população de até 5 mil habitantes, o que eleva a taxa de urbanização para 81%. Na sua opinião

É assustador perceber quanto os intelectuais brasileiros – a começar pelos economistas – têm dificuldade de entender que no espaço rural também existem os setores secundário e terciário. Há mesmo que tache de urbanas todas as atividades extra-agropecuárias, mesmo que ocorram em zonas classificadas como rurais até pelo extremado critério estadonovista (Veiga, 2000, p. 102).

Apesar das críticas que a análise realizada por Veiga podem fazer merecer, como as executadas por Carlos (2004), ao considerar a argumentação do autor superficial e contraditória, na medida que a sua crítica aos dados oficiais baseiam-se em estatísticas não muito claras, além de sua análise reafirmar e atualizar a dicotomia entre os “*dois Brasis*”, é inquestionável que Veiga chame atenção para uma problemática que carece de uma maior reflexão por parte da sociedade, e sobretudo, do segmento acadêmico.

Para Wanderley (2002), o rural não se constitui como uma dimensão imutável, mas uma categoria construída historicamente. A autora busca apontar não para o fim do rural, mas sim para a emergência de uma nova *ruralidade*. Segundo a autora, diversas são as delimitações de espaços rurais, acarretando diversas noções e leituras do rural. O enfoque meramente produtivo gerou graves problemas, como a exclusão destes espaços e destas populações da dinâmica sócio-econômica da sociedade. O mundo rural não se constitui como uma sociedade distinta, mas como um segmento integrado a uma sociedade mais ampla. O fim das sociedades rurais não significa o fim do rural, pois este passa por processos de resignificação. As diferenciações iriam se manifestar no plano das identificações e das reivindicações da vida cotidiana. A autora considera

particularmente fértil, nesta reflexão, a idéia de que, mesmo quando se atinge uma certa homogeneidade, no que se refere aos modos de vida e à “paridade social”, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade.(Wanderley, 2002, p.130).

De acordo tal raciocínio, não poderíamos falar de uma ruralidade, mas sim de diversas ruralidades, pois estas podem se expressar de diversas formas em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. Segundo Carneiro (1998), a ruralidade não pode ser definida mais em oposição à urbanidade. O rural e o urbano correspondem a representações sociais sujeitas a reelaborações e resignificadas de acordo com o universo simbólico a que estão referidas. Nesse sentido, a intensificação das trocas com os espaços urbanos não acarretariam em uma descaracterização dos sistemas sociais e culturais de uma localidade rural. Deveríamos, então,

Orientar o foco de análise para os agentes sociais deste processo e não para um espaço geográfico reificado possibilita, por exemplo, que a distinção entre “cidade” e “aldeia” ou “urbano” e “rural” desapareça ou torne-se inútil como questão sociológica. Isso porque cada espaço contém em si contradições e conflitos resultantes da relação entre sistemas de valores e interesses distintos, quer sejam eles tidos como de origem “urbana” ou “rural” (Carneiro, 1998, p.59).

Percebemos que tal discussão vem sendo intensamente realizada pelas ciências sociais, com grande ênfase nos agentes sociais e nos sistemas culturais envolvidos. O espaço passa, muitas vezes, a ser considerado como um elemento que obstrui a elaboração de alternativas para a concepção de uma idéia de rural. Mas qual contribuição que a Geografia pode trazer, já que estamos tratando, antes de qualquer coisa, de *espaços urbanos* e *espaços rurais*? Rua (2001 a) procura trazer esta discussão para a Geografia, trabalhando com um termo denominado *urbanidades*, termo este cunhado por Poulle e Gorgeu, porém utilizado pelo autor com outra conotação. Com ele, Rua procura demonstrar que o rural não

necessariamente irá se tornar urbano, contudo procura evitar uma supervalorização do rural neste processo. Em outras palavras, procura dialogar com as duas correntes apresentadas, pois ambas dão uma importância maior, em suas análises, a um dos pólos (urbano e rural). Segundo Rua,

As “urbanidades no rural” seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos. Não se pretende criar conceitos novos que obstaculizem, mais ainda, a discussão, mas indicar que o conceito de urbanização rural dificulta a compreensão dos processos em curso; que a urbanização difusa, ideológica/cultural, como já foi referido, dificilmente pode ser mensurada; enquanto a idéia de “novas ruralidades” parece nos enfatizar por demais a força do rural diante do urbano que, sem dúvida, comanda o processo de reestruturação espacial no mundo contemporâneo (2001 a, p. 34).

Ao longo do seu texto, podemos perceber Rua dialogando constantemente com autores pertencentes a outras ciências, sobretudo a sociologia. Defensor da idéia da não existência de um único “rural”, mas de uma diversidade de “rurais”, este autor alinha-se em grande parte com o pensamento de Abramovay (2000), na medida que este contesta a classificação de rural realizada pelo IBGE, assim como a teoria da homogeneização urbana da sociedade. Contudo, Rua procura construir sua própria linha de pensamento, a partir da idéia de urbanidades, onde o rural, enquanto um espaço “híbrido”, manteria seu poder criativo frente a estes processos de urbanização.

Tentaremos desenvolver a idéia de trabalhar com “urbanidades no rural” (inovações transformadoras), criando espaços/territórios novos que se lançam numa nova aventura coletiva ao imaginar novas formas de organização do espaço e novas formas de funcionamento da sociedade local, não se tratando de uma transposição de um modelo de organização urbana pouco adaptado aos espaços/territórios rurais (Rua, 2001 a, p.34).

Os estudos de Rua tem o grande mérito de, além de se constituir como uma fértil alternativa à análise da problemática rural, trazer a discussão para o campo geográfico. Percebemos que diversas são as abordagens referentes à questão da necessidade de se repensar o rural nos dias de hoje. Acreditamos que é necessário entendê-lo como uma realidade em constante processo de (re)criação, onde o “espaço agrário de hoje não é o mesmo de ontem, nem será o mesmo de amanhã” (Galvão, 1995, p.103). Os conceitos são apenas abstrações que procuram dar conta de parcela da realidade, a fim de resolver determinadas questões, já que a totalidade é uma pretensão inalcançável, e a realidade é sempre mais complexa do que qualquer construção teórica.

A relação metrópole x interior e o “esvaziamento” econômico fluminense

No tópico anterior, constatamos que a qualificação do que seria rural envolve uma série de aspectos que, quando ignorados, resultam na elaborações de caracterizações pejorativas e equivocadas. O termo rural concentra uma grande diversidade de relações, revelando a necessidade de entendê-lo não como uma realidade que está sendo transformada, anulada, mas sim como uma expressão socio-espacial que possui a propriedade de se movimentar, de se recriar. O discurso da urbanização se apresenta enquanto um elemento “nocivo” na medida que representa um obstáculo à tal compreensão, tal qual a clássica dicotomia que procura contrapor o rural ao urbano.

Um fator a ser oportunamente lembrado relaciona-se ao discurso da predominância do urbano no estado do Rio de Janeiro, na medida que as estatísticas apontam para uma taxa de população urbana de 96% (IBGE, 2000). De certo, é inegável o fato de que a Região Metropolitana, sobretudo a cidade do Rio de Janeiro, exerce um grande poder centralizador da dinâmica sócio-econômica do estado. Contudo, como procuramos demonstrar em trabalho anterior, focalizado na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, o espaço é constituído de um vasto mosaico de atividades, sendo (re)construído conforme a

atuação de diversos agentes sociais, criando novas configurações e formas espaciais, pois

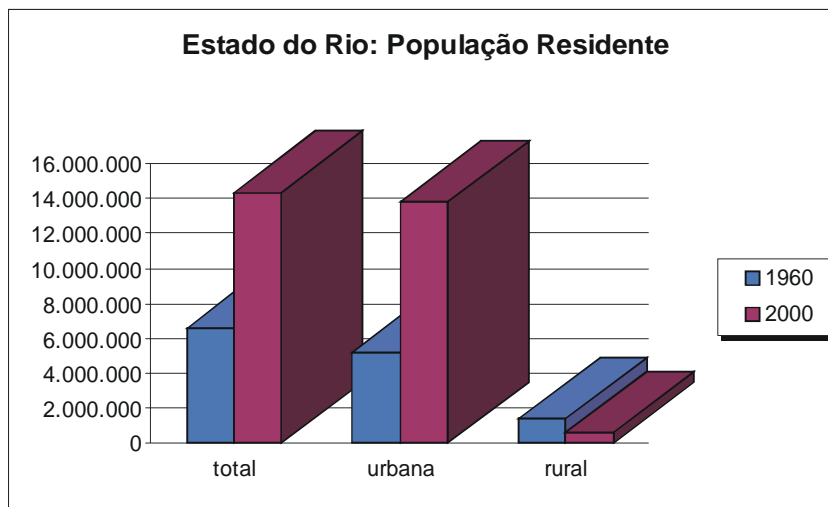
Apesar de seu caráter urbano e todo o peso exercido pelos setores industrial e terciário, existem algumas áreas na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense em que a agropecuária exerce considerável relevância, por vezes não em termos de uma produção de expressão regional ou estadual, mas de importância quando analisamos numa escala local (Fusco, 2003, p.75).

Este quadro contrastante que procuramos apresentar é resultado de uma diversidade de atividades praticadas nos espaços interioranos do estado, que acarretaram em um mosaico espacial complexo que carece ser observado com cautela, evitando assim deduções reducionistas. Quanto à urbanização do estado, alguns pontos necessitam ser destacados. Qualquer pessoa que conheça minimamente o interior do Rio de Janeiro pode conferir que tal supremacia urbana merece ser relativizada (gráfico 3). Abramovay (2000), Veiga (2001), dentre outros autores, questionam os critérios que definem o que seria um espaço urbano. Tais convenções tornariam, por meios políticos, áreas rurais em áreas urbanas, pela simples dotação de uma infra-estrutura, como já foi tratado anteriormente neste mesmo trabalho.

Tal fato nos remete à intensa concentração metropolitana, que contribui para a configuração destes dados, onde mais de 70% da sua população está localizada. Esta situação irá contribuir para a supremacia urbana estadual, tendo em vista que a taxa de urbanização é dada com base na distribuição da população. E segundo os dados oficiais, a população da Região Metropolitana é eminentemente urbana, apesar de alguns espaços metropolitanos guardarem algumas características ligadas ao universo rural, como, por exemplo, áreas existentes em Campo Grande e Santa Cruz, bairros pertencentes ao município do Rio de Janeiro, este considerado oficialmente 100% urbano.

Os dados da tabela 1 demonstram a esmagadora concentração populacional na região metropolitana. Segundo Duarte (1981), o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, diferentemente do que ocorre nos países desenvolvidos, tende a se dar de maneira concentrada, opondo-se a um espaço periférico e aparentemente dependente e desestruturado. E esta concentração acarretaria num quadro denominado de *macrocefalia urbana*, resultando num crescimento desequilibrado da rede urbana, tornando limitada às possibilidades de desenvolvimento das cidades periféricas (Santos, 2004). O processo de urbanização latino americano é marcado por uma expressiva concentração nas suas principais cidades, e tal quadro de inchamento é proporcionado em parte pelo intenso fluxo migratório destinado a estas áreas. Contudo, como ressalta Maricato (2001), estas cidades cada vez mais não proporcionam condições para absorver toda esta população, fazendo com que engrossem as fileiras do trabalho informal.

Gráfico 3



Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Adaptado de Ribeiro, 2001.

Tabela 1 - Estado do Rio de Janeiro – População Residente

Estado, Região Metropolitana e Interior	1991	2000
Estado	12.807.706	14.367.225
Região Metropolitana	9.814.574	10.871.960
Núcleo	5.480.768	5.850.544
Periferia	4.333.806	5.021.416
Interior	2.993.132	3.495.265

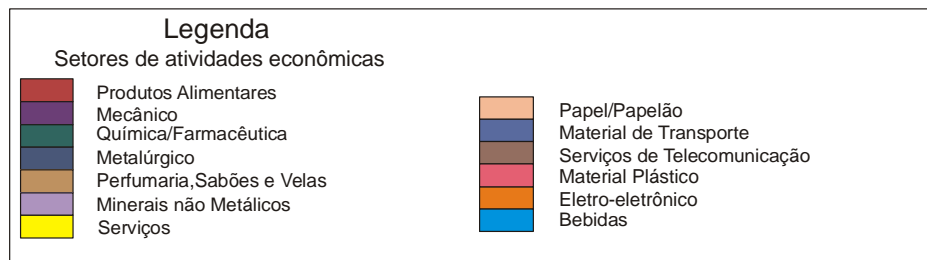
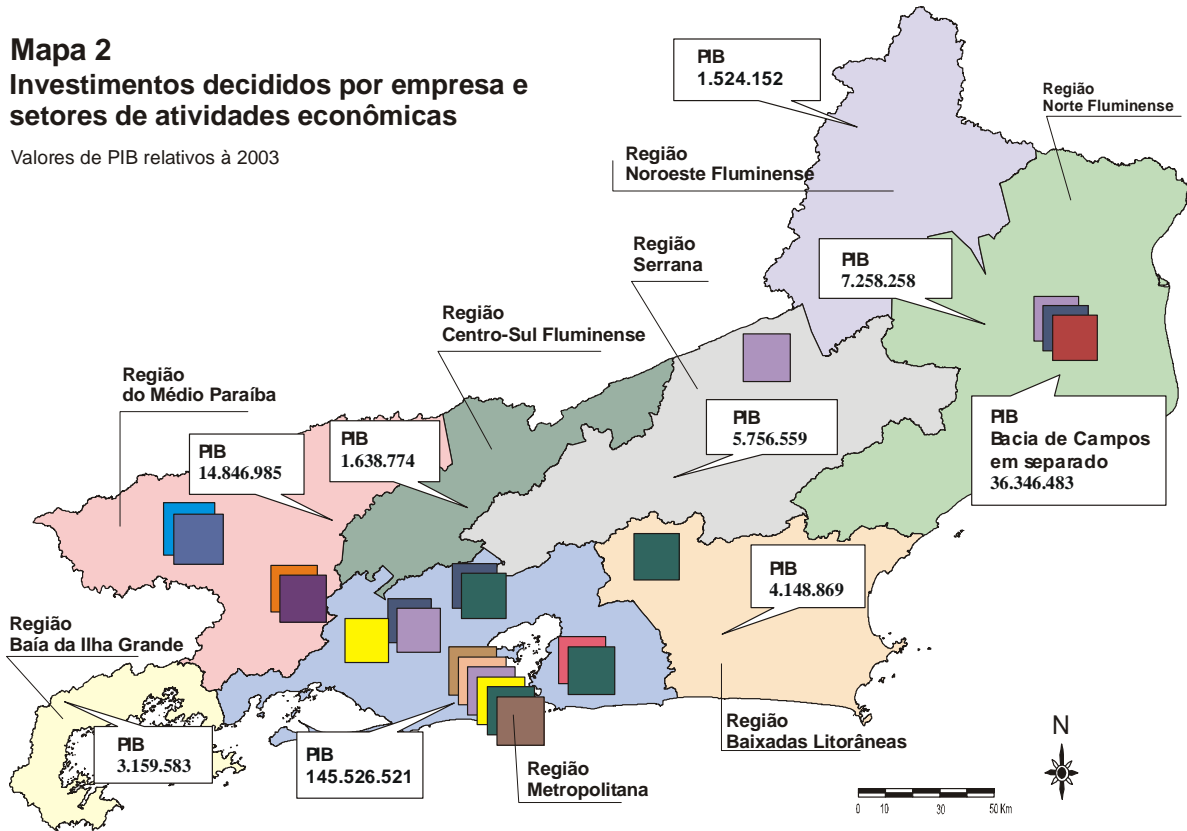
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000. Adaptado de Ribeiro, 2001.

O mapa 2 vem a confirmar a condição concentradora das atividades econômicas por meio dos investimentos empresariais em sua região metropolitana. De acordo com as informações apresentadas no mapa, o que deixa transparecer é que, excetuando-se alguns espaços de maior dinamicidade, como o eixo industrial do Médio Vale e a extração de Petróleo na Bacia de Campos, as demais áreas refletem uma situação de aparente estagnação, fazendo-nos crer que sejam carentes de políticas voltadas para a criação de condições que possibilitem um maior dinamismo econômico, de modo que possa se reverter em possíveis benefícios para as populações locais. As condições que orientaram esta configuração concentradora metropolitana já foram abordadas em tópicos anteriores neste mesmo trabalho, tornando desnecessário retomá-los no momento. Apesar de um movimento de desconcentração produtiva da área metropolitana, esta ainda se apresenta de maneira incipiente e pontual, onde ainda conserva, segundo Natal (1999), a prevalência de antigos requisitos locacionais⁵, resultando numa *desconcentração concentrada* (Natal, 1999). Para o autor

⁵ Infra-estrutura, mercado de consumo e mão-de-obra, associados à atual e agressiva política de privilégios fiscais

Mapa 2 Investimentos decididos por empresa e setores de atividades econômicas

Valores de PIB relativos à 2003



Fonte: CIDE. Adaptado por Fusco, 2005.

os apontamentos anteriores atestam inequivocamente a reiteração da antiga geografia econômica, ou, como anotado antes, a principalidade econômica da RMRJ, de um lado, e, de outro, a secundarização econômica da área extra-Metropolitana. E mais, também em conformidade com a configuração progressiva, a manutenção da “ilha de excelência” econômico-produtiva definida pelos Municípios de Volta Redonda, Resende e, agora, Porto Real (município que, como se sabe, foi desdobrado de Resende para fins específicos, qual seja, o de atração de empresas através da concessão de recursos fiscais) (Natal, 1999, CD-ROM)

É interessante atentar para os valores de PIB apresentados, pois refletem a vigorosa concentração econômica na área metropolitana. Em seguida, temos o Norte Fluminense, onde a economia é alavancada pela atividade petrolífera, cujo fantástico incremento no PIB (sobretudo quando comparado às outras regiões do interior) fica latente ao separarmos os valores referentes somente a bacia de Campos. O Vale do Paraíba também se destaca, proporcionado pela atividade industrial ali implantada, assim como pelo desenvolvimento do setor terciário, proporcionado pelo turismo e, sobretudo, pela reorganização econômica por que passam os principais centros urbanos

Apesar de ser inegável que a região metropolitana é a grande concentradora populacional do estado, não podemos ignorar o fato de que as cidades médias⁶ brasileiras apresentaram um dinamismo demográfico considerável nas últimas décadas. De acordo com Penalva Santos, Andrade e Valente (2000), entre 1970 e 1996, essas cidades experimentaram um ritmo de crescimento superior ao observado nos centros urbanos do país, tendo ampliado a sua participação na população urbana de cerca de 9% para 14%. Os autores destacam ainda que grande parte deste incremento deve-se à contribuição dada pelos saldos migratórios. No período de 91 a 96, as cidades médias absorveram 56,9% do total dos imigrantes. Tais números refletem, de alguma forma, o próprio reordenamento espacial das indústrias, que passam a buscar novas áreas, dentro da lógica descentralizadora do atual modelo de produção flexível.

⁶ O termo cidades médias refere-se ao conjunto de centros urbanos (não-capitais e não-metropolitanos) com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, segundo IBGE.

Contudo, seria um tanto precipitado manifestar-se em razão de uma “desmetropolização”, o que passaria uma idéia de as metrópoles estariam diminuindo sua área de abrangência e seu papel centralizador em face de um crescimento das cidades de porte médio. Tal remodelamento da rede urbana não se constitui, de acordo com Maricato (2001), numa mudança radical no padrão de concentração metropolitana brasileira, tendo em vista que as cidades médias abrigam apenas 20% da população atual. O que podemos apontar é que as metrópoles nacionais passam a apresentar índices menores de crescimento, o que não significa que deixaram de crescer. Passam a ter sua função reconfigurada⁷, conservando um papel centralizador no contexto econômico global.

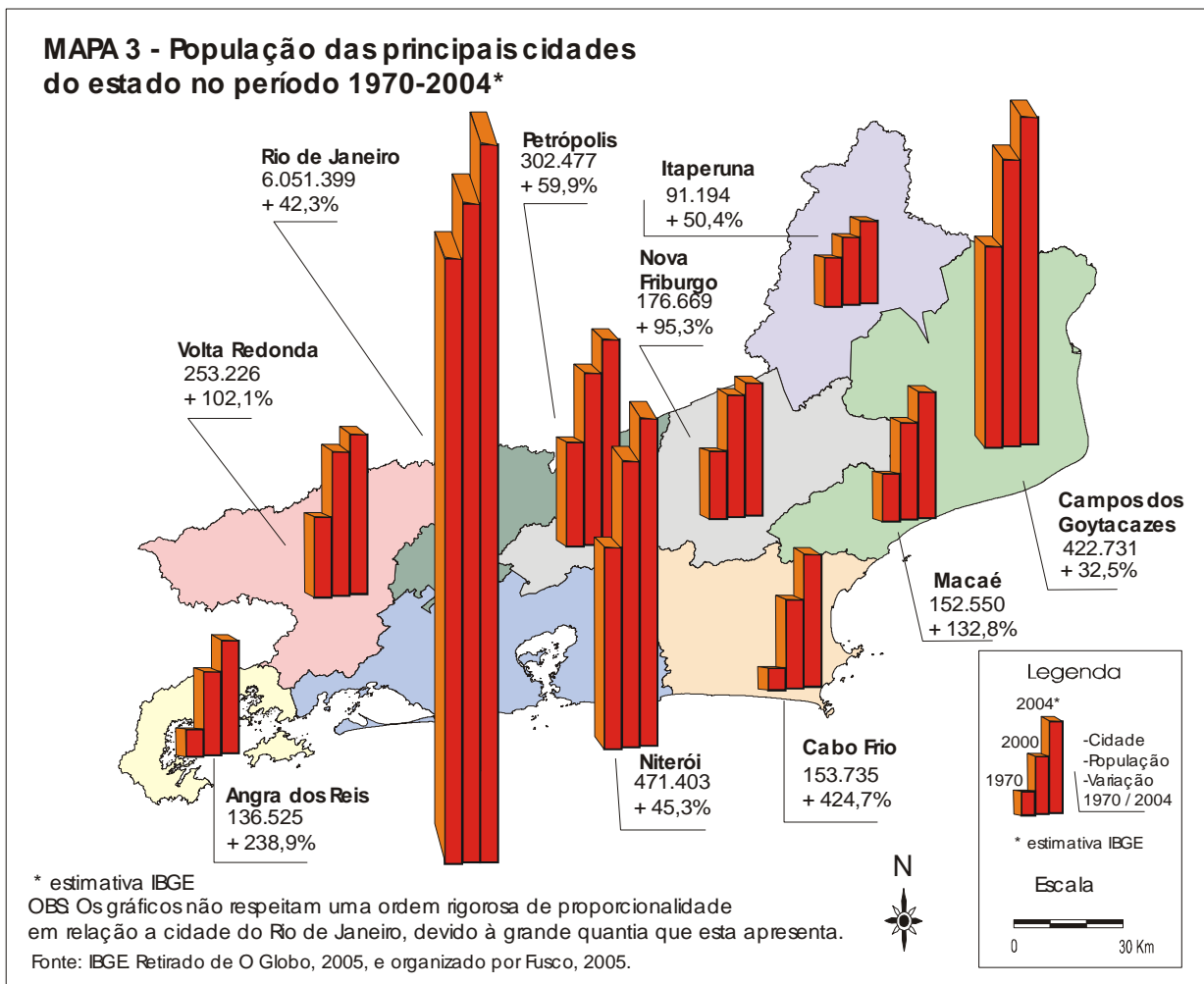
Segundo Santos (1993), tal processo se apresenta como uma “dissolução da metrópole”, por meio de uma difusão técnica e informacional antes restrita aos centros metropolitanos, que agora ampliam sua capacidade de estarem “presentes” além das suas fronteiras físicas, imprimindo uma dinâmica, um tempo a todo território, que é o tempo do Estado e das multinacionais. Apesar de uma relativa desconcentração produtiva, surge um novo princípio de hierarquia, uma hierarquia das informações, onde “nenhuma cidade, além da metrópole, “*chega*” a outra cidade com a mesma celebridade. Nenhuma dispõe da mesma quantidade e qualidade de informações que a metrópole” (Santos, 1993, p.91) Porém, é novamente Santos (2002 a) que nos lembra que o meio técnico-científico-informacional não é de exclusividade das metrópoles, já que mesmo o campo também experimenta destas inovações proporcionadas pela técnica, sendo dotado de objetos repletos de informação e artifício.

Destarte, algumas cidades médias passam a assumir uma importância crescente no que se refere à economia estadual, sobretudo ligado à atividade industrial e turística, além de algumas áreas ligadas à produção agrícola. O mapa 3 assinala o

⁷ Em função da reorganização produtiva dada a cabo pelo setor industrial, as grandes cidades passam a se concentrar e se especializar nas atividades de comércio e de prestação de serviços. Tal fato é evidenciado na cidade do Rio de Janeiro, onde somente ela concentra 50,3% do PIB do setor terciário de todo o estado (CIDE, 2005).

considerável desempenho populacional de algumas cidades interioranas, que apresentaram taxas de crescimento superiores à cidade do Rio de Janeiro. Cumpre destacar ainda a imensa concentração da cidade do Rio de Janeiro, e que esta apresentou taxas de crescimento de modo algum desprezíveis. Contudo, é perceptível uma tendência de redistribuição da população fluminense.

De acordo com Penalva Santos (2003), esse quadro de reconfiguração demográfica está intimamente ligado à atração de contingentes migratórios provenientes de outros municípios e até de outros estados. As tradicionais cidades



de atração, como São Paulo e Rio de Janeiro, estão recebendo fluxos decrescentes de migração (apesar de serem ainda relevantes⁸), já que estas não mais reúnem uma oferta de emprego e possibilidades para estas pessoas como no passado, quando a industrialização se fazia com uma maior quantidade de mão-de-obra.

Aliado a isso, temos um movimento de “desconcentração” industrial para novas áreas, onde estas passam a assumir um papel de maior atração migratória. Segundo Penalva Santos, “a caracterização das metrópoles como produtoras de serviços especializados vem resultando numa desindustrialização das mesmas” (2003, p.36). Nas palavras de Póvoa

Há portanto, em termos nacionais, um a redução no volume absoluto das deslocamentos migratórios. Mas a migração continua sendo a grande responsável pelo dinamismo do crescimento populacional metropolitano. Este fato está associado a uma série de fenômenos, por exemplo, as migrações de retorno, ao crescimento da migração de curta distância e intra-regionais, ao crescimento das cidades de porte médio, e a continuidade, o aprofundamento do processo de periferização das regiões metropolitanas, inclusive do Rio de Janeiro (2001, p.77)

Ainda segundo o autor, esses fluxos migratórios perderam seu caráter essencialmente rural, sendo hoje oriundos de pequenas e até mesmo de grandes cidades. Além da oferta de emprego, existem outras razões que estão associadas a esta nova geografia migratória, que é “fuga” de setores da classe média para cidades menores, em busca de uma melhor qualidade de vida, como numa alternativa à realidade stressante e violenta dos centros metropolitanos. Tal fato ajuda a explicar o grande crescimento demográfico de alguns municípios, como por exemplo Iguaba Grande, que no período de 1991 e 2001 cresceu 8,11%, encabeçando a lista dos que mais se expandiram neste período, seguido de Rio das Ostras com 8,07% – desempenho deste associado também à atividade petrolífera (IBGE-Tendências Demográficas. Retirado de O Globo, 2005).

⁸ Em 1970, o percentual de migrantes com até de 10 anos de residência era de 13,32%. Em 1991, essa taxa era de 5,82%. Embora a taxa tenha declinado, ainda se mostra relevante a sua participação (IBGE, retirado de

De acordo com o pensamento de Penalva Santos (2003), nunca se teve como prioridade, no Rio de Janeiro, a elaboração de um projeto de desenvolvimento, pois seu papel de capital administrativa do governo federal “lhe conferia vantagens locais relacionadas à presença de um grande contingente de trabalhadores com rendas altas e estáveis” (2003, p.72). Esta primazia política proporcionada pelas suas funções políticas, que lhe proporcionou uma visibilidade em escala nacional, também ocasionou um sufocamento da cidade do rio de Janeiro e, em paralelo, de todo o estado.

Sem maiores laços com seu interior, a cidade passa a ter sua história associada diretamente com o Brasil, deixando de possuir uma história “própria”, Nas palavras de Rodrigues, o Rio de Janeiro torna-se um “microcosmo da nação, (onde) toda a produção que a tome como objeto estará ao mesmo tempo falando da nação (2002, p.14). Com a decadência do café, o interior fluminense não desenvolveu outras atividades que o reorganizasse economicamente, transformando-se num (discutível) “vazio”. Tal situação teria permitido que a cidade do Rio de Janeiro se estruturasse, em princípio, desarticulada de seu entorno, sem “nenhum atrito com as demais economias regionais” (Lessa, 2000, p.346).

Nesse sentido, percebemos que as relações estabelecidas da cidade com o seu interior são bastante incipientes, reduzidas em alguns pontos. Tal aspecto se torna mais explícito quando analisamos o período cafeeiro, cujo circuito ferroviário procurava ligar a cidade às áreas produtoras. Em aspectos gerais, o interior fluminense teria permanecido como um espaço de passagem para as comunicações estabelecidas da cidade do Rio de Janeiro com as áreas de interesse econômico, muitas vezes localizadas em outros estados. Fato este que pode ser comprovado ao observamos a malha viária estadual. Esta carência de eixos de comunicação que integrem a capital ao seu interior é um aspecto que permanece até hoje, como nos demonstra Silva (2003) em seu trabalho sobre a Região Centro-Sul. De acordo com Moreira,

Penalva Santos, 2003).

A malha viária do estado revela à sociedade este modelo dinâmico para o país e desorgânico para o Estado: são longos eixos de travessia, verdadeiras vias expressas, indiferentes aos lugares por onde passam, incapazes de somarem-se a uma ramificação de estradas que recolham e escoam os produtos locais para o consumo das cidades e da grande metrópole e tragam num retorno os benefícios industriais e terciários desta (Moreira, 2001, p.129).

Mesmo com a transferência da capital nacional para Brasília em 1960, a cidade do Rio de Janeiro, que neste período era nomeada estado da Guanabara, permanecerá “desligada” do então estado do Rio de Janeiro, cuja capital é Niterói. Somente no ano de 1975, em função de uma medida arquitetada pelo governo militar, quando ocorreu a fusão dos estados da Guanabara e do antigo estado do Rio de Janeiro, resultando na situação presente hoje (figura 10). Contudo, tal processo não será livre de tensões e conflitos, nem muito menos deixará ilesa as relações entre a agora capital do estado, a cidade do Rio de Janeiro, e o seu interior. Sobre os propósitos acerca do projeto da fusão, trazemos as palavras de Evangelista:

Figura 10



A construção da Ponte Rio-Niterói em 1974 já era um indício da proposta de união dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, fato este que se efetivou com a fusão no ano seguinte.

Fonte: urbanismo.niteroi.rj.gov.br/historia.html

A fusão significaria uma forma de solucionar, à época, dois “problemas”, simultaneamente, a saber: a fusão propiciaria, de um lado, condições institucionais de se poder transferir recursos da cidade em favor de sua área vizinha carente em infra-estrutura; segundo, retiraria as dificuldades de se acessarem recursos públicos federais porque na Guanabara o partido que governava era de oposição ao governo federal, o que fragilizava-o na disputa por recursos federais frente a outros estados da federação mais fiéis às linhas do governo (1988, p.55).

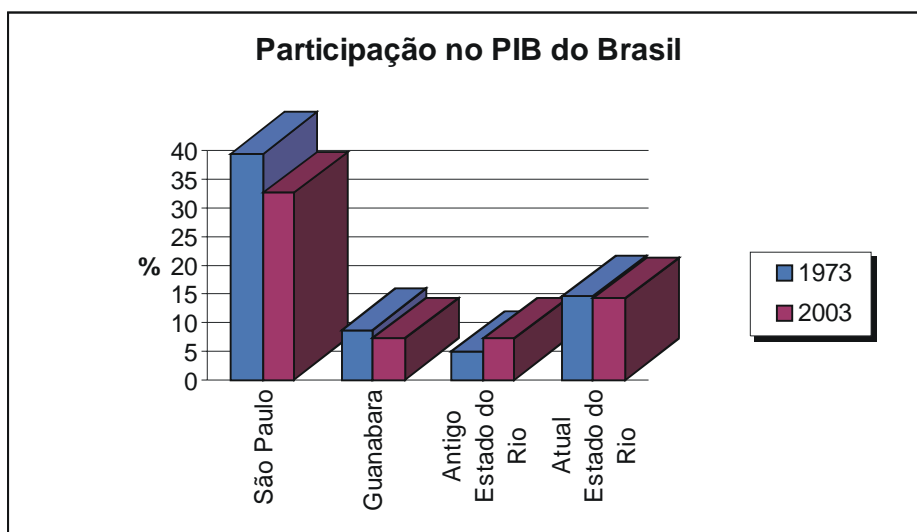
Percebemos, então, todo o jogo político acoplado ao simples discurso de “reequilibrar” as economias dos dois estados: a rica Guanabara e o empobrecido Estado do Rio. A fusão teve, entre outros objetivos, a função de enfraquecer a Guanabara pelo seu caráter oposicionista ao governo militar, com o qual o Rio de Janeiro possuía uma melhor sintonia. Mesmo o discurso de diminuir as diferenças entre os dois estados pode ser contestado devido as circunstâncias existentes.

O jurista Célio Borja, um dos responsáveis pelo projeto de fusão, afirmou em entrevistas recentes à televisão e aos jornais (O Globo, 2005) que um dos propósitos do projeto era criar uma alternativa para o desenvolvimento da Guanabara, já que esta tinha perdido a função de capital federal, e que todo o potencial de crescimento estava no interior, como por exemplo o pólo industrial do Médio Paraíba e o petróleo na Bacia de Campos. Esta justificativa pode ser visualizada no gráfico 4, que assinala um crescimento do PIB do antigo estado do Rio superior ao de sua atual capital.

Apesar da necessidade de se relativizar estes dados, na medida que estes valores são muito mais reflexos da exploração de Petróleo no Norte Fluminense do que de um efetivo desenvolvimento interiorano, são informações que merecem ser consideradas, pois contribuem economicamente para o estado como um todo, incluindo a “nobre” cidade do Rio de Janeiro. Em uma matéria do jornal O Globo (2005), Marly Motta, do CPDoc da FGV, afirma que considera um mito o fato da Guanabara ser considerada um estado rico no período precedente à fusão, pois era latente o empobrecimento e a queda da renda de sua população. Tal argumento, a nosso ver, levanta várias reservas quanto ao crescente discurso

sobre o projeto de desfusão promovido por alguns segmentos da sociedade carioca, que parecem desconhecer (ou mesmo ignorar) a profundidade das próprias questões que defendem.

Gráfico 4



Fonte: IBGE/CIDE/Secretaria de Planejamento 1975; Estudos Fiega; Secplan 1975; CIDE 2005.

Adaptado de O Globo, 13-03-2005.

É interessante também perceber que neste mesmo período denominado de “esvaziamento econômico fluminense”, o PIB de São Paulo também sofreu uma queda, mostrando que este fato não ocorreu exclusivamente no Rio de Janeiro, sendo resultado de processos mais amplos. Muitas análises descartam o fato de que a década de 80 representou um período de crise que afetou a economia nacional como um todo. E quanto ao Rio de Janeiro, soma-se o agravante de que, não raro, buscou-se encontrar razões para a sua crise, razões estas que ignoravam as suas próprias contradições internas e constitutivas de sua estrutura (Natal, 2001).

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Rio de Janeiro, sobretudo a partir da década de 30, também muito se diferenciou daquele estabelecido em São Paulo. Com sua industrialização baseada em grande medida em empresas estatais, o

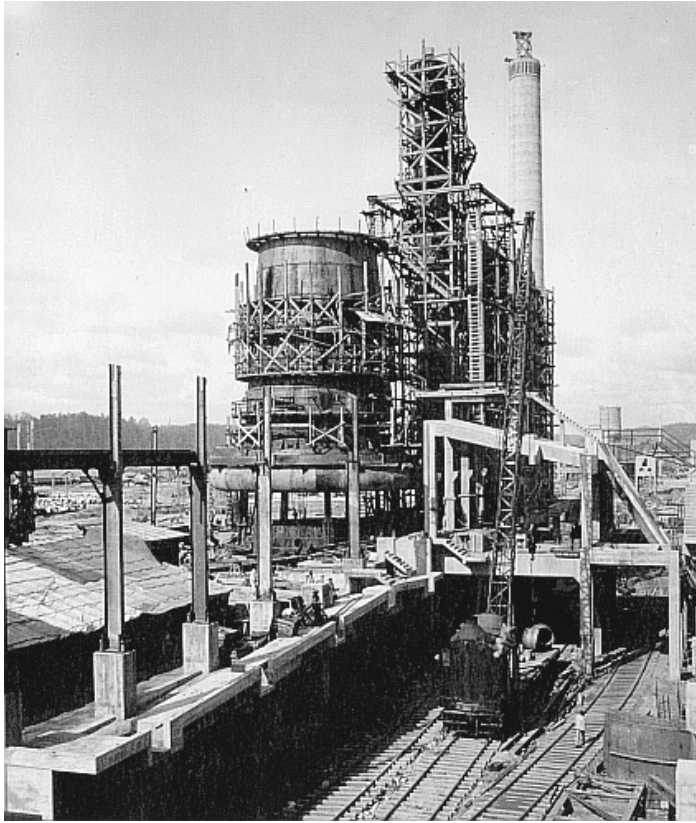
Rio de Janeiro vinculou-se muito mais às questões de âmbito nacional do que com o seu entorno. São Paulo, por sua vez, têm sua industrialização em grande parte baseada na iniciativa privada. Segundo Moreira,

No modelo de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, a região metropolitana concentra a população, os serviços, a administração, a renda, a poupança. O interior evolui sem o mesmo dinamismo, num plano em paralelo (Moreira, 2001, p.129).

Como já nos reportamos anteriormente, a cidade do Rio de Janeiro não funcionou como um pólo articulador de políticas públicas. A industrialização localizou-se, em grande parte, na franja metropolitana. Mesmo a Região do Médio Paraíba, que foi alvo de intervenções federais, cuja ação principal consistiu na instalação da CSN, na tentativa de se criar um pólo industrial na Região do Médio Vale (figura 11), descentralizando a produção industrial da área metropolitana. Tal iniciativa em muito se assemelha à concepção dos *Pólos de Desenvolvimento* de Perroux (Egler, 1995), em que ações pontuais de promoção do desenvolvimento industrial seriam responsáveis por alavancar o desenvolvimento de uma região, onde as consideradas zonas ativas “transbordariam” seu caráter inovador para o seu entorno, desencadeando, assim, um ciclo de desenvolvimento.

Tais ações políticas, inegavelmente, se reverteram na configuração de um pólo industrial, contudo este não se configurou como um pólo de desenvolvimento regional, pois não fomentaram o desenvolvimento de atividades locais integradas à indústria (Cunha, 2000). As cidades interioranas também não se constituíram como centros regionais que visassem o estabelecimento e a disseminação de atividades produtivas, a fim de propiciar uma maior dinamicidade para as áreas envolvidas. Como sublinhou Lessa,

Figura 11



Montagem do alto-forno e da casa de comida da CSN em Volta Redonda, 1944.

Fruto direto de uma intervenção política federal no Rio de Janeiro, a CSN representou um marco da industrialização brasileira.

Fonte: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/csn.htm

(...) a prosperidade do interior fluminense, que havia lastreado no século anterior a construção da unidade nacional, serviu, ao atrofiar-se no século XX, para dissolver qualquer provincianismo do Rio, possibilitando que todo país aceitasse ser, pelo imaginário, a retroárea da metrópole (Lessa, 2001, p.13).

Apesar da dificuldade de se estipular datas precisas, podemos considerar que a perda da hegemonia carioca se inicia a partir da década de 20, quando a produção industrial paulista começa superar a produção industrial do Rio de Janeiro. A cidade se mantém, por meio de sua função de capital da república, como o lócus administrativo e burocrático do país. O espaço agrário fluminense, após a crise cafeeira, inicia seu processo de estagnação, pois não é introduzida

nenhuma outra atividade que possibilitasse algum dinamismo econômico. Destacam-se, em primeiro plano, algumas produções “tradicionais”, como a pecuária leiteira, de baixa produtividade (Fusco, 2003), cuja uma das principais funções consiste em garantir a posse de terra por meio de uma atividade que requer um reduzido investimento; e a lavoura canavieira, cujo desempenho entra em declínio a partir da década de 70, apesar dos incentivos federais por meio de programas como o Próalcool, como nos revelou o trabalho de Barbosa e Marafon (2001).

Contudo, existem alguns pontos referentes à esta questão que merecem serem melhor clarificados. Não podemos tomar esta questão do esvaziamento econômico de maneira simplista, pois esta não considera as alterações do contexto político e econômico nacional. A partir das décadas de 60/70, mormente apontadas no discurso do “esvaziamento”, refletem o momento de transição para outras prioridades nacionais, como por exemplo os grandes projetos na Amazônia e o desenvolvimento de complexos agroindustriais no Sul e Centro-oeste. Devemos tomar o Rio de Janeiro em conjunto com os processos mais amplos para melhor entendê-lo. Para termos uma idéia, neste mesmo período, São Paulo, tomado como referência, também apresentou níveis de crescimento inferiores às taxas de crescimento nacional, como nos mostrou Limonad (1996). Estes índices podem ser mais bem interpretados no gráfico 3, mostrado em páginas anteriores.

Ainda sobre a involução econômica do estado do Rio de Janeiro frente aos outros estados da federação, sobretudo São Paulo, vale tecer mais algumas considerações. Limonad (1996) nos aponta que este discurso deve ser tomado com grande cautela, pois vem imbuído de um acentuado conteúdo ideológico, reduzindo, muitas vezes, o estado ao município do Rio de Janeiro, desconsiderando assim a dinâmica estadual. Para autora, seria mais prudente falar de bolsões de pobreza do que propriamente um esvaziamento econômico estadual o que tomaria o estado todo como uma realidade única, de modo a ignorar as suas particularidades regionais, reduzindo os processos sócio-espaciais envolvidos.

O discurso do “esvaziamento” persiste até hoje e constitui-se, de certa forma, em uma bandeira política com forte comprometimento ideológico. Isto é interessante para as elites da capital do estado que projetam os problemas desta como se fosse uma característica da totalidade do estado. O “esvaziamento”, assim, é utilizado como síntese da complexa realidade estadual para atender a interesses políticos diversos, em uma tentativa de tornar o Rio de Janeiro, principalmente o município e a região metropolitana, uma prioridade nacional. E com isso deixou-se de observar a complexa diversidade no interior do estado e as transformações ocorridas nos últimos vinte anos em parte devidas à articulação tardia da região metropolitana (Limonad, 1996, p.14).

O modelo industrial passa a ser centrado no estado de São Paulo, sobretudo na área do ABC. O estado passa a receber montantes cada vez maiores de investimentos, em grande parte oriundos da iniciativa privada (Lessa, 2001). O Rio de Janeiro, cuja industrialização baseou-se, em grande medida, pelo capital estatal federal (visto a presença de empresas como CSN, REDUC, FNM, Petrobrás, Eletrobrás, etc.), sofre um forte abalo, principalmente na década de 90, com o desmonte do aparelho estatal através das privatizações, e do sucateamento do patrimônio nacional.

Desta forma, o esvaziamento do estado é antes um esvaziamento da cidade do Rio de Janeiro. Destituído de sua autonomia no momento em que passa a ocupar a função de capital nacional, a cidade do Rio de Janeiro passa a paulatinamente apresentar taxas decrescentes de crescimento. Esta passa, então, a se ocupar basicamente de sua função política enquanto capital da república, fato que perdurará até 1960, ano da transferência da sede nacional para Brasília. A partir desse momento a cidade iniciará um estado de desorientação política e econômica, que culminará na situação atual de incertezas.

Percebemos que muitas vezes tais discursos políticos não resistem a uma análise mais pormenorizada, pois não contemplam todo o jogo de relações estabelecidas. A construção social do espaço se apresenta como uma expressão dos interesses existentes na reprodução dos diversos agentes sociais. E, segundo tal raciocínio, tal configuração será responsável por uma forte relação territorial, o que

apresentará o espaço como uma dimensão de crescente valorização na elucidação de tais aspectos. E, no que tange à questão da problemática rural aqui discutida, veremos que o território pode se configurar como uma categoria de análise bastante propícia à condução deste debate.

A emergência do território no debate acerca do rural

O debate acerca do processo de revalorização e resignificação do rural é um tema que consta na pauta de discussões de diversos cientistas sociais. Contudo, o que mais nos chama atenção neste debate é a crescente utilização da dimensão espacial por parte destes, sobretudo a dimensão territorial. Não obstante às discussões empreendidas por alguns, referente ao chamado “fim dos territórios”⁹, (em função da disseminação das redes que, na visão de alguns autores, seriam responsáveis pela desagregação dos territórios tradicionalmente constituídos), percebemos ser cada vez maior o contingente de cientistas que se debruçam sobre a questão territorial na abordagem acerca das problemáticas atuais.

Apesar de ser um conceito caro à ciência geográfica, o território não é de uso exclusivo desta. Outras ciências, como a Sociologia, a Antropologia e a Biologia, só para citar alguns exemplos, fazem um amplo uso deste, porém com algumas diferenças, de acordo com o enfoque empreendido por cada uma destas áreas do conhecimento. Para a Geografia, território está vinculado intimamente à idéia de poder. Tais relações de poder se estabelecem no espaço, fazendo com que este seja apropriado por um ou mais grupos sociais constituem, de maneira geral, um território. Este processo de revalorização do território se justifica pelo fato deste se apresentar como um conceito mais concreto, facilitando a sua utilização, ao contrário do conceito puramente de espaço, imbuído de um maior grau de abstração. De acordo com Souza, o território é, fundamentalmente, “um espaço definido por e a partir de relações de poder” (1995, p.78). Contudo, estas relações

⁹ Um dos maiores defensores desta idéia é Badie, em seu livro *Lê fin dès territories*, como nos mostrou Haesbaert (2002).

de poder podem se expressar das mais variadas formas, referindo-se a uma apropriação/dominação¹⁰ de uma parcela do espaço por determinados agentes sociais, que o imbuem de um alto grau de dinamicidade, flexibilidade e instabilidade.

Territórios, que são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos (...) podem, (...) formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo (Souza, 1995, p. 87).

O território foi inicialmente tratado na Geografia a partir da leitura de Ratzel, que o vinculava às delimitações espaciais que compreendessem o poder institucionalizado de um Estado-nação. Esta visão do conceito de território configurou-se como um dos fundamentos da Geografia política, pois relacionava diretamente a nação e os grupos sociais ao solo, na construção de raízes e de uma identidade nacional. Ratzel entendia a sociedade como um organismo vivo, que necessitava de um espaço para sobreviver, configurando-se como um “espaço vital”, o que fez com que seu pensamento tenha sido apropriado pela ideologia expansionista da Alemanha nazista no século XX (Souza, 1995).

Abandonado pela Geografia francesa em função de seu teor político (onde, num embate entre as escolas francesa e alemã, a primeira buscou valorizar a abordagem regional como um contraponto conceitual¹¹), o território retorna através da abordagem da escola crítica e da escola humanística: para a primeira por ser condição e condicionante das relações sociais de produção e do conflito de classes que são, antes de mais nada, expressões de relações de poder; e para a

¹⁰ Apropriação num sentido mais simbólico; e dominação num sentido mais concreto, a partir de um enfoque político-econômico (Haesbaert e Limonad, 1999).

¹¹ “Apoiados no funcionalismo de Durkheim, onde se observa a concepção da totalidade, mas esta, dividida em parte que se relacionam, a escola francesa adquire um caráter sistemático” (Moreira apud Blume e Scheneider, 2003).

segunda por se referir a apropriação simbólica de um grupo social de um dado espaço, sustentáculo de experiências vividas, aproximando-o do conceito de lugar (Gomes, 1999).

Para Raffestin, o território não se trata de espaço, mais sim de espaço construído em função dos objetivos de algum agente ou ator. Desta forma, o espaço representado não seria mais o espaço propriamente dito, mas uma imagem dele, expressando a construção de um território. “É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (1993, p.147). A análise de Raffestin é passível de críticas, como nos aponta Souza (1995), pois este praticamente reduz o conceito de espaço a um espaço natural, esvaziando-o de seu conteúdo social.

Recentemente, o território vem ganhando novas leituras, possibilitando uma maior flexibilidade de aplicação. Podemos trazer aqui os apontamentos de Haesbaert e Limonad (1999) sobre os *territórios descontínuos* compostos na sociedade moderna por meio da difusão de redes, em contraponto aos territórios contínuos das sociedades tradicionais. Fator essencial no discurso daqueles que defendem o fim dos territórios, a disseminação técnica das redes muitas vezes é responsável pela constituição de novos territórios, em moldes diferentes daqueles concebidos tradicionalmente, denominados pelos autores de *territórios zona*. Haesbaert (2004) chama atenção para o fato de muitos estudiosos entenderem território e rede através de uma relação dicotômica. Segundo o mesmo autor, nenhum fluxo é completamente desmaterializado, pois até mesmo é necessária a existência de fixos materiais que possibilitem o estabelecimento e o controle destes fluxos. Tal dinâmica é responsável pelo redesenho de novos territórios, fazendo com que a rede seja um de seus elementos constituintes (Haesbaert, 2004, p.301).

Compartilhamos da concepção de Santos sobre o conceito de redes como sendo este um dos elementos constituintes e constituidores do espaço geográfico. As redes seriam formadas pelo conjunto de fixos e fluxos presentes no espaço, onde os fixos representariam a base material das redes, enquanto os fluxos se

refeririam as relações e circulações empreendidas entre os fixos. “Um objeto geográfico, um fixo, é um objeto técnico, mas também um objeto social, graças aos fluxos. Fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente (1988, p. 79)”.

Deste modo, a formação das redes pelo mundo imprimiria uma nova dinâmica entre os diferentes espaços, potencializando suas inter-relações e criando, com isso, uma nova geografia. Segundo Castells, podemos caracterizar a sociedade atual como uma sociedade organizada através de redes de informação e de produção, constituídas a partir das inovações tecnológicas e informacionais. Para tanto, Castells cunha o termo *espaço de fluxos* que seria

a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade (1999, p.426).

Contudo, a idéia de rede não é algo essencialmente nova, como nos mostra Dias (1995), sendo utilizado já anteriormente em algumas obras datadas do século XIX, e até mesmo do século XVIII. Deste modo, a idéia de espaço de fluxos não pode ser concebida como um fenômeno exclusivamente atual e a-histórico, pois este seria o resultado de um processo de evolução tecnológica já em curso na sociedade. Tal denominação compreenderia, na realidade, ao estágio mais recente deste processo.

A dimensão do conflito é valorizada, e o território passa a ser entendido, dentro da relação global/local, como uma “arena de oposição entre o mercado que singulariza (...) e a sociedade civil que generaliza” (Santos, 2002 a, p. 259). Enquanto condição e condicionante do estabelecimento das redes, dos fluxos e das verticalidades, o território termina por assumir um papel midiático entre o

mundo e a sociedade nacional e local ¹² (Santos, 2002 a, p. 338). Nessa relação o território emerge como uma espécie de campo de atuação de inúmeras forças, onde estão sendo jogados os interesses dos mais diferentes agentes, tomados a partir das mais variadas escalas. Esta relação global/local estabelecida faz com que as interferências ocorridas nestas escalas acarretem um novo processo, onde a dinâmica resultante não pode ser reconhecida nem como global nem como local, dada a complexidade envolvida (Haesbaert, 2004, p.347).

Neste embate global/local, a dimensão espacial vêm sendo valorizada, ao contrário de muitas previsões projetadas sobre a anulação do espaço frente ao maior dinamismo proporcionado pelas tecnologias informacionais. E nesse sentido de renovação que temos a abordagem desenvolvida por Carneiro (2001) sobre a idéia de *localidade*, que não seria a tradução de um espaço fisicamente delimitado e socialmente ocupado, mas como um espaço de referência e base para o conjunto de relações sociais responsáveis por uma construção identitária. Nesse sentido, a autora procura trabalhar o território numa conotação diferenciada, procurando-o desvinculá-lo de sua base física, projetando-o no campo das identificações. E a projeção destas identidades, destas representações sociais no território irá constituir as *territorialidades*. “A territorialidade, neste caso, pertence ao mundo dos sentidos, e portanto da cultura” (Sposito, 2004, p.131). Carneiro ainda acrescenta em sua análise a questão do conflito, onde as diferentes identidades, constituintes dos territórios, estão num intenso processo de inter-relacionamento. Para a autora, os territórios assim constituídos podem apresentar configurações diferenciadas dos territórios construídos politicamente.

A noção de território, nesses termos não corresponde a espaços delimitados fisicamente. Refere-se muito mais a uma imagem, uma representação, que é alimentada e alimenta uma rede de relações sociais. Assim, uma localidade político-administrativa pode ser entrecortada por diferentes territórios segundo os diferentes interesses em jogo e as diferentes identidades territoriais (Carneiro, 2001, p.7).

¹² “É o lugar que oferece ao mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o mundo depende das virtualidades do lugar. Nesse sentido pode-se dizer que, localmente, o espaço territorial age como norma” (Santos, 2002 a, p. 338).

Quanto ao campo político-econômico, temos a emergência do discurso em favor do local. Tal discurso vem na esteira da consolidação do modelo neoliberal e das diretrizes que o envolvem. O receituário neoliberal determina, dentre outros elementos, a busca pelo “desenvolvimento” a partir de uma cooperação de forças em escala local, criando assim condições para um desenvolvimento *endógeno* (Fernandes, 2001, p.31), incentivando um modelo de gestão descentralizada. Tal enfoque vem atrelado ao processo de redimensionamento do poder dos Estados que, para alguns autores, significou seu enfraquecimento. Contudo entendemos que trata-se de uma reconfiguração do papel do Estado, afim deste melhor se adaptar aos atuais interesses hegemônicos.

Na realidade, o Estado tem sua importância reforçada: no momento em que cabe a este decidir em que medida se dará a abertura para a entrada de investimentos, na criação de instrumentos que viabilizem condições para disseminação das inovações técnicas, o mesmo “ se torna responsável pelas conseqüências de sua cumplicidade ou de sua resistência em relação aos interesses do sistema capitalista mundial” (Santos, 2002 b, p.223). A escala nacional passou a significar uma estrutura rígida, pertinente ao modelo fordista que se pretende superar. Tal modelo vai de encontro aos interesses das grandes corporações transnacionais, que buscam condições de maior flexibilidade, hoje proporcionada pelo modelo *pós-fordista*, *toyotismo*, ou qualquer outra denominação utilizada para qualificar o momento atual do desenvolvimento capitalista.

Segundo Blume e Scheneider (2003), o discurso acerca do desenvolvimento disseminado nestes diversos estudos surge atrelado à concepção, cada vez mais recorrente, de *desenvolvimento territorial*. Esta dimensão espacial vem atrelada, segundo os autores, à tentativa de se realizar uma leitura diferenciada da realidade. Contudo, o território não pode ser utilizado como um mero acessório à palavra desenvolvimento ¹³. A crítica ao termo desenvolvimento é acompanhada pela crítica à modernidade, que tratava desenvolvimento, na maioria das vezes,

¹³ Não pretendemos aprofundar uma discussão acerca da idéia de desenvolvimento. Para saber mais, consultar Souza (1995) e Veiga (2001).

como sinônimo de crescimento econômico. Desde então o espaço vem sendo tratado em função de suas potencialidades, “aferida na capacidade (deste – *parênteses nosso*) de organizar processos relacionados à estruturação produtiva, passando de agente passivo receptor para agente ativo estruturante” (Blume e Schneider, 2003, CD-ROM).

Esta forma diferencial de se pensar o espaço foi proporcionada pelo uso da dimensão multiescalar, onde o território, por compreender esta característica, surge como resposta adequada aos entraves geográficos referentes à localização. Assim, a união entre os termos desenvolvimento e território tornou-se possível, emergindo a proposição do desenvolvimento territorial (Blume e Schneider, 2003, CD-ROM).

Além da dimensão do poder relacionado à configuração de um território, existe ainda outro elemento que perpassa sobre esta questão, contribuindo para a compreensão e para o uso adequado do conceito de território: a escala. Esta tem a propriedade analítica de conduzir o grau de observação e representação dos eventos, fazendo com que a escala apresente-se como “um problema não apenas dimensional, mas também, e profundamente, fenomenal” (Castro, 1995, p.130) . A escolha da escala a ser utilizada estará relacionada aos objetivos buscados na pesquisa, pois esta resultará no direcionamento da mesma, na medida que dará destaque a determinados agentes e fenômenos em detrimento de outros. Nas palavras de Blume e Scheneider,

O uso da escala implica em um saber estratégico muito sutil, pois o pesquisador pode se utilizar deste recurso como um filtro para uma dada realidade territorial. Esta pode ser fortalecida ou dissimulada pelo pesquisador, pela manipulação de determinada escala, a fim de proporcionar um tipo de recorte que venha satisfazer os seus interesses de pesquisa (Blume e Schneider, 2003, CD-ROM).

Segundo Haesbaert (1999), as territorialidades assumem diferentes conotações de acordo com a escala adotada. Devemos entender o território não como produto

da ação de apenas um agente, mais sim resultado das relações estabelecidas por diferentes grupos nas mais diversas escalas, pois como vimos, uma configuração territorial não se restringe apenas à ação do Estado, pois precisam incorporar o papel das grandes corporações industriais, comerciais, de serviços e financeiras, sendo fundamental trabalhar com a dimensão territorial num processo constante de interação entre as múltiplas dimensões sociais (Haesbsert, 2002). “O território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre os lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação” (Santos, 2002 a, p.231). Este processo se daria em função da intensa disseminação das técnicas da informação, estabelecendo uma nova dinâmica, a partir da possibilidade de otimização da ação dos mais diversos agentes em um dado território. Tal movimento agiria diretamente na construção dos territórios, “desencaixando”, segundo Giddens, o espaço do lugar, cenário físico da atividade social, situado geograficamente. “O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo, fomentando relações entre “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face” (Giddens, 1991, p.26).

Tais análises nos lançam diversas luzes sobre a dinâmica social dos dias de hoje. Apesar da total pertinência desta abordagem, não podemos extrapolá-la a ponto de anular as particularidades existentes em cada lugar, pois, desta maneira, estaríamos recusando a premissa que o espaço possui o papel ativo frente a estas forças homogeneizadoras. Desta forma, trataríamos um espaço como algo não dinâmico, estático e a-dialético, mero suporte da vida humana. Sabemos que, apesar destas forças hegemônicas (pautadas sobretudo no campo econômico) nortearem a dinâmica social, estas não inviabilizam a força dos agentes sociais existentes no lugar. Este, ao contrário, surge como um fator fundamental para a dinâmica global, pois os movimentos globalizantes tendem a fortalecer o lugar ¹⁴ (a partir da dialética global/local), na medida que é neste que estas forças irão se estabelecer (Santos, 2002 a).

¹⁴ Aqui não nos referimos à concepção de lugar referente à Geografia humanística.

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e da criatividade (Santos, 2002 a, p.322).

Como prova disso temos a denominada *guerra fiscal* promovida pelos governos locais e regionais afim de atrair empresas e investimentos para os seus territórios (aqui nos referindo politicamente). É novamente Santos que afirma que esta guerra fiscal é, na realidade, uma *guerra dos lugares*, criando uma competição a partir dos atributos disponíveis e vantagens oferecidas pelos diversos lugares. As consequências dos embates entre o global e o local, dentro desta ordem econômica traz o foco para o território, pois é nele que as tensões são reveladas (Santos, 2002 c). Como claro exemplo desta dinâmica no Rio de Janeiro temos a instalação da Volkswagen em Resende e na consolidação de um pólo metal-mecânico regional, cuja implantação remonta a uma movimentação política onde vários são as instâncias e agentes envolvidos. Até mesmo a intensa atividade econômica do petróleo na Bacia da Campos, responsável pelo alavancamento do PIB fluminense, responde às condições físicas e geológicas daquele território.

A extensa utilização do conceito de território no meio acadêmico não foi, contudo, acompanhada de uma igual participação da ciência geográfica na discussão. Abordagens a partir do território vêm sendo amplamente utilizadas por diversas ciências, contudo muitas vezes de maneira pouco adequada, pois estas não possuem maiores rigores em sua definição. Tal fato faz com que, em alguns casos, o território se confunda com outros conceitos geográficos, como lugar e espaço. Embora considere que o enfoque territorial contenha limitações quanto à sua operacionalização, sobretudo com relação à elaboração de uma teoria geral, Blume (2004) considera este recurso analítico como uma interessante alternativa

para “evidenciar as dinâmicas rurais que conformam o território e a ruralidade, e não como solução aos impasses teóricos no sentido de resolver a tão questionada dualidade do sentido de rural” (2004, p.171). Cabe a geografia participar mais intensamente desta discussão, visto que a crescente utilização do conceito de território (apesar dos equívocos encontrados) representa uma valorização da dimensão espacial ¹⁵. Estas novas considerações sobre a dimensão rural e como esta estabelece relações com o urbano traz à tona uma “nova” natureza de ruralidade a partir de uma configuração territorial que incorpora “novos” elementos na discussão campo/cidade.

Desta forma, acreditamos que as relações sociais, econômicas e culturais praticadas por estes atores sociais iriam se refletir nos territórios por ele constituídos, caracterizando-se por diversas territorialidades, que se referem às representações espaciais destas relações. O rural, segundo Moreira (2002), é uma construção cultural, e o rural que “desaparece” na atualidade é, na realidade, a idéia de rural construída na modernidade, a partir de uma visão urbano-centrada. Com o surgimento do enfoque pós-moderno, ocasionado pela crise da modernidade e de suas narrativas universais, temos relacionado um processo de resignificação do rural. A partir dos processos de globalização, que (re)constroem práticas e saberes, compondo desta forma espaços de vivência, temos a intensificação de fluxos culturais de urbanidades e ruralidades, que se interagem espacialmente. Esse jogo de agentes sociais e suas expressões territoriais serão abordadas no capítulo seguinte, onde buscaremos ressaltar a multiplicidade de processos responsáveis pela construção social do espaço.

¹⁵ “O termo território tornou-se corriqueiro nas produções acadêmicas, principalmente nas últimas duas décadas. A aplicação deste, não se restringe à Geografia, disciplina que reivindica a primazia do seu uso, mas recentemente passa a ser utilizado por outras disciplinas como a sociologia, antropologia e a economia, que encontraram neste conceito chave “geográfico” uma forma de realizar um leitura diferencial do espaço (Blume e Scheneider, 2003)” (CD-ROM).

Capítulo 3

A RELAÇÃO CIDADE/CAMPO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA COMPLEXIDADE TERRITORIAL

Chegamos ao terceiro e último capítulo com ao menos uma constatação: muitas vezes, o discurso científico é imbuído de um alto teor ideológico, e tal aspecto reflete-se na nossa percepção sobre os processos responsáveis pela dinâmica sócio-espacial. Neste capítulo iremos abordar alguns aspectos e processos fundamentais para a compreensão da problemática relação cidade/campo no estado do Rio de Janeiro. Desta forma, o presente capítulo busca demonstrar a complexidade existente no território fluminense, num esforço de trazer alguma contribuição sobre os estudos dedicados à problemática rural.

Configurações da urbanização fluminense

Tratamos anteriormente que o Rio de Janeiro, não raro, é alvo de caracterizações altamente reducionistas. Tal discurso é reproduzido em percepções simplórias e descontextualizadas acerca de sua realidade, onde o seu interior é tradicionalmente representado como um “vazio”, como se ali nada existisse. Semelhante ao rural, que como vimos, ainda é percebido como sinônimo de atraso, como o passado a ser preenchido pelo vigor da urbanização.

Contudo, existem outras realidades no interior fluminense, O Rio de Janeiro possui um quadro agrário de grande contrastividade, como nos mostrou Ribeiro (2001). O estado fluminense deve ser tomado como um espaço onde estão presentes contradições e disparidades internas muito acentuadas, que se manifestam em

diferentes níveis de escala. Tal configuração estabelece um contexto de grande complexidade que merece uma atenciosa reflexão.

Atividades modernas e tradicionais se defrontam caracterizando e delimitando segmentos contínuos, de extensão variável, ou coexistem no interior de um mesmo segmento, traduzindo tempos diferentes de modelação do espaço explicitados através da forma ou de alguma função (Galvão, 1987, p.121).

A agricultura praticada nos arredores da área metropolitana, onde se projetou a criação de um *cinturão verde* de abastecimento, apresentaram, nos últimos anos, baixos índices de produção, devido à fatores como diminuição da área cultivada em razão da valorização fundiária, que torna os terrenos caros e, nas atuais circunstâncias, economicamente inviáveis para a produção agrícola (Brito e Innocencio, 1988); e a concorrência de produtos vindos de outros estados, que em função de menores custos de transporte, tornam-se mais competitivos do que a produção interna do estado (Turnowski, 1992).

As áreas de produção agropecuárias mais dinâmicas localizam-se, segundo Galvão (1987), ao longo das principais vias rodoviárias que interligam as metrópoles do sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) ou a outras regiões como o Nordeste. As áreas mais estagnadas concentram-se áreas à margem destas vias, configurando-se enquanto *bolsões de pobreza*. Dentre estas áreas mais deprimidas, está a Região Noroeste, que apresenta a menor participação no PIB estadual, com o índice de 0,67% (O Globo¹, 2005), além de um histórico movimento de migração para outras regiões do estado (figura 12), revertendo-se num *esvaziamento* de seus espaços agrários (Mizubuti, 2005).

Nesta região encontram-se municípios de economia pouco dinâmica, ligados sobretudo à atividades primárias, destacando-se a pecuária leiteira, que apresentou em 2003 a produção de 114.314 litros (IBGE, 2003). Apesar de se configurar como a principal bacia leiteira do estado, tal atividade se apresenta com

¹ Dados fornecidos pelo CIDE.

uma baixa produtividade quando comparada a outras áreas de pecuária no Brasil², diferenciando-se sobretudo em relação ao nível de capitalização de seus produtores. O Noroeste ainda sofreu com a recente crise da Parmalat, já que a principal compradora da produção regional, a Leite Glória, localizada no município de Itaperuna, pertence à multinacional italiana (Braga, Madanêlo, Silva, 2002). Além do Noroeste fluminense, destaca-se a bacia leiteira do Sul Fluminense, com a produção de 110.621 litros (IBGE, 2004). Barra Mansa representa um nó central desta cadeia, já que grande parte da produção regional tem como destino à cooperativa de leite localizada neste município, além da presença da Nestlé (Fusco, 2003).

Figura 12



Cafezal localizado no município de Varre-sai, Noroeste Fluminense. O município tem um dos menores PIBs da Região (39.214 em 2003), além de ser um dos menos populosos (7.854 habitantes em 2000). Possui sua economia baseada no café, sendo o maior produtor estadual (3.600 toneladas em 2002).

Fontes: Mizubuti (2005), Turismo (2005), CIDE (2005).

² O estado do Rio de Janeiro corresponde a pouco mais de 5% da produção leiteira do sudeste brasileiro (IBGE, 2003).

Diversas áreas, antes utilizadas pela lavoura do café, foram convertidas para a pecuária leiteira com o declínio da referida atividade. Esta conversão deu-se, em grande medida, pelo baixo investimento requisitado pela pecuária extensiva, além das condições inapropriadas do solo, que foram desgastados pela atividade cafeeira. A degradação ambiental é um crescente problema destas regiões, já que o pisoteio do gado potencializa o desgaste e a erosão destes solos, que já foram comprometidos pelo café (figura 13). Tais problemas são mais agravantes no Noroeste Fluminense, tendo em vista o aumento do processo de desertificação observado em alguns municípios (Braga, Madanêlo, Silva, 2002; Fusco, 2003).

Figura 13



Área de pasto para a pecuária em Itaperuna

O pisoteio da gado provoca uma compactação dos solos impedindo a água de infiltrar, aumentando o escoamento superficial e desnudando solos já empobrecidos pelas lavouras de café.

Fonte: Santos, 2005.

Como argumentamos anteriormente, o setor agrícola fluminense não se reorganizou após o declínio do café. Neste contexto, a pecuária apresenta-se ainda com outras finalidades, como por exemplo ser uma reserva de valor, na medida que garante a propriedade de terras frente à possibilidade de valorização

fundiária, em função da expansão do tecido urbano (Fusco, 2003). Este quadro se apresenta de maneira mais marcante nas franjas do Grande Rio e de seu entorno, onde a possibilidade de valorização é mais imediata. Sobre tal situação, Geiger afirma que

a aquisição de terras por capitalistas da cidade se relaciona indiretamente com a especulação: as terras são mais baratas enquanto se valorizam, a criação exige poucos gastos com mão-se-obra e instalações (1956, p. 58).

Segundo Rua (2001 b), o Rio de Janeiro teria sido parcialmente contemplado pelo pacote tecnológico da revolução verde, acarretando apenas uma mudança parcial da base técnica produtiva. A ausência de maiores vínculos com o setor industrial, a rigidez de sua estrutura sócio-econômica e a relativa escassez de terras adequadas à produção mecanizada seriam fatores que, segundo Brito e Innocencio (1988), ocasionaram à marginalização do Rio de Janeiro da modernização agrícola ocorrida em outras áreas no país, sobretudo em São Paulo.

Porém, o quadro agrário fluminense não se resume a uma situação de total estagnação e inoperância, pois nenhuma realidade merece ser generalizada, pois esta guarda contradições, descopassos e que ignorar estas diferenças apenas cria um painel de falsa homogeneidade. Isto pode ser muito bem compreendido no trabalho de Barbosa e Marafon sobre a produção canavieira no Norte Fluminense (2001), onde revelam que São Paulo, comumente tomado como padrão de produtividade, também possui usinas dignas de qualquer área deprimida do país, e mesmo no Rio de Janeiro existem usinas de “padrão paulista”.

Rua (2004), ao comentar o estudo de Oliveira, afirma que há em curso uma tendência de diversificação agropastoril e uma procura por inovações que podem vir a romper com este quadro de estagnação desenhado até aqui, citando como exemplos a truticultura e a caprinocultura leiteira praticadas em áreas da Região Serrana, além da difusão da agricultura orgânica, percebida nesta porção do

estado (Umbelino, 2003). Ainda de acordo com Rua, tal reorganização produtiva é mais percebida entre as pequenas lavouras, comprovado atualmente por uma crescente produção de hortícolas e olerícolas (figura 14). Segundo Silva, os pequenos e médios agricultores fluminense vem buscando driblar as dificuldades, demonstrando certa capacidade de “vocacionar” potencialidades agrícolas regionais “através do alargamento das possibilidades e da primazia do agronegócio” (2005, p.90).

Figura 14



Entrepasto do Ceasa-RJ em Nova Friburgo.

Possui um importante papel no escoamento da produção agrícola da Região Serrana, que abastece parcela do mercado regional e carioca

Fonte: Pereira, 2005

O projeto Frutificar, apesar de todos os seus “poréns” e discussões que ele suscita e que merecem serem trazidos (sobre a sua natureza política, devido à escolha do local a ser instaladas as empresas integradoras; além de seu caráter excludente, em função dos critérios utilizados para a inclusão dos produtores ao programa), é inegavelmente responsável por uma reconfiguração produtiva nas regiões em que foi implantado, principalmente no Norte e Noroeste do estado, ampliando a

fruticultura em algumas destas áreas. Dentre este quadro de transformações, destaca-se a crescente produção de coco em Quissamã, cuja envasadora instalada em seu território foi incorporada ao programa (Souza, 2003).

Como atestamos anteriormente, o Rio de Janeiro não desenvolveu, em sua história, maiores laços de conectividade e solidariedade com o seu interior, o que fez Davidovich (2000) pronunciar a existência, até os dias de hoje, de uma “separação entre identidade carioca e identidade fluminense” (p.12). O interior, desenvolvido sem maiores articulações com sua atual capital, não se configurou enquanto uma área de abastecimento para a metrópole, diferentemente de São Paulo, cujo interior encontra-se hoje totalmente integrado à capital e as cidades interioranas. Este seria um dos principais entraves, de acordo com Becker e Egler (1993), ao desenvolvimento industrial fluminense. Com a ausência de um cinturão produtivo estadual, as indústrias necessitavam de importar de outros estados as matérias-primas necessárias, o que onerava a produção e inviabilizaria sua comercialização mediante uma acentuada perda de competitividade. Segundo Becker e Egler,

Ao contrário da região polarizada por São Paulo, a área sob influência do Rio de Janeiro apresentava uma economia agrária tradicional onde não se diversificaram as atividades econômicas no período posterior à decadência da plantação cafeeira. Predominavam ali a grande fazenda de gado e pequenas lavouras, produzindo leite e derivados para o abastecimento da metrópole (Becker e Egler, 1993, p.117).

Este quadro demonstra a grande complexidade existente no espaço fluminense. Aliado a tal configuração, temos a questão do turismo e da segunda residência, que serão agentes fundamentais na organização territorial destas áreas, além do impacto da atividade petrolífera na Bacia de Campos sobre os municípios envolvidos. O que procuramos mostrar aqui é que o badalado “esvaziamento econômico” reflete, na realidade, um momento de transição das demandas e projetos nacionais. Na realidade se configura num momento de reordenamento de

dimensões políticas que afetaram não somente o Rio de Janeiro. Só para citarmos alguns dados referentes, no período de 1970 a 2000, o crescimento industrial de São Paulo foi de -20,1%, do Rio de Janeiro foi de -38,4%, inferiores a de muitos outros (Bahia, por exemplo, possuiu um índice de +151,64%) (O Globo³, 2005). Contudo, o Rio de Janeiro foi um dos mais afetados, na medida que representava um modelo que estava substituído. Não obstante, é fundamental não tomarmos tal análise como um modelo válido para todo o estado, pois desta forma estaríamos tomando o problema de modo reducionista, o que em muito pouco contribuiria para o debate.

A urbanização fluminense⁴, como trabalhado anteriormente por Davidovich (1999) e Rua (2001 b), apresenta uma configuração que pode ser caracterizada por eixos (mapa 4). Estes eixos são constituídos, em grande medida, a partir das principais rodovias que cortam o estado, como o a BR-116 (que liga RJ à SP) e a BR-101 (em direção ao norte e ao sul fluminense). Davidovich (1999) destaca a indústria e o turismo como elementos fundamentais para o processo que levou ao reestruturamento destes espaços, provocando “movimentos e deslocamentos espaciais de segmentos da população, em função da expectativa de mercado que se abre” (Davidovich, 1999, p.13).

A indústria é tradicionalmente um fator fundamental dentro do processo de urbanização, contudo o urbano não se restringe como um produto da urbanização. Tal análise incorreria numa apropriada simplificação dos processos em curso. Como lembra Lefebvre (2001), a sociedade urbana nasce da industrialização (cidade industrial), contudo a cidade preexiste à industrialização, e o autor sempre fez questão de ressaltar o caráter conflitante deste processo, lembrando inclusive que as indústrias nascentes tendiam a se implantar fora das cidades.

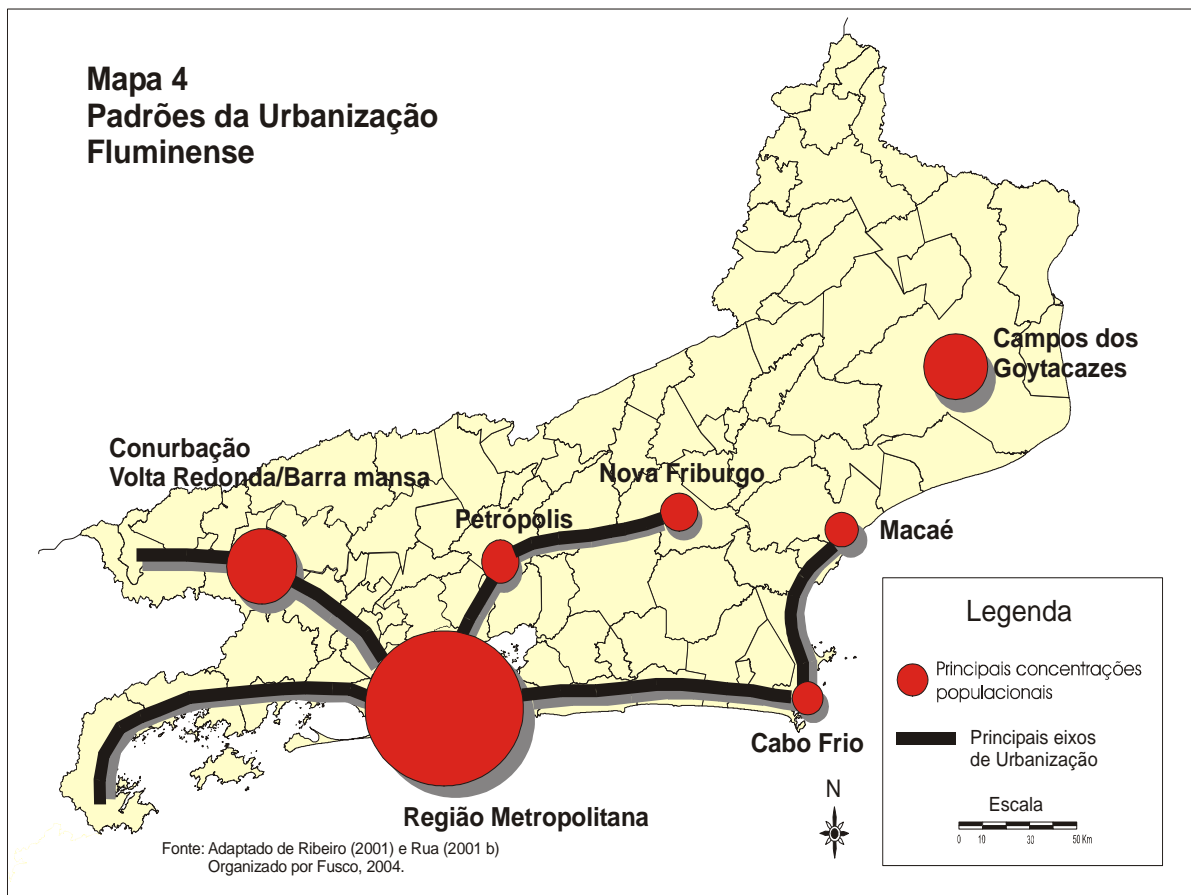
Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. Quanto à complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não produz apenas empresas

³ Dados fornecidos pelo IBGE.

⁴ Aqui considerando, principalmente, a expansão física do espaço urbano.

(operários e chefes de empresas), mas sim *estabelecimentos diversos*, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos (Lefebvre, 2001, p.9).

Este aspecto pôde ser constatado principalmente no eixo formado em direção ao Médio Vale do Paraíba. A expansão de loteamentos urbanos, devido dentre outros fatores, a inserção de algumas atividades “urbanas” ligadas à indústria e ao terciário (face o desenvolvimento da atividade turística) são aspectos bastante presentes. Destacamos o pólo industrial localizado no Médio Vale do Paraíba, ocorrido em grande medida com a instalação da CSN na década de 40, fruto de uma intervenção da esfera federal, numa tentativa de provocar um processo de desconcentração industrial, desconcentração esta acentuada a partir da década de 70. Em função da instalação desta infra-estrutura industrial desenvolveu-se um



intenso processo de urbanização, em grande parte ao longo da BR-116 (Fusco, 2003). Destaca-se, nesse sentido, a conurbação formada pelos municípios de Barra Mansa e Volta Redonda, hoje bastante ligados ao setor terciário, constituindo-se enquanto importantes pólos regionais.

Paralelamente a este vetor construído em função de uma industrialização em moldes fordistas, emerge um novo eixo calcado num novo modelo de produção, denominado *pós-fordista* ou *flexível*, formado pelos municípios de Porto Real e Resende, onde se destaca a instalação de indústrias automobilísticas, como a Volkswagen, em Resende (figura 15), e a Peugeot-Citroën, em Porto Real. Estas fábricas representam um novo momento de organização do capitalismo, onde as indústrias procuram romper com a *rigidez* característica do modelo fordista, uma vez que este, sobretudo a partir dos anos 70, mostra sinais de incapacidade de lidar e conter as contradições próprias do capitalismo (Harvey, 2003). Desta forma, entendemos como uma estratégia de sobrevivência do modo de produção capitalista que, tomado como um “todo complexo, desigual, contraditório e dinâmico” (Ianni, 2001, p.175), está em constante e dialético movimento de transformação, expansão, crise e novamente expansão. Sendo a crise uma característica inerente ao capitalismo, torna-se nebuloso afirmar até que ponto esse novo modelo representa uma total ruptura como muitos tentam argumentar, especialmente aqueles que comungam da concepção de sociedade pós-moderna. De toda forma, é latente que uma nova organização produtiva entra em cena.

Esta reestruturação *flexível* possui reflexos nas relações de trabalho, por meio de contratos temporários e terceirizações; e organizacionais, por meio da descentralização interna das empresas, e espaciais. Este último aspecto é que nos interessa mais diretamente. Corrêa (2003) cita os proprietários dos meios de produção (em especial os empresários e industriais) como uns dos principais agentes construtores do solo urbano. Na análise do autor, o espaço se expressa para esse segmento social, além do suporte físico, pelos diferentes requisitos locacionais necessários a implantação de cada atividade. Tradicionalmente, as empresas tendiam a se instalar em áreas dotadas de infra-estrutura, mão-de-obra,

matérias-primas e próximas a mercados consumidores. E nesse sentido procuravam se localizar nos arredores das grandes cidades.

Figura 15



Fábrica da Volkswagen em Resende, construída nos moldes do novo paradigma Industrial, a partir de uma estrutura modular, flexibilização produtiva e fuga dos tradicionais centros industriais, buscando, com isso, novas vantagens locacionais, fiscais e sindicais

Fonte: www.vwgroupsupply.com/vwgroupsupply.hannover...

Não que estes aspectos tenham perdido sua total importância, mas novos elementos passam a ganhar vulto na logística empresarial. As empresas, em busca de terrenos mais baratos, facilidades oferecidas pelo Estado, além de incentivos fiscais, iniciaram um movimento de “fuga” dos grandes centros urbanos, buscando novas áreas que oferecessem estes novos requisitos. E no bojo deste processo que insere esse eixo industrial metal-mecânico por nós destacado no Vale do Paraíba Fluminense. Ramalho e Santana (2004) mostram que esta área do território fluminense vem sendo alvo de diversas políticas que objetivam vocacionar a região para esta atividade. Existe toda uma estrutura arcada pelo poder público para prover aquele espaço de atrativos para estas empresas. Segundo Santos (2002 c), a produtividade e a competitividade passam a ser também um atributo dos lugares, onde cada lugar possui um valor diferenciado. A

guerra fiscal promovida pelos governos a fim de atrair as empresas, afim que se reverta em prestígio num verdadeiro *marketing político*⁵, revela-se, na ótica do autor, numa verdadeira *guerra dos lugares*.

A periferização também é um reflexo deste processo de crescimento urbano, na medida que estas áreas atraem grande contingente de pessoas em busca de trabalho, que sem alternativa, tendem a se instalar em áreas de cujos terrenos sejam de menor custo face à crescente valorização imobiliária nos centros urbanos. Isso ocasiona uma intensa migração intermunicipal, com a constituição de alguns núcleos dormitórios, como nos mostrou Limonad (1999) com relação a alguns distritos do Médio Paraíba, cuja principal função é de residência para trabalhadores empregados em Barra Mansa, Barra do Piraí e Resende.

Atualmente, existe um esforço político para a consolidação de um pólo tecnológico no eixo Petrópolis/Teresópolis, a partir da implantação de diversas empresas do setor de softwares e de desenvolvimento tecnológico (que atualmente se encontram em mais de cem), associadas com laboratórios de computação gráfica, três universidades e três incubadoras, além da transferência do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) do Rio de Janeiro para Petrópolis. Todo esse movimento objetiva promover um ambiente inovativo e sinérgico no desenvolvimento de tecnologias da informação nesta porção do estado, na tentativa de tornar o Brasil um país competitivo neste mercado (Firjan e O Globo, 2004).

Área tradicionalmente ocupada pela atividade turística e agropecuária, a indústria também teve um importante papel na composição sócio-espacial de municípios da Região Serrana, sobretudo Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, com o desenvolvimento do setor secundário ligado à produção têxtil (com a expressiva presença da indústria de moda íntima em Nova Friburgo) e alimentícia. Essas áreas tiveram sua história de ocupação intimamente ligada à dinâmica da cidade do Rio de Janeiro, assumindo uma expressiva função de veraneio para a

⁵ Segundo Vainer (1999), tal inserção competitiva das cidades acabam por tomá-la como um objeto, uma

população carioca (Duarte, 1981). Nesse contexto, destacamos o desenvolvimento do denominado *turismo rural*, que seria uma crescente modalidade do turismo voltado para o consumo de espaços, paisagens e hábitos ligados ao universo idealizado do rural, este intrinsecamente associado com atividades agrícolas e fortemente marcado por um maior contato com ambientes “naturais”. Porém existe uma grande complexidade na delimitação do termo turismo rural, como nos aponta Rodrigues (2001), devido à grande imprecisão dos conceitos, muito vinculados a uma realidade europeia. Tal imprecisão conceitual sobre o turismo rural é perfeitamente verificável, na medida que a própria noção de rural é alvo de profundas discordâncias e impasses.

O turismo é também uma atividade fundamental para o entendimento da urbanização nos dias de hoje, não apenas no caso do Rio de Janeiro. De acordo com Mascarenhas (2005), a demanda por serviços de lazer, turismo e moradias de segunda residência resulta numa *urbanização turística*. O turismo é uma das atividades de maior expansão na sociedade atual, atualmente denominada por muitos autores como uma sociedade de consumo⁶, cujo principal reflexo apontado é a redução dos cidadãos a um papel de meros consumidores.

Sendo assim, as construções destes territórios turísticos estão ligadas diretamente àquilo que denominamos de consumo do *tempo livre*. Contudo convém dispor de alguns esclarecimentos acerca deste termo. Comumente usados de maneira análoga, estes termos guardam em si algumas especificidades. Melo (2003) nos aponta que a idéia de lazer como temos hoje é uma construção histórica. Primeiramente temos a idéia de tempo livre relacionado ao tempo de não-trabalho. Este tempo poderia ser usado para diversos fins, incluindo atividades de pura contemplação e ócio. Com a valorização do trabalho (no contexto social capitalista) tivemos a crescente diminuição do tempo livre e sua apropriação para

mercadoria, no contexto de uma lógica empresarial de um urbanismo neo-liberal.

⁶ “O poder do consumo é contagiante, e sua capacidade de alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados. Daí a sua força e o seu papel perversamente motor na sociedade atual” (Santos, 1996 b, p.34).

aquilo que denomina de “indústria” do lazer, que seria referente às atividades de entretenimento. Esse tempo tem que ser usado para se fazer algo, para ser preenchido, pois do contrário está se perdendo tempo. Segundo Dupas, “a paisagem pública urbana é agora um material midiático privado, criando desejos e tratando o cidadão como um mero consumidor” (2003, p.17). Ainda segundo o autor, a dominância do econômico sobre o social resultou na consolidação de um sujeito performático, voltado para uma cultura do espetáculo (figura 16). Melo salienta que, a partir de uma abordagem marxista, o lazer cumpre ainda um papel de “controle” das elites para com as camadas populares, conduzindo suas atividades a fim de perpetuar a estrutura vigente.

O tempo das camadas populares torna-se ainda mais controlado, para que não se dediquem a “atividades indignas” e/ou que signifiquem “perda de tempo”. As atividades de diversão e os festejos, quando não reprimidos, são no mínimo “modificados”, para se adequarem aos novos sentidos em construção (Melo, 2003, p.5)

Figura 16



Festival ocorrido em Penedo, localizado no município de Itatiaia. Penedo projetou-se no cenário turístico fluminense em função de suas raízes finlandesas, criando todo um aparato voltado para atração de turistas por meio de uma reinvenção de suas tradições.

Fonte: <http://www.finlandia.org.br/graf1/penedo.jpg>

Rodrigues (1997) diferencia lazer e ócio, onde o ócio significaria o tempo de não fazer nada, de contemplação, ao passo que o lazer se referiria ao tempo gasto com o consumo de uma determinada atividade. Ainda segundo a autora, o tempo de ócio foi gradativamente sendo substituído pelo tempo de lazer, em função de sua expropriação pela sociedade capitalista, que difundiu a ideologia da necessidade de consumo do tempo livre. Evidencia deste fato é a crescente expansão do setor terciário associado a estas atividades, como nos revela Gama e Santos (1991). Em seu livro *Esperando o Fim de Semana* (2000), Rybczynski nos traz um texto em que fala da apropriação e condicionamento do tempo livre e do lazer, onde o fim de semana é uma espécie de pausa para as “atividades do cotidiano”, destinadas à produção e ao trabalho. Contudo, não podemos adotar uma visão maniqueísta desta questão. É lógico que não podemos ter a ingenuidade de acreditar que fazemos o *que* queremos, *quando* e *onde* queremos. Existe todo um aparato voltado para essa atividade de lazer, que a cada dia mais vem ganhando destaque na economia. Mas não podemos ignorar o fato de que o lazer é algo importante para o homem, constituindo-se mesmo como uma necessidade social, como nos lembra Melo (2003).

Um dos grandes agentes desta reestruturação espacial ocorrida no território fluminense foram os proprietários de terras, que segundo Corrêa (2003), vêem na possibilidade de transformação do espaço agrário em espaço “urbano” (aspas nossa) como uma forma de obtenção de renda, a partir da valorização imobiliária que se desencadeia a partir da instalação de uma infra-estrutura por parte do Estado, aliado, logicamente, à atrativos e amenidades que se configuram como elementos que agregam valor àquelas áreas agora incorporadas ao espaço urbano. A valorização das terras desarticulou o quadro agrário não somente no que tange ao turismo litorâneo, mas também àquele direcionado à zona serrana do estado, fazendo multiplicar o número de loteamentos voltados para a demanda turística, de veraneio e segunda residência. Com a queda da renda agrícola associada à especulação imobiliária, observa-se o setor terciário como grande absorvedor de mão-de-obra local, paralelamente ao intenso crescimento da

informalidade, em função da tentativa de obter alguma renda com o turismo. Nesse sentido, a natureza destes ganhos fica bastante sujeita à sazonalidade inerente às temporadas turísticas (Limonad, 1996; Rua., 2002 b).

Desta forma, o rural vem sendo revalorizado e reapropriado, a partir destas demandas criadas pelo mercado, por um turismo alternativo que se diferencie do tradicional turismo de massa denominado *sol e praia*, bastante presente em praticamente todo o litoral fluminense. O turismo rural, nesse sentido, surge como uma modalidade de turismo que oferece como produto uma experiência distinta da realidade existente nos centros urbanos, com seus ambientes “artificializados”.

Segundo Yázigi (2002), os estímulos ao movimento do turismo iriam além de uma atratividade paisagística, apesar desta se constituir como um elemento de fundamental importância. O turismo se caracterizaria, antes de tudo, por uma “aventura do outro”, ou seja, a oportunidade de fugirmos de nosso cotidiano habitual e experimentarmos cotidianos desconhecidos. Como exemplo desta prática, temos a multiplicação de hotéis-fazenda, pousadas rurais, spas, pesque-pagues e demais atividades relacionadas (como por exemplo, caminhadas, atividades esportivas, gastronomia regional, etc), principalmente em áreas das Regiões Serrana⁷ e do Médio Paraíba/Centro Sul (figura 17). Este tipo de prática muitas vezes se funde como um turismo de caráter histórico-cultural, através da refuncionalização de antigas fazendas de café e de áreas que possuem uma arquitetura histórica com potencial de exploração turística.

⁷ Rua (2001 b); Natal (2003).

No bojo do turismo cultural/histórico, a questão acerca do patrimônio surge como um tema bastante atual, numa tendência a resignificação de símbolos que remetam a uma memória histórica, uma celebração fabricada de um passado que se pretende glorioso (Nigro, 2005), face as desnorteadoras rupturas e efemeridades modernas (Harvey, 1993). Esta apropriação se realiza por meio da revalorização de fixos e aspectos culturais que remetam a tradições e rituais, que muitas vezes são reinventados, quando necessário “conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins”, ou “utilizar elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins originais” (Hobsbawm, 1984, p.13-14).

Figura 17



A valorização de aspectos “rurais” é apropriada, pelo capital, reproduzindo ambientes “rústicos” e “tradicionais” aliado a todo um conforto “urbano”. Nas imagens acima, podemos ver chalés pertencentes a uma pousada localizada em São Pedro da Serra, Nova Friburgo (B), que emula uma estética característica de um imaginário rural, como nesta casa, localizada em localidade rural do mesmo município (A).

Fontes: <http://www.pousadabocaina.com.br/html/pousada.html>
<http://www.geofiscal.eng.br/>

Segundo Luchiari (2005 a), a atual valorização patrimonial tem se apropriado de bens constituídos localmente, inserindo-os numa racionalidade global de consumo para o lazer, indo muitas vezes de encontro a um democrático (e desejado) direito à cidade e à memória nacional. Esta valorização patrimonial é observada por

Castro (2005) no referente à crescente articulação quanto à implementação de eventos turísticos ligados ao passado cafeeiro (nas Regiões do Médio Vale e Centro-Sul) e açucareiro (no Norte Fluminense), através de roteiros de visitas às fazendas e construções típicas dos respectivos momentos históricos (figura 18).

Figura 18



Praça Barão de Campo Belo, em Vassouras (A) e Casa de mato de Pipa em Quissamã (B). Os símbolos de tempos passados, representados em arquiteturas históricas, vêm sendo reapropriados, economicamente, para fins turísticos

Fontes: www.turismo.gov.br
www.quissama.rj.gov.br/semte/mpipa.htm

Dentro deste quadro, existe também o denominado *ecoturismo*, que reservam algumas particularidades entre si. O ecoturismo seria um turismo ecológico, onde o turista busca um maior contato com a natureza e sua biodiversidade, praticando caminhadas, pesca, trilhas, acampamentos, dentre outras atividades. Esta modalidade de turismo esta presente em algumas áreas do território fluminense, cuja maior concentração se encontra no município de Itatiaia, muito em função da presença de um Parque Nacional e de um conjunto montanhoso que propicia tais atividades, como, por exemplo, a *canoagem* e o *hafting* (Turisrio, 2005). Percebe-se que esta modalidade é bastante ligada a um ideário ambiental, o que se diferencia das paisagens “bucólicas” e “pastoris” oferecidas pelo turismo rural. Existem outras tipologias utilizadas pelos especialistas em turismo, como turismo

de aventura, agroturismo, agroecoturismo, turismo em áreas rurais (que não tem o mesmo significado que turismo rural). Porém, acreditamos que um aprofundamento destes termos nos remeteria a uma profunda discussão que não nos parece pertinente neste momento. De toda maneira, não gostaríamos de nos furtar a esclarecer que temos conhecimento da complexidade que envolve o tema. Sendo assim, colocamos como referência àqueles que desejam maiores informações, consultar Rodrigues (2001), Natal (2003) e Ribeiro (2003).

É perceptível a existência de uma grande dificuldade de se qualificar esses tipos de turismo, sobretudo quanto a sua natureza, se seriam práticas urbanas ou rurais. Entendemos esta dificuldade como um reflexo da discutida complexificação das relações cidade-campo, que como vimos, não podem ser entendidas de maneira simplesmente antagônica. Embora o apelo do turismo rural seja um mergulho em uma experiência “tipicamente rural”, Castro (2002 a) lembra-nos que a experiência turística da natureza acaba sendo, em grande maioria das situações, uma experiência urbana, pois o turista muitas vezes não abre mão de todas as suas comodidades “urbanas”. Nesse sentido, “o lugar, para o turismo, torna-se um elo em uma cadeia ou rede global de consumo, contraditoriamente mais acessível e ao mesmo tempo dissociado da experiência ambiental” (Castro, 2002 a, p.156).

No tocante ao turismo litorâneo, é bastante aludido que este foi um dos principais agentes promotores da urbanização evidenciada no litoral fluminense, tanto em direção à denominada *região dos lagos* (Região das Baixadas Litorâneas) quanto em direção a Angra dos Reis e Paraty (Região da Baía da Ilha Grande). Na configuração destes vetores turísticos, cumpre destacar o importante papel assumido pelo desenvolvimento do sistema de transportes, sobretudo a partir da década de 70. Nas palavras de Ribeiro

As rodovias tiveram importância vital para a expansão do turismo em território fluminense, concretizando-se, notadamente, a partir da década de 70, com a construção da Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói – parênteses

nosso), ligando as duas principais cidades do estado, Rio de Janeiro e Niterói; a abertura da BR-101; além da duplicação das rodovias Presidente Dutra (BR-116) e da Washington Luís (BR-040), ligando a capital do estado às cidades mineiras de Juiz de Fora e Belo Horizonte (Ribeiro, 2003, p.31).

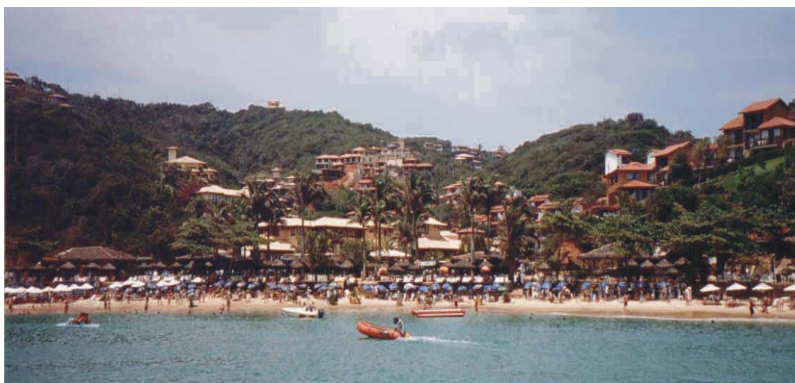
Com a maior acessibilidade proporcionada pela expansão da estrutura rodoviária, estas áreas litorâneas passam a receber numerosos e crescentes contingentes populacionais em busca de lazer, em grande parte oriunda da Região Metropolitana. A urbanização turística é um elemento de fundamental importância nos processos de criação e transformação das paisagens da costa brasileira (Macedo, 2002). Tal processo acarretou, no caso fluminense, num reordenamento destes territórios litorâneos, que antes estavam ligados basicamente à atividades primárias, como cana-de-açúcar, banana, cítricos e pesca, além de indústrias extrativas de sal.

Anteriormente marcada pela prática agrícola, sobretudo com a produção de cítricos e cana-de-açúcar, além de uma forte presença da atividade pesqueira e de indústrias extrativas de sal, o litoral das Baixadas Litorâneas possui atualmente como principal atividade um turismo *de massa*, de caráter mais popular, salvo exceções, como por exemplo Armação dos Búzios (Castro, 2002 b) (figura 19). Com uma presença de turistas de perfil mais elitizado, o vetor voltado para a Baía da Ilha Grande possui também sua economia fundamentada no turismo. A indústria naval era uma grande aposta regional, com a instalação do estaleiro Verolme na década de 50. Contudo, o setor entra em crise na década de 80 e somente agora esboça uma tentativa de recuperação, apresentando uma participação no setor industrial de 2,2% em 2003, contra 0,3% em 1999 (CIDE, 2005).

Obviamente que todas estas transformações não se processam de maneira harmoniosa. Tal aspecto se ressalta quando nos atemos que a exploração turística, de acordo com Mascarenhas (2004), é liderada por camadas médias da sociedade, vinculado à pequenas e médias empresas, que acabam por protagonizar o debate político acerca da atividade turística. Esse segmento, não raro, possui uma origem externa às localidades turísticas, ao passo que a

população local acaba por se inserir de maneira precária à atividade. Neste mesmo estudo, Mascarenhas observa a formação de “áreas de ocupação em condições habitacionais muito precárias, em contraste com o consumo de supérfluos na zona turística” (2004, p.4). Esta inserção diferenciada é responsável pela construção de formas espaciais que marcam expressivamente a paisagem local, com a configuração de distritos “marginais” que se integram ao turismo no fornecimento de mão-de-obra, como observado em Búzios e Itatiaia. Na concepção de Scherer (2002), ao invés de se criar um “espetáculo” por meio de símbolos vendáveis, dever-se-ia optar pela alternativa de elaboração de um planejamento turístico que partisse do cotidiano de seus habitantes, para que ocorresse uma mais adequada incorporação das camadas populares locais à atividade.

Figura 19



Amação dos Búzios, tradicional destino de lazer para as elites, apresenta um grande conflito entre setores médios ligados ao turismo frente ao interesse de proprietários fundiários e da construção civil. A expansão urbana do centro além de causar transtornos ambientais, pode afetar o perfil paisagístico, descaracterizando a estética do lugar e comprometendo a atividade turística.

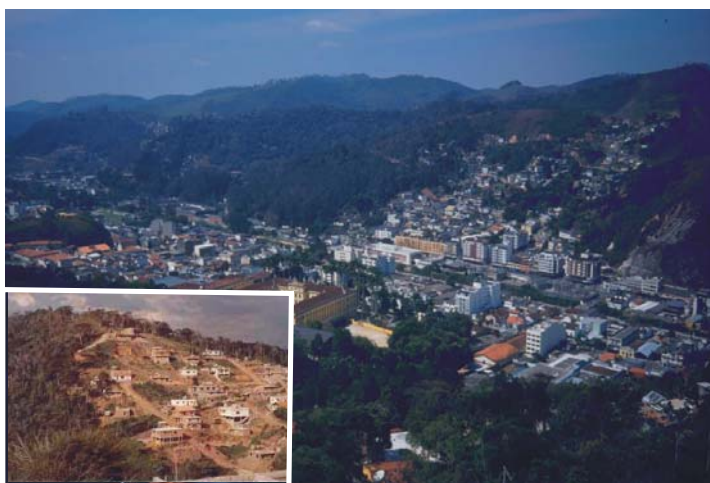
Fontes: www.packtours.com.br/brasil/riodejaneiro/buzios/
Mascarenhas, 2004.

A questão ambiental é outra faceta que se desdobra em função à urbanização proporcionada pela exploração turística, com a remoção de dunas, morretes, retificação de canais e assoreamento de riachos e lagoas, assim como a retirada

de vegetação nativa e ocupação irregular das encostas, em função da expansão de loteamentos e condomínios (figura 20). Tal situação se encontra delicada situação em várias localidades fluminense, onde destacamos o caso da Ilha Grande (Ramuz, 1998), onde uma intensa exploração turística, com a atração de numerosos fluxos, não se fez acompanhar com uma semelhante ampliação de sua infra-estrutura, assim como por um planejamento que visasse uma mais equilibrada utilização de seus recursos. Estes conflitos se complexificam quando trazemos à cena os Parques Nacionais, Reservas e Unidades de Conservação existentes no estado. A especulação imobiliária tende a se expandir espacialmente, mesmo para áreas cuja ocupação e manejo é restrito ou mesmo proibido por lei para fins de preservação. Quando não, temos o agravante das populações locais “empurradas” para estas zonas, devido ao encarecimento do solo urbano e a impossibilidade da prática agrícola.

Campos dos Goytacazes aparece, historicamente, como o mais importante centro regional da porção norte e noroeste do território fluminense. Em 1950 era a quarta cidade em população do estado do Rio de Janeiro (Duarte, 1981), assumindo um

Figura 20



Centro de Nova Friburgo, Região Serrana

A cidade, que apresentou taxas de crescimento superiores a 90% no período de 1970-2000, sofre ambientalmente com o acelerado crescimento urbano. No detalhe, um exemplo da intensiva ocupação de encostas nos arredores da cidade

Fontes: <http://www-gpi.physik.uni-karlsruhe.de>
<http://www.geofiscal.eng.br>

importante papel de centro de abastecimento e comercial da zona sucro-alcooleira. Porém, a partir da década de 70, observou-se uma relativa de sua centralidade, apesar de ainda se manter como principal centro regional. Dentre diversos fatores que ocasionaram nesta relativa perda, podemos destacar a sua insuficiente diversificação produtiva, mantendo-se economicamente dependente da cultura canavieira, que progressivamente passa a entrar em crise; a abertura de vias de comunicação que facilitaram o contato entre os municípios arredores com a Região Metropolitana, diminuindo a dependência com relação aos serviços oferecidos por Campos; além do processo de concentração do poder econômico e fundiário, acarretando no fechamento de pequenas e médias empresas locais, além do surgimento de novas centralidades regionais, como Macaé, Rio das Ostras, Itaperuna e Carapebus (Duarte, 1981; Limonad, 1996; Barbosa e Marafon, 2001; Monié e Rio, 2005).

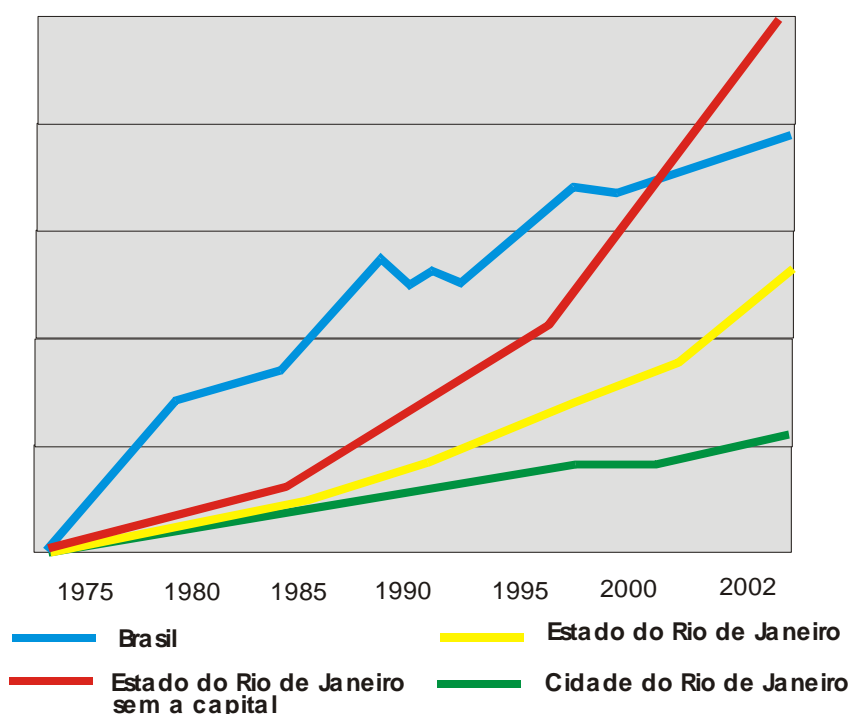
Atualmente, municípios próximos à bacia de Campos ressurgem numa posição central no desempenho econômico estadual, em função da exploração de petróleo na região, cujas divisas provenientes assumem uma vital importância na arrecadação de diversos destes municípios, assim como na promoção de diversos setores, como a indústria naval e hotelaria. Atualmente, a produção de petróleo no estado responde por 80% da produção nacional, sendo responsável por 17,04% do PIB estadual, valor menor somente que a prestação de serviços, que corresponde à 20,7% do montante total (O Globo⁸, 2005). No gráfico 5 podemos visualizar a relevância que os royalties possuem na receita estadual, sobretudo na expansão do PIB quando comparado ao Brasil e à cidade do Rio de Janeiro.

Os *royalties* são distribuídos para as prefeituras, de acordo com o nível de envolvimento dos municípios com a atividade (tabela 2). Campos, Macaé e Rio das Ostras são alguns dos municípios que mais arrecadam com a exploração de petróleo na Bacia de Campos (Ribeiro, 2001). Tal atividade foi responsável por uma completa reestruturação desta parcela do território estadual. Municípios antes sem grandes perspectivas econômicas, hoje respondem por grandes receitas,

⁸ Dados fornecidos pelo CIDE.

assumindo uma centralidade que extrapola a esfera estadual e, até mesmo, nacional, como pode ser comprovado pelo crescente número de empresas estrangeiras existentes nesta área, que vem atuar no setor petrolífero. Este número aumentou significativamente, segundo Monié e Rio (2005), a partir de 1997, com a quebra do monopólio da Petrobrás e a abertura de concorrência para exploração em benefício de outras empresas do ramo.

Gráfico 5
Expansão Média do PIB de 1975 a 2002



Fonte: Revista Conjectura Econômica (FGV) e IBGE
Retirado do O Globo, 2005, e adaptado por Fusco, 2005.

Dentro do expressivo e incontrolável processo de urbanização desencadeado pela atividade, destacamos o município de Macaé (figura 21). Escolhida para sediar a Base de Apoio Operacional da Petrobrás, o município vem passando, sobretudo nos últimos dez anos, por profundas transformações sócio-espaciais que se revelam a partir de uma intensa expansão de sua infra-estrutura, além de um

grande incremento populacional e de PIB ⁹. Contudo, estas transformações são acompanhadas por uma acentuação do processo segregacional, que se manifesta a partir da não-inserção, ou inserção precária, de trabalhadores locais de menor qualificação, tendo em vista que grande parte da mão-de-obra utilizada pelas empresas petrolíferas é externa à localidade (Brandão, 2004); assim como na integração diferenciada e fragmentada dos territórios à expansão das forças produtivas da globalização (Santos, 2002 a).

**Tabela 2 - Estado do Rio de Janeiro
Maiores municípios receptores de Royalties
no período de 1999/2000**

Municípios Beneficiados	Royalties (em milhões)
Campos dos Goytacazes	148.768
Macaé	84.827
Rio das Ostras	61.711
Quissamã	31.048
Cabo Frio	23.371

Fonte: Dados divulgados pela Petrobrás. Adaptado de Ribeiro, 2001.

Com o objetivo de receber os *royalties* provenientes da exploração do petróleo da Bacia de Campos, iniciou-se, em fins da década de 80, uma intensa fragmentação municipal. Segundo Barbosa e Natal, 28 municípios se emanciparam nos últimos 15 anos. Este processo de fragmentação teve como resultado a constituição de um maior número de sedes municipais, que oficialmente são espaços urbanos, e todo um aparelho burocrático em cada novo município. A Constituição de 1988 delegou um maior grau de autonomia administrativa aos municípios, descentralizando o poder político e a arrecadação de recursos, num processo de valorização da dimensão local (Rua, 2001; Barbosa e Natal, 2001).

⁹ No período 1991/96, a taxa de crescimento populacional foi de 3,83, e o seu PIB apresentou um aumento, no período 1975/96, de 398,4%.Dados retirados de Penalva Santos (2000).

Figura 21



Imagem de satélite da mancha urbana da cidade de Macaé

A população da cidade de Macaé mais que dobrou no período de 1970 à 2000.

Este crescimento foi alavancado pela implantação da atividade extrativa de Petróleo na Bacia de Campos, que acarretou numa acentuada expansão de sua estrutura urbana, impulsionando o setor terciário e elevando-a enquanto um dos principais centros regionais.

Fonte: http://www.engesat.com.br/catalogo/acervo_list3.htm

Este processo surge em conjunto com um processo de “resignificação da idéia de desenvolvimento, que, agora associada ao local, se contrapõe à lógica da globalização e à excessiva centralização e burocratização” (Barbosa e Natal, 2001, p.108). Tal valorização da dimensão local, e conseqüentemente, a concepção de *desenvolvimento local*, é criticada por alguns autores, como Vainer (2001), na medida que tais ações locais representariam uma manutenção da lógica concentradora e desigual aprofundada pelo neo-liberalismo. Desta forma, políticas que concebesssem apenas ações locais alcançariam somente resultados paliativos, pois não discutiriam questões macro-estruturais. Maricato (2001), ao citar Francisco de Oliveira e Jeroen Klink, argumenta que o contexto macroeconômico influi severamente nos processos locais (de acordo com a dialética relação global-local) e que este aumento da autonomia local se ampliou, no contexto brasileiro, face a uma crescente retração da União na articulação de políticas indutoras de desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, não existe uma relação mecânica de causa/efeito, pois os processos são dialéticos e multi/transescalares, atuando na construção social do espaço. Devido a tal fato, não podemos conceber campo e cidade (ou antes, rural e urbano) como dimensões estanques e polarizadas. Muito menos delegar ao urbano a primazia do movimento e da transformação. Tais relações são produzidas por contradições, terminando por reproduzi-las, e não se encerram em maquiavélicos antagonismos. Mediante tal constatação, trataremos deste tema no próximo tópico.

As multiterritorialidades da relação cidade/campo

Os modelos e as teorias podem ser comparados à mapas geográficos. Estes não são cópias de um terreno. São uma maneira de poder se localizar. O conteúdo de um mapa é determinado, da mesma forma que os modelos, pelo projeto que se teve ao fazê-los.

Gerárd Fourez

O trecho acima foi retirado do livro *A Construção das Ciências* (1995) de Gerárd Fourez. Esta passagem nos pareceu bastante pertinente, não apenas pela referência geográfica realizada, mas principalmente devido à analogia utilizada pelo autor em relação ao processo de construção do pensamento científico. Segundo Fourez, estamos sempre observando o mundo, e o ato de observar é um ato de interpretar. E para tanto, construímos esquemas teóricos que nos orientam e organizam a nossa percepção. Entretanto, não existe uma neutralidade nas construções teóricas. Nas palavras de Foucault, uma teoria “não pode ser elaborada sem que apareça, em sua pureza não sintética, o campo dos fatos do discurso a partir do qual são construídas (2004 a, p.29).

Um conceito é uma abstração, que nos auxilia na interpretação da realidade. Baseando-se em Deleuze e Guattari, Sposito (2004) afirma que todo conceito remete a um problema, ao passo que os problemas necessitam de soluções. É uma abstração parcial, já que o todo não pode ser apreendido completamente, pois este é dotado de movimento, configurando-se enquanto uma “realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer” (Santos, 2002 a). Desta forma, certas variáveis, certos aspectos, são eleitos na elaboração de construções teóricas. E tal qual o mapa citado por Fourez, tais escolhas são guiadas em função das intenções de quem as propõe.

De acordo com Kant, a percepção adquire conteúdos provenientes da experiência, e estes são organizados por meio de categorias *a priori* inerentes à razão humana. O pensamento estruturalista, surgido na década de 60, propõe a razão enquanto uma construção histórica, porém não necessariamente evolutiva, pois cada mudança estrutural da sociedade se reverte na reconstrução de valores e parâmetros novos, que não mais se fundam na estrutura anterior. Nesse sentido, toda arquitetura social e histórica se realiza através de rupturas, tensões e descompassos (Chauí, 1995).

Santos (1997) afirmou que o conceito é uma abstração que se torna real na medida que os fatos à que se refere só possuem significado inseridos no conjunto social em que são observados. Desta forma, os fatos tornam-se abstratos e o conceito passa a ser real, mas “o conceito só é real na medida em que é atual” (Santos, 1997, p.9). Segundo Sposito (2004), “os conceitos são superados ou modificados por causa das mudanças que ocorrem constantemente na forma de pensar da sociedade” (2004, p.60). Desta forma, os conceitos são reconstruídos na medida em que a realidade se transforma.

Em termos metodológicos, as ciências buscam embasar os seus discursos utilizando-se de conceitos, pois são estes os responsáveis pela comunicação de seus conhecimentos. Corrêa (1995) explica que o pensamento da ciência geográfica estrutura-se em alguns conceitos que se configuram enquanto *conceitos-chave*. De acordo com o autor, o Espaço seria um *meta-conceito*, pois

estaria acima dos demais conceitos, não sendo este operacionalizável. A partir deste meta-conceito, que funcionaria como um paradigma, conceitos operacionalizáveis são elaborados, a fim de auxiliar na interpretação da realidade. Esta operacionalização do conhecimento se daria em função dos demais conceitos-chave da geografia, que seriam espaço (enquanto organização espacial), região, paisagem, território e lugar.

Santos (2004)¹⁰, nos propõe os conceitos devam ser tomados enquanto momentos da organização do conhecimento, entendendo conceito como uma categoria dotada de sentido. No pensamento de Santos (2004) a legitimidade da geografia não se realiza através de seu objeto. O autor não considera o objeto de estudo como sendo geográfico, mas sim o discurso científico realizado. Concordando com Gomes (1997), considera que o possível objeto de investigação não é dado, mas construído a partir dos óculos conceituais do pesquisador, e a geografia se apresenta enquanto um “campo do conhecimento onde se procura uma ordem para o diverso, para o espetáculo da dispersão original” (Gomes, 1997, p.34). Desta forma, não existiria um espaço geográfico, mas sim uma geograficidade dos fenômenos, que criam espaço. Nas palavras de Soja, “as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes ao espaço” (1993, p.103).

É notório que um dos primeiros pensadores a chamar atenção para a importância do espaço na reprodução da sociedade foi Henri Lefebvre, especialmente em sua obra *La Production de l'Espace*, publicada em 1974. Seus estudos foram de grande influência para diversos geógrafos, que passaram a advogar com mais fervor sobre o papel do espaço. Segundo Lefebvre, o espaço não pode ser compreendido somente por sua natureza ou por sua história, mas enquanto uma produção social¹¹, onde diversas mediações devem ser consideradas, seja no domínio das práticas sociais, como no domínio das representações. Segundo Costa

¹⁰ Estas referências foram retiradas nas discussões realizadas no minicurso conduzido por Douglas Santos, intitulado “Paisagem, território e região: exercícios para uma leitura geográfica”, oferecido no VI Congresso Brasileiro de Geógrafos (2004).

quando Lefèbvre decodifica espaço em prática espacial (espaço percebido), representações de espaço (espaço concebido) e espaço de representações (espaço vivido), sua intenção não é a de criar uma categorização fragmentadora do todo espacial, mas sim procurar entender as relações entre uma nova multiplicidade de espaços que integram o espaço social, com suas particularidades e dinâmicas próprias, que não podem ser considerados de forma isolada, mas em um relação dialética que está na base de sua proposta teórica sobre o processo de produção do espaço (1999, CD-ROM) ¹².

Entender o espaço como uma produção social não significa tomá-lo como um reflexo social. Segundo Santos, “produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis”, sendo que “o ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço” (2002 b, p.203). Para tanto, Santos elabora o conceito de *formação socio-espacial*, baseando-se na *formação econômica e social* desenvolvida por Marx e Engels em seus estudos acerca do materialismo histórico e dialético. Com esta reconstrução teórica, Santos objetivou acrescentar o espaço como uma dimensão fundamental na reprodução da sociedade. De acordo com o autor, as relações sociais apenas se tornam concretas no espaço, e o espaço só se realiza através da sociedade (Corrêa, 1995).

O espaço seria produto e condição para a reprodução da sociedade, e o seu ordenamento responderia à realização de uma diversidade de relações sociais e de produção. Tais relações, enquanto produtoras de espaço, são estabelecidas entre diferentes escalas, segundo as intenções de cada agente deste processo. Segundo Santos, “as transformações espaciais provém da intervenção simultânea de redes de influência operando simultaneamente em uma multiplicidade de escalas, desde a escala local até a escala mundial” (Santos, 2002 b, p.207). Contudo, é fundamental ressaltar, que tais categorias não são se configuram enquanto um pares antagônicos, mas como um pares dialéticos, onde a tensão

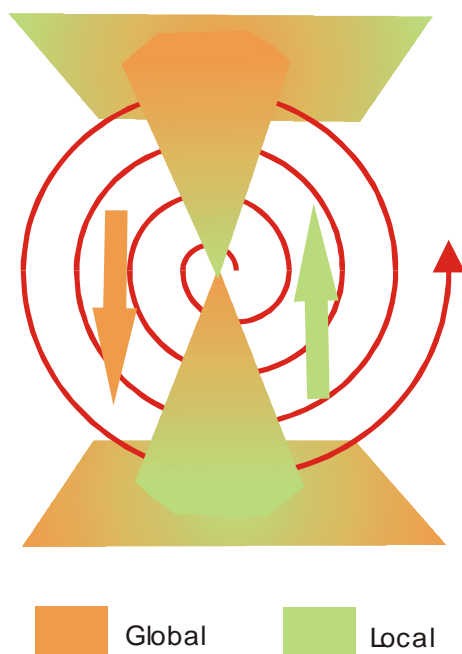
¹¹ “Such 'objects' are this not only things but also relations” (Os objetos são não somente coisas, mas também relações) (Lefèbvre, 1993, p.77).

¹² O espaço percebido seria o espaço das práticas materiais, do trabalho e do lazer, “as formas como se gera, se utiliza e se percebe o espaço” (Rua, 2005, CD-ROM). As representações do espaço seriam aquelas dos tecnocratas, dos planejadores e dos cientistas, um espaço das técnicas. Por último, o espaço das representações seria o espaço dos símbolos, dos signos e das imagens (Costa, 1999; Rua, 2005).

gerada pelas relações transescalares estabelecidas geram processos que não podem ser entendidos como resultados completamente globais e/ou locais (figura 22). Os processos mundiais, enquanto *oportunidades*, para tornarem-se espaço necessitam das condições locais, das *possibilidades*, existentes no lugar (Santos, 2002 a). Neste movimento, processos globais tornam-se locais, recriando-os, assim como condições locais tornam-se globais (Haesbaert, 1999).

Utilizando-se do “Princípio Hologramático” defendido por alguns autores, Ferreira (2003) desenvolve uma linha de raciocínio em que demonstra a complexidade e a dificuldade de se trabalhar a partir de uma perspectiva transescalar. Valendo-se da metáfora do holograma, argumenta que tanto o todo (global), como as partes decompostas (local), possuem as mesmas estruturas, pois estas contém pequenas representações do todo. Contudo, por meio de uma relação dialética, a totalidade social não pode ser considerada o simples somatório de suas partes,

Figura 22



Neste esquema, realizamos uma tentativa de representar, graficamente, a dialética relação entre os processos locais e globais. Procuramos demonstrar este movimento de maneira não-mecânica, enfatizando o caráter dialético intrínseco a este processo, de maneira que toma-se complexo restringir até que ponto determinado aspecto é global ou local.

Fonte: Fusco, 2005.

pois cada uma apresentará a sua própria versão da totalidade, fazendo com que não haja um todo social, “mas sim tantas versões quanto o número de sujeitos sociais que postulam” (Ferreira, 2003, p.13). Dialeticamente, ao analisar em partes, o confronto entre posições “antagônicas” gera um novo conhecimento que, quando recompostas (síntese), constroem um “novo todo”, fundamentado num novo olhar, numa nova posição frente às questões expostas (Sposito, 2004). Sobre a totalidade do espaço, Santos nos informa que

O espaço, como realidade, é uno e total. É por isso que a sociedade como um todo atribui, a cada um dos seus movimentos, um valor diferente a cada fração do território, seja qual for a escala de observação, e que cada ponto de espaço é solidário dos demais, em todos os momentos (Santos, 1997, p.64).

Os estudos desenvolvidos por Milton Santos, um dos grandes teóricos do espaço, foram de fundamental importância para o pensamento geográfico e na afirmação da geografia enquanto um discurso científico. Em seus últimos trabalhos, Santos passou a valorizar um olhar territorial sobre os processos espaciais, utilizando-se da categoria de *território usado*, empregando-o como no sentido de um espaço habitado pelo homem (Santos, 1996 a). Para o autor, esta categoria de análise seria mais adequada à concepção de um território em constante mudança, em processo. No pensamento de Santos, o território usado se apresenta como um campo de forças, que reúne as contradições existentes entre “o vertical e o horizontal, entre Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos” (Santos, 1999, p.19). Desta forma, Santos utiliza o termo “uso” como uma distinção sobre a categoria de território *em si*, realizando críticas sobre uma concepção a-histórica muitas vezes relegadas ao segundo. Esta abordagem do território enquanto uso possui profundas raízes “lefebvreanas”, a partir de sua visão acerca da produção do espaço. Muito elucidativas são as palavras de Haesbaert, quando diz que,

Embora Lefebvre se refira sempre à espaço, e não à território, é fácil perceber que não se trata de um espaço no sentido genérico, muito menos de um espaço natural. Trata-se, isto sim, de um espaço-processo, um espaço socialmente construído, um pouco como na distinção entre espaço e território feita por autores como Raffestin (1993 [1980]). De certa maneira, podemos afirmar que o espaço trabalhado por Lefebvre é “um espaço feito território” através de processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista) (2005, CD-ROM).

Retomando o pensamento de Santos (2004), os conceitos representam momentos no processo de construção do conhecimento, e todos remontam ao mesmo paradigma, que seria o meta-conceito de espaço (Corrêa, 1995). Em princípio, o que os diferenciaria será o olhar, a abordagem, a dimensão a ser valorizada na análise empreendida. E tal escolha se valerá de acordo com os objetivos traçados pelo pesquisador, sobre qual será mais apropriado para encontrar as respostas das questões a serem resolvidas.

Deste modo, estamos nos remetendo ao rural como uma categoria, uma dimensão da realidade, uma representação de certos aspectos presentes na construção social do espaço. Estes aspectos foram historicamente construídos em oposição às características presentes nos espaços urbanos, sejam em aspectos positivos, ou negativos. O conflito existente nesta construção antagônica se apresenta como um reflexo do embate de contradições e ambigüidades características da sociedade moderna. Como nos aponta Williams,

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações - de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação (Williams, 1990, p.11).

Contudo, vimos que tal classificação, por sua natureza estática, não dá conta dos processos que não cessam nunca, que estão constantemente recriando e resignificando os espaços sociais. Ainda segundo Williams, “campo e cidade são

realidades históricas em transformação tanto em si próprias como em suas inter-relações” (1990, p.387), que remontam a processos mais amplos. E todo esse processo se realiza, é claro, num contexto inerente a uma sociedade capitalista: da produção e valorização da mercadoria; da ampliação e acumulação do lucro; do desenvolvimento fragmentado e articulado da sociedade. Para Santos (1991), a acumulação capitalista seria, simultaneamente, um meio e um fim, onde se inclui a criação de condições para uma maior e mais eficaz acumulação, paralelamente a uma menor distribuição dos recursos e excedentes. E a criação destas condições de acumulação se manifesta espacialmente, pois envolve a construção de infra-estruturas e instrumentos de produção que dotam o espaço de maneira desigual. Porém, nos adiantamos a dizer que esse movimento não se realiza no espaço. Tal processo, carregado de todas estas facetas e contradições, é o próprio espaço social.

Ao afirmarmos isto, poderíamos nos fazer acreditar que estaríamos supervalorizando uma dimensão econômica em nosso raciocínio. O espaço é carregado de simbolismos e significados, e a cultura, enquanto um sistema de símbolos organizados e decodificados por um grupo (Castro e Velho, 1978), constitui-se como um elemento fundamental no entendimento na reprodução socio-espacial. Desta forma, “o enfoque cultural se interessa pela maneira como as realidades são percebidas e sentidas pelos homens” (Claval, 2002, p.35). Podemos considerar que tal dimensão foi, de certa forma, contemplada por Lefebvre ao elaborar o que denominou de *espaço das representações*. Contudo, Lefebvre o considera como um dos momentos da produção do espaço, e não desvinculado das outras dimensões (Lefebvre, 1993). Concordamos com este raciocínio, pois achamos imprudente deslocar as práticas culturais de seu contexto sócio-econômico, como se estas possuíssem uma existência autônoma. É neste contexto que elas se processam ¹³. É crescente a incorporação da cultura aos diversos estudos, inclusive àqueles dedicados a discutir questões como o

¹³ A crescente apropriação de aspectos culturais pelo capitalismo, no bojo daquilo que se denomina *sociedade de consumo*, repercute nas mais agudas críticas, como Dupas, ao afirmar que “transformada em mercadoria, a cultura está se confundindo com a publicidade” (2003, p.13).

desenvolvimento, pois tal faceta seria importante para a compreensão de diversos fatos e processos atuais. De acordo com Rua¹⁴,

Trazer a cultura para o centro nos estudos sobre desenvolvimento tem sido a preocupação de diversos autores. De início, nos remeteremos a Schech e Haggis (2000, p. xi). Para estas autoras a centralidade da cultura e suas interações com as transformações econômicas, políticas e sociais tem se tornado evidente em fatos que vêm marcando o mundo contemporâneo, tais como o ressurgimento do Islã em movimento político, o fortalecimento do movimento pelos direitos indígenas e a ascensão dos etno-nacionalismos (2005, CD-ROM).

É completamente consensual, entre o meio acadêmico, que as tradicionais categorias de urbano e rural não conseguem abarcar a complexidade das contradições existentes nos processos atuais de construção do espaço. Temos até algumas reservas se caso algum dia alcançaram tal feito, pois nos parece mais razoável pensar que estas referências, embora correspondessem empiricamente as suas proposições, não desnudavam os processos “ocultos” por trás do tecido paisagístico. Para Santos (1991), a paisagem é resultado de uma acumulação de tempos, onde cada lugar apresenta uma acumulação diferente, criando tempos diferenciados. Contudo, afirma que “muitas mudanças sociais não provocam necessariamente ou automaticamente modificações na paisagem” (1991, p.37), e tomar somente a forma espacial pode resultar numa imposição de um conteúdo o qual não possui, ou então desconsiderar possíveis conteúdos não perceptíveis. Desta forma, acreditamos que o que ocorre atualmente é que tais processos, ao se acentuarem, romperam este fino tecido, revelando-nos sua real natureza. O que de maneira alguma invalida suas particularidades, ou compactua com uma pretensa urbanização homogeneizadora. Segundo Randolph (2005), não existe nenhuma homogeneidade no processo de urbanização em curso na Região Metropolitana e de seu entorno próximo, o que não significa que não se possa encontrar aspectos semelhantes e congruentes.

¹⁴ Embora Rua (2005) tenha certas discordâncias acerca deste abordagem, alega ser importante que os estudos sobre desenvolvimento considerem outras dimensões que não apenas a econômica.

Dentro deste manancial de teorizações acerca desta nova realidade que se apresenta, diversas são as abordagens realizadas, conforme já discutido no segundo capítulo do presente trabalho. Em termos gerais, percebemos que existem, dentre as diversas abordagens, duas principais “correntes”¹⁵ : uma economicista, outra culturalista. O economicismo realiza uma análise privilegiando, sobretudo, as forças produtivas e as relações de trabalho, alegando que os espaços rurais estariam se urbanizando, frente a uma diversificação produtiva e técnica ocorrente. Nesta corrente podemos incluir os estudos coordenados pelo professor Graziano da Silva e o *Projeto Rurbano*. Desta forma, o “pólo urbano” da clássica dicotomia é valorizado, e até mesmo reafirmado.

Em outra perspectiva, existem as correntes culturalistas, que advogam a favor das resistências, do caráter político do processo de reinvenção do rural e da construção de novas ruralidades. Com isso buscam fazer uma frente ao discurso homogenizador urbano. Destacamos os estudos ligados ao grupo de pesquisadores do CPDA dedicados às questões das ruralidades e desenvolvimento rural. Partindo de uma concepção próxima à antropologia, consideram a cultura enquanto uma dimensão mutante e dinâmica, e nisso depositam uma grande força nas ruralidades construídas, como que revidando às proposições acerca do um pretense “fim do rural”.

Estamos vivendo, segundo Haesbaert (2004) uma era dos fins: o fim da história, o fim da geografia, o fim da modernidade, o fim do fordismo. Entre outros fatalismos questionados pelo autor, encontra-se o tão anunciado *fim dos territórios*, o qual Haesbaert considera um mito. Segundo o pensamento de alguns estudiosos, o atual momento do desenvolvimento capitalista proporcionou uma subjugação do espaço pelo tempo, aliado a uma perda dos vínculos e referenciais territoriais, “como se o espaço não passasse de um convite contínuo a ser desrespeitado, refutado, negado” (Bauman, 1999, p.85). Esse movimento acarretaria numa desterritorialização da sociedade, e com isso, o fim dos territórios. Embora o tema

¹⁵ Tal classificação de maneira alguma pretende restringir qualquer uma das abordagens citadas, pois redundaria num juízo superficial e leviano. O que se procurou foi fazer uma análise considerando a dimensão predominante nestes trabalhos.

da desterritorialização tenha ganhado grande destaque nos estudos recentes, sobretudo aqueles que contemplam uma abordagem pós-moderna, Haesbaert (2004) nos mostra que o termo não é novo, sendo tomado como uma das principais características do capitalismo e da própria modernidade.

Com grande parte de sua obra dedicada ao tema, Haesbaert desacortina a complexidade que envolve estes processos, mostrando-nos que é impossível que a sociedade se reproduza desterritorializada. Segundo o pensamento do autor, “a produção do espaço envolve sempre, concomitantemente, a desterritorialização e re-territorialização” (Haesbaert, 1995, p.169), como faces de uma mesma moeda. Uma desterritorialização implica necessariamente numa nova territorialização, pois “não há como definir o indivíduo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial” ” (Haesbaert, 2004, p.20). O que estaria em curso não seria o fim dos territórios, mas sim o surgimento de uma nova natureza de território, fundado em novas bases. Sobre aqueles que defendem o seu fim, o autor ressalta que isto se expressa mais como uma “recusa em reconhecer ou uma dificuldade em definir o novo tipo de território, muito mais múltiplo e descontínuo, que está surgindo” (Haesbaert, 2004, p.143).

As intensas e simultâneas conexões espaciais acarretam no surgimento de territórios mais complexos, onde forças das mais diferentes esferas sociais nele passam a atuar. A ampliação dos fluxos acarreta num território dotado de intenso movimento, dado que “as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território” (Santos, 1996 a, p.19). Haesbaert adianta-se a afirmar que mobilidade social não significa necessariamente em uma desterritorialização. Grupos fixados espacialmente podem ter sua identidade desterritorializada, enquanto indivíduos de intensa mobilidade podem constituir territórios, como no caso dos territórios-rede.

Nesse sentido, o território configura-se no momento em que existe um grupo social que exerça algum tipo de poder sobre o espaço. Outro elemento é a flexibilidade existente nestes tipos de território, pois este pode se construir, se desfazer e tornar a se construir com grande rapidez, podendo variar inclusive

durante o dia. Tal fato nos é mostrado por Mattos e Ribeiro (2002), em seu livro sobre a prostituição na área central carioca. Os territórios da prostituição se expressam em determinados momentos, ou seja, à noite, quando se inicia a sua prática. Durante o dia estes territórios se reduzem drasticamente, a ponto de visivelmente desaparecer. Podemos concluir que o território não é exclusivo a nenhum agente social, nem estático, configurado por meio de um única escala de poder, mas sim que diferentes territorialidades podem se sobrepor num mesmo espaço, criando territórios diferenciados e multifacetados. Neste ponto, Haesbaert argumenta que é fundamental que se desenvolva um olhar que contemple esta configuração (a construção de múltiplos territórios em múltiplas escalas), o que nos conduz a uma abordagem *multiterritorial*. Sobre este conceito, o autor pondera que

Multiterritorialidade (ou multiterritorialização se, de forma mais coerente, enfatizá-la enquanto ação ou processo) implica assim a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma “mobilidade concreta”, no sentido de um deslocamento físico, quanto “virtual”, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço (Haesbaert, 2004, p.343-344).

Neste momento, acreditamos ser importante nos remeter ao pensamento desenvolvido por Carneiro, em que afirma hoje ser desnecessário despender maiores esforços numa busca por uma nova essência do rural em distinção ao urbano, pois considera que estas categorias representam espaços que “contém em si contradições, ambigüidades e conflitos que são o resultado da relação entre sistemas de valores e de interesses diferentes” (2001, p.6). De acordo com Haesbaert (2005), diferentemente do espaço, que se apresenta uma natureza um tanto genérica e difusa pela sociedade, um olhar multiterritorial permite que os processos de territorialização e des-territorialização sejam identificados por meio dos agentes sociais que, ao exercer poder sobre estes espaços, controlam os processos sociais que constituem os territórios. Tal esforço foi empreendido por Gávia e Moreira (2002), ao analisar a comunidade de Taquari, localizada no

município de Parati. Apesar de ser um pouco extensa, acreditamos que a citação abaixo cumpre um importante papel na elucidação da questão exposta.

As três instâncias governamentais, o Incra, o Ibama e a Prefeitura de Parati, que aqui serão identificadas, são representações diversas do poder do Estado. As diferenças destas representações, mesmo que entendidas como emergentes dos interesses sociais e políticos do campo hegemônico, abrem campos de tensões entre eles e desses com a comunidade e os diferentes interesses de grupos, setores, vizinhança etc. A ação desses entes governamentais carrega projetos diferenciados para o território-assentamento-natureza, tensionando assim a identidade e a ruralidade da Comunidade. A dinâmica social vivenciada por esses atores carrega diferentes projetos de organização do território e de condições de possibilidades das relações sociais, das identidades e das ruralidades locais. Carrega assim as possibilidades de cooperação e disputas no interior da comunidade, na medida em que estes projetos acionam e institucionalizam interesses e internalizam valores nos atores locais. (...). Expressões de negatividade eram veiculadas na fala dos interlocutores, principalmente quando se referiam à presença do Incra, do Ibama e da Prefeitura na localidade, e de ambigüidade quando relacionadas às atividades de turismo. (Gavirira e Moreira, 2002 apud Moreira, 2004, disponível na internet).

Torna-se claro que as mediações espaciais configuradas no território não podem ser entendidas como um processo harmonioso, mais muitas vezes conflitante, onde os diferentes interesses em jogo podem gerar verdadeiros embates de territorialidades, imbuídas de intencionalidades e objetivos muitas vezes incongruentes. Podemos observar no mapa 5, ainda que de maneira sucinta, as principais atividades existentes no território fluminense. É importante acrescentar que as tipologias *turismo rural* e *turismo sol e praia* incorporam outros elementos, como veraneio e segunda residência, além de outras modalidades de turismo. Entretanto, optamos por esta redução das tipologias para que o mapa não ficasse por demais poluído, o que poderia dificultar a sua interpretação. Cumpre destacar que o conteúdo do mapa, embora agregue mesmo que indiretamente elementos quantitativos, é resultado direto de elementos qualitativos, por meio das percepções e informações obtidas nos diversos trabalhos de campo realizados.














Podemos perceber que o Rio de Janeiro não pode ser compreendido a partir de uma perspectiva homogênea, dada a gama de atividades responsáveis pela constituição de seu território. Nesse sentido, torna-se inapropriado construir a idéia de um único rural, estático e harmônico, seja ele nos moldes tradicionais ou

Mapa 5

Painel de multiterritorialidades do estado do Rio de Janeiro



Legenda

	Comércio e serviços		Indústria de confecções
	Produção agrícola		Pólo gás-químico
	Recuária		Pólo petrolífero
	Turismo sol e praia		Tecnologia da informação
	Turismo rural		Rochas ornamentais
	Pólo metal-mecânico		
	Urbanidades		
	Ruralidades		

Escala
0 10 30 Km

Fontes: Rua, 2001 b; Ribeiro, 2001 e 2003; Turisio, 2004; Fijan e O Globo, 2004; Marafon, 2005. Organizado por Fusco, 2005.

reformulado num “novo rural”. Tal concepção se realiza num nível de abstração que não se resolve empiricamente. Existem no Rio de Janeiro, e dizemos isso sem maiores problemas, uma grande diversidade de ruralidades e urbanidades, e estas se configuram enquanto expressões da presença de uma determinada combinação de agentes sociais que se manifestam transescalarmente na construção dos territórios, constituindo, assim, territórios multifacetados.

Face à diversidade de forças que atuam no território fluminense, podemos traçar alguns aspectos que podem levar a configuração de diferentes ruralidades que se fundam em naturezas e intencionalidades distintas e variadas. Exposto isso, temos o caso da Região Serrana e arredores que, apesar da forte presença urbana, temos um rural que assume um significado próximo a de um rural idealizado, bucólico e “alpino”, dadas as suas condições geomorfológicas, climáticas e sociais. Tal aspecto é historicamente um atrativo para um considerável fluxo de turistas para a Região, acarretando numa diversificação do mercado de trabalho local, já que vai ser elevado o deslocamento da força de trabalho para o atendimento de tal demanda.

De maneira geral, as áreas próximas aos principais eixos rodoviários possuem uma complexificação das relações cidade/campo, onde tais territorialidades se realizam de maneira bastante imbricada frente às práticas e apropriações existentes. Temos como exemplos as Regiões do Médio Vale do Paraíba, Baía da Ilha Grande e Baixadas Litorâneas, onde o foco econômico volta-se quase que exclusivamente para as atividades “urbanas” da indústria e do terciário como suporte, em diversos casos, para o turismo. Nesse sentido, consolidam-se intensos eixos de urbanização, onde as áreas consideradas “rurais” configuram-se residualmente à margem destes vetores, num pretenso processo de urbanização do campo, quando sabemos que a difusão de urbanidades não conduz, necessariamente, a uma anulação da dimensão rural. Urbanidades e ruralidades convivem e relacionam-se como pares dialéticos, cujos conflitos remontam à própria natureza contraditória do capitalismo. Menores graus de dinamicidade econômica, como observado em áreas das Regiões Norte e Noroeste, ocasionam

relações aparentemente menos intensas e estreitas entre estes universos, criando a ilusão de um equivocado antagonismo entre rural e urbano.

O território permite que tenhamos uma maior percepção dos agentes que estão envolvidos na produção do espaço social. O espaço enquanto processo, como apresentamos, pode ser mais bem analisado a partir de visão territorial. Baseando-se em Sack, Saquet afirma que o território se realiza por meio do exercício de alguma autoridade, que se manifesta nas territorialidades enquanto uma “tentativa de um indivíduo ou grupo social para influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos, e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área” (2005, CD-ROM). Um território envolve um poder de gestão, uma relação de apropriação/dominação que se revela por meio de ações políticas e/ou discursivas. Sendo assim, este controle se efetua de múltiplas formas, pois o poder pode se manifestar de inúmeras maneiras, já que não se limita a uma esfera institucional. Uma das grandes contribuições nesta temática foi realizada por Foucault, quando analisa o poder deslocando-o em diferentes níveis de análise que não apenas de um Estado-Nação. O seu exercício encontra-se profundamente difundido em nosso cotidiano, por meio de uma rede de mecanismos e de discursos. Nestas reflexões, o autor reserva especial atenção ao poder dos discursos, pois os considera como um dos mais eficazes instrumentos de exercício do poder, onde “a descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados” (Foucault, 2004 b, p.159)

As representações sociais criadas pelos discursos, não raro, revertem-se em ações políticas a partir de determinados interesses. Tal aspecto foi trabalhado por Castro em seu livro *O Mito da Necessidade* (1992), onde discute a questão da seca no Nordeste. Segundo a autora, o Nordeste é comumente tomado como uma unidade homogênea, por meio da construção de uma única unidade identidade “nordestina”. Nesse contexto, a seca é elevada como uma calamidade social, ignorando-a como um traço característico do clima regional. A pobreza é justificada nesta perspectiva, afastando a discussão do campo das relações

sociais de produção e dos conflitos conseqüentes. Este processo pode ser observado em alguns pontos do estado do Rio, sobretudo em relação à decadente produção canavieira no Norte Fluminense, onde as elites locais valeram-se de semelhante discurso para angariarem, durante anos, recursos do Estado.

A territorialização destes agentes sociais reflete-se na construção das territorialidades que se inter-relacionam em diversas escalas, num constante movimento de territorialização/desterritorialização/reterritorialização. Tal processo insere-se num contexto econômico atual, onde as teatralizações e simulacros provocados pela lógica comercial globalizada produziram ambientes supostamente desprovidos de passado e identidade, como observado em áreas do estado do Rio como Penedo e Búzios, por exemplo. A atual logística empresarial flexível, associada à política de descentralização industrial também se apresenta como um importante elemento ligado a esse processo de (re)construção territorial, como constatado nos eixos industriais do sul fluminense. Relacionado a isso, temos uma intensa dinâmica populacional intra-regional no estado do Rio de Janeiro, como abordado por Limonad (1996), que resulta por contribuir para essa intensa dinâmica territorial, complexificando as relações, atividades e apropriações do espaço fluminense.

Contudo, tais relações antes desterritorializadas tendem a criar raízes locais, iniciando um movimento de territorialização. Uma abordagem multiterritorial faz necessitar de uma visão transescalar dos processos e dos exercícios de poder. A instalação da Petrobrás em Macaé é um grande indicativo desta necessidade, pois sua ação envolve a articulação de diferentes escalas, já que esta se configura como uma empresa estatal atrelada à esfera federal, cuja atividade mantém direta ligação com as demandas e os valores definidos pelo barril de petróleo em escalas globais. Contudo, as repercussões de suas ações são sentidas em várias escalas, desde a local, referente ao município de Macaé, até escalas regionais, estaduais e federais, em função dos capitais obtidos pelos royalties e da gama de atividades que vem na esteira de sua dinâmica. E dessa forma, sua presença vai ser um componente fundamental no ordenamento territorial das áreas ligadas, em

maior ou menor grau, à produção. Ramirez chama a atenção para a importância da ação das grandes empresas nos processos de (re)ordenamento territorial, ao mesmo tempo que torna-se muito complexo “diferenciar o que é promovido pela Petrobrás e suas empreiteiras e o que é engendrado por outros processos” (Ramirez, 1991, p.181), pois todas estas ações acabam por se expressar territorialmente, cabendo ao pesquisador desvendar o jogo de agentes por trás destas ações.

Seja a territorialidade de uma empresa transnacional, como a de pequenos agricultores familiares, os promotores de atividades turísticas, as comunidades locais, os grandes produtores agropecuários, os empresários, sejam os poderes públicos: estas dimensões se processam diacrônica e sincronicamente, e suas ações se revertem no mesmo território, reproduzindo uma realidade de múltiplas facetas. Segundo Moreira, “as disputas territoriais que se expressam na dinâmica espacial fluminense carregam interesses rurais e urbanos, locais, nacionais e globais, agrícolas e industriais, bem como das indústrias cultural e turística” (2004, disponível na internet), onde o território se apresenta como a expressão destas disputas políticas e sociais, a partir de diferentes formas de apropriação espacial. Estas territorialidades não ocorrem de maneira harmoniosa, mas são carregadas de contradições e interesses conflitantes, que necessitam ser elucidados.

Carlos (2004), fundamentando-se nos pensamentos de Lefebvre e Santos, afirma que a produção da sociedade ocorre de maneira necessariamente associada à produção do espaço, e que a materialização de tal processo “é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares” (p.19). O capitalismo é um modo de produção extremamente dinâmico e expansível, e segundo Harvey (2005) está constantemente reformulando a sociedade, ao passo que o autor considera as crises como elementos inerentes a sua própria dinâmica. E sua constante renovação relaciona-se à criação de novas condições para a acumulação capitalista face às crises existentes, que podem se manifestar tanto na esfera da produção quanto do consumo, que se integram de maneira dialética. Retomando à análise de Carlos, esta argumenta que cidade e campo representam

momentos reais do movimento de realização da sociedade (2004, p.135). Contudo, o espaço é sempre não indiferenciado, pois acreditamos que qualquer tese em favor de uma possível homogeneização deva ser relativizada. Com relação ao discurso da globalização, Ferrara afirma que

A globalização do mundo é uma contradição: globaliza-se a partir de uma estratégia que emana de um centro de decisão econômico, o que supõe considerar, como consequência, uma periferia e um centro; logo, não se globaliza o mundo, mas uma parte privilegiada dele; uma articulação renovada da conhecida estrutura centro/periferia que é a manifestação lógica do poder (1996, p.48).

Observamos então, que mais do que uma homogeneização, temos o reafirmamento das diferenças, e que tais processos reproduzem contradições bastante familiares. Entretanto, o elemento principal destes processos é que a emanção do poder não se realiza necessariamente numa relação simplista de dominação numa rígida hierarquia *cidade* → *campo*, como numa representação da “dicotomia” centro/perifeira. Sabemos que a sociedade se reproduz de maneira fragmentada, porém articulada, e que a *exclusão* não ultrapassa o patamar de mero discurso. Para Santos, “pobreza e riqueza são realidades antagônicas, embora complementares, pois uma não pode existir sem a outra” (1991, p.49).

A cidade não pode ser mais considerada como sinônimo de futuro, nem o campo como o passado, o atraso a ser superado numa escala evolutiva positivista. Tais representações, construídas em moldes tradicionais, devem ser superadas para dar lugar a uma abordagem que contemple todo o jogo de interesses que envolvem estas relações, dotando-as de uma crescente complexidade. Em seu recente trabalho, Elias (2005) contribui para desmanchar essa visão engessada, ao estudar o que denomina de *idades rurais*, que seriam os centros urbanos cuja dinâmica está alicerçada nas atividades agropecuárias próximas, tendo sua estrutura voltada para atender às demandas provenientes desta atividade. Nesse caso, a cômoda relação “centro-periferia” termina por se inverter, pois o centro passa a ser o campo.

Uma das grandes dificuldades para se empregar o termo *rural*, segundo Mormont (1989), refere-se à pluralidade de significados que o seu uso remete, assim como também o termo *cidade*, que possui uma grande variedade de conotações, a ponto de lugares tão distintos, como por exemplo Cairo e Londres, serem enquadrados na mesma categoria *cidade* (Geiger, 1995). Concordamos com Moreira, quando este afirma que a “mobilidade física e social entre ambos os espaços leva a que o urbano e o rural não correspondam mais a realidades distintas” (2004, disponível na internet).

De acordo com Saquet (2005), matéria e idéia estão em constante movimento, entre superações e articulações transescalares ao/no território. Desta forma, o território se apresenta como uma categoria de análise essencial para a compreensão da dinamicidade dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais que proporcionam a criação dos territórios. Consideramos, assim, ruralidades e urbanidades enquanto abstrações realizadas ao nível teórico para que possamos melhor interpretar e compreender a realidade, sempre mais dinâmica e indomável às nossas reflexões. Entendemo-as como expressão das territorialidades dos agentes que atuam espacialmente, cujas relações, tomadas nas mais variadas escalas, integram-se territorialmente, muitas vezes de maneira conflitante. Nesse sentido, compactuamos com Rua em sua abordagem do rural como um “espaço incorporado/incorporador ao/do processo de urbanização” (2001, p.35), mantendo-se enquanto um espaço dotado de grande criatividade e movimento.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O debate envolvendo o rural e a necessidade de repensá-lo é uma questão de caráter recente, ocorrendo no bojo de transformações contemporâneas, como os processos de globalização e de seus respectivos reordenamentos espaciais. A dicotomia rural-urbano, fundada no contexto da modernidade, vem sendo questionada, na medida que está se apresenta em crise, ao ponto de alguns autores apontarem para uma situação de *pós-modernidade*.

Porém, apesar do consenso da necessidade de se repensar o rural na atualidade, já que este não poderia ser mais entendido como um espaço atrasado e agrícola, diferentes são as perspectivas de abordagem. De maneira geral, existem duas principais correntes: aqueles que acreditam que o rural vem sendo transformado em função do urbano, tendendo então para uma urbanização do campo; e aqueles que argumentam que o rural permanece em face desta urbanização, pois este se ligaria à uma categoria de dimensão cultural, dinâmica por essência.

Um conceito é sempre uma construção abstrata que procura dar conta de uma parcela na realidade, já que é humanamente impossível apreender todos os aspectos existentes. Contudo, muitos conceitos utilizados são “importados”, sendo referidos à outras realidades diferentes da nossa. Apesar da total validade de se procurar entendê-los, sua utilização deve ser relativizada. Deveríamos buscar uma alternativa para a nossa realidade brasileira que, aliás, são diversas.

Percebemos ainda que, apesar de ser uma questão fundamental, o debate sobre os conflitos rural/urbano não ocupou grande destaque no campo geográfico, sobretudo no que se refere às problemáticas conceituais e ideológicas. A emergência deste debate faz por necessitar o pronunciamento da geografia e o seu posicionamento frente a estas questões.

O Rio de Janeiro apresenta-se enquanto uma área de grande interesse no que se refere à esta problemática, na medida que apresenta, em seu espaço, estas contradições de maneira bastante intensa. Palco da experiência moderna brasileira, o atual estado do Rio de Janeiro abrigou em sua história os conflitos e contradições inerentes a própria modernidade. Alçado como carro-chefe do projeto de um Brasil moderno, sobretudo no século XIX e início do século, a história de sua cidade confunde-se com a própria história do Brasil, por meio de uma construção de uma identidade nacional. Contudo, como vimos, a luminosidade da cidade foi em muito proporcionada pelas atividades existentes no seu interior, que permitiram a ampliação desta experiência moderna. A partir de meados do século XX, o Rio de Janeiro observou o desmonte de sua base cafeeira, e com as mudanças das diretrizes nacionais, perdeu seu poder político, seu último bastião, com a transferência de grande parte do aparelho estatal para Brasília. O Rio deságua em novos oceanos, onde outros projetos nacionais passam a ocupar a ordem do dia.

De toda forma, diagnosticar os fatos não revela a essência dos processos. É necessário compreender a verdadeira natureza oculta no véu dos discursos ideológicos. Historicamente, a cidade cavou um fosso com seu interior, em se tratando da consolidação de maiores laços de solidariedade com o seu entorno, embora esta tenha se beneficiado em algumas ocasiões de suas relações, de certa forma, “unilaterais”, com o interior. Tal fato configurou-se numa clara concentração metropolitana, que se expressa até os dias de hoje, embora novos processos ensinem o esboço daquilo que pode-se tornar um novo desenho das atividades produtivas em território fluminense. Podemos entender esta nova geografia como reflexo de algumas das muitas mutações que o modo de produção capitalista imprime na sociedade, promovendo transformações econômicas que encontram repercussões em todos os campos da sociedade, cujas reações, muitas vezes conflituosas, podem deslocar as discussões para onde não lhe são devidas.

Dentre estas mudanças empreendidas pelo capitalismo que podemos situar essa discussão sobre a resignificação da dimensão rural. Tradicionalmente tomadas como sinônimo da modernidade, motores do progresso, e local propício ao desenvolvimento técnico e racional, a cidade hoje observa o campo assumindo um novo papel no ordenamento econômico. Hoje, algumas das áreas onde mais se emprega alta tecnologia é no campo, sendo muitas vezes mais dinâmicas e velozes do que em muitas áreas consideradas urbanas. Contudo, esta modernização proporcionada por uma entrada mais feroz do capitalismo na agricultura não significa uma anulação da dimensão rural, nem num poderio absoluto da urbano (tido muito vezes como sinônimo de técnica e modernização) sobre o rural. O que podemos observar hoje é uma extrema complexificação destas relações, cujo sujeito não está localizado necessariamente em um único “pólo” da clássica dicotomia. Devemos incluir estas transformações num quadro mais amplo, inserindo as reais intenções destas modificações.

Os grandes centros urbanos hoje deixam de ser áreas tipicamente industriais, concentrando em sua maioria atividades ligadas ao terciário. A relativa desconcentração industrial motivada pelos ditames “pós-fordistas” resultam numa expansão de uma estrutura e de uma lógica tidas como urbanas, pois eram nestes espaços que estas atividades antes se concentravam. Entendemos, desta forma, que ignorar estes processos resulta numa feitichização do urbano e do rural enquanto entidades autônomas, numa lógica um tanto mecanicista e natural. Na realidade, estas transformações devem ser contextualizadas com a própria dinâmica econômica e social, onde a expansão dos meios de comunicação, em plena era da informação, possibilita uma divulgação mais ampla de valores e hábitos hegemônicos, considerados “urbanos”. A maior disseminação proporcionada pela tecnologia amplia a lógica do consumo, sobretudo por meio de programas e ícones *pop*, cuja visão refletem os valores de uma certa camada da sociedade, que por seu alcance, acabam tornando-se um referencial de comportamento.

Considerar estes fatos de modo algum significa aceitar a tese de uma urbanização homogeneizadora, o que seria tomar a questão de maneira simplista, reproduzindo um discurso altamente ideológico, que não nos cabe compactuar. O próprio rural participa destes processos, bastando recordar todo o aparato mercadológico voltado para a venda de produtos ligados a um imaginário rural, como o turismo, os produtos orgânicos, as festas e comemorações, a música, revelando, assim, uma “indústria” voltada para a reinvenção de aspectos rurais, sobretudo com fins comerciais.

A resistência do rural hoje não se reduz a este campo comercial. Na realidade, acreditamos que a maior dificuldade que envolve esse debate seria a demarcação daquilo que está sendo tratado como rural. Podemos entendê-lo em dois campos principais: o econômico e o cultural. Mediados por uma dimensão política comum, os campos econômico e cultural se configuram enquanto duas abordagens diferentes, contudo não-excludentes.

Transformações podem ser percebidas nestes campos, em ritmos e intensidades variadas, criando uma infinidade de realidades, cuja lógica motriz é a mesma: as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas não apenas no campo, mas na sociedade como um todo. Desta forma, urbanidades e ruralidades compõem um complexo mosaico, onde a elaboração de qualquer modelo teórico, por mais generoso que este seja, não vai solucionar a questão, pois as transformações não cessam, e qualquer fatalismo (leia-se o fim do rural) resultam, ao nosso ver, numa tentativa precipitada de encontrar uma justificativa, uma resposta.

Nesse sentido que voltamos para o Rio de Janeiro. O estado possui um quadro de grande complexidade, no tocante à sua constituição sócio-espacial, caracterizado por uma grande diversidade de paisagens, criadas e recriadas a partir de uma variada gama de processos que, ao reestruturar seu território, impossibilitam, a priori, a caracterização de um tipo único de rural, o que não impossibilita a delimitação de padrões de urbanização, a partir da difusão de urbanidades propostas por Rúa (2001 a), responsáveis pela construção de

espaços híbridos, não necessariamente urbanos, contudo diferentes daquele rural tradicional por nós abordado. Em função da difusão destas urbanidades, na construção de diferentes “rurais”, acreditamos na análise territorial como uma importante contribuição geográfica para a elucidação de alguns aspectos desta problemática, a partir das diversas apropriações empreendidas pelos agentes sociais envolvidos neste processo de (re)ordenamento territorial.

Diante deste cenário, acreditamos que aquilo que se denomina urbanidades e ruralidades se constituem enquanto expressões das ações de determinados agentes sociais que se encontram territorializados. Assim, pensamos que o território pode se apresentar como uma categoria de análise fundamental para o entendimento de diversas questões que se encontram, de maneira difusa, nos meandros das rígidas delimitações de urbano e rural. É necessário entender esta problemática considerando a complexidade de relações estabelecidas. E a geografia cumpre o fundamental papel no desafio de desvendar tal problemática, já que esta incorpora em suas reflexões o espaço, dimensão essencial para a realização da sociedade. Uma análise que leve em conta o universo rural, considerando-o enquanto uma realidade dinâmica, torna-se bastante pertinente na medida que se pretende rejeitar modelos homogêneos e mecânicos. Colocando o rural na arena de debates, estamos considerando-o enquanto um aspecto indispensável na contraditória dinâmica socio-espacial atual, e não como uma realidade “agonizante” e “submissa”.

Temos total consciência das limitações que nosso estudo apresenta, em grande parte devido à escala de análise escolhida. Antes de apresentar soluções mágicas e definitivas, procuramos propor algumas alternativas, objetivando a abertura de alguns caminhos por onde futuros estudos possam trilhar, embora destacamos que em nenhum momento consideramos como esgotada tal temática. O que buscamos, no desenrolar desta pesquisa, foi auxiliar no desenvolvimento de uma linha de abordagem geográfica para tal questão, valendo-se, sobretudo, do conceito de território e da perspectiva multiterritorial trazida por Haesbaert (2004). Esta perspectiva espacial já vem sendo apontada em diversos estudos

(Abramovay, 2000; Blume, 2004; Veiga, 2002), embora muitas vezes seja trabalhada de maneira pouco precisa. E acreditamos que é necessário repensar especialmente essa questão, pois a contribuição geográfica em muito pode auxiliar para a elucidação de alguns pontos-chave.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, 31 p.

ABREU, M. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

AGNEW, J.; SCOTT, A. J.; SOJA, E. W.; STORPER, M. Cidades Regiões Globais, *Espaço & Debates*, São Paulo, NERU, N.41, 2001.p. 11-25.

ALENTEJANO, P. R. O que há de novo no rural brasileiro? *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.76-112, 2000.

ALMEIDA, O. F. R. A Questão Agrária no Brasil: um exemplo de interdependência entre filosofia, /ciência geográfica e sociedade. *Boletim Goiano de Geografia*. v. 7/8, n. 1/2, jan./dez. 1987/1988.

ALVES, T. Os serviços nas áreas rurais: Inovação social e território. *Geol Nova*, n.5, 2002, p.111-138.

ANJOS, F. S. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil*. Pelotas: EdUFPEL, 2003. p.9-102.

AZEVEDO, A. N. A capitalidade do Rio de Janeiro: um exercício de reflexão histórica. In: *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Dep. Cultural UERJ, 2002.

BARBOSA, P. P. B.; MARAFON, G. J. O papel do complexo agroindustrial sucro-alcooleiro nas transformações sócio-espaciais no Norte Fluminense (1970-2000). IN: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001 a, 209 p.

BARBOSA, P. P. B.; NATAL, C. B. A Fragmentação da Malha Municipal no Estado do Rio de Janeiro: uma análise histórico-geográfica. *GeoUERJ*. n.10, p.99-112, jul.dez. 2001.

BARBOSA, M. L. O.; QUINTANEIRO, T. Max Weber. In: *Um Toque de Clássicos*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. P.107-154.

BAUDELAIRE, C. *As Flores do Mal*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

- BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BECKER, B. K.; EGLER, C. G. *Brasil: uma nova potência na Economia Mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- BERNARDES, L. M. C. Importância da posição como fator do desenvolvimento do Rio de Janeiro. In: Bernardes, L. M. C.; SOARES, M. T. S. (Orgs). *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1987. P. 21-41.
- BLUME, R.; SCHNEIDER, S. Do território ao desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o crescente uso do conceito de território frente às dinâmicas socioeconômicas contemporâneas. *XLI Congresso SOBER*, juiz de Fora, 2003 (CD-ROM).
- BLUME, R. *Território e Ruralidade: a desmistificação do fim do rural*. Dissertação de Mestrado, UFRGS/FCE, Porto Alegre, 2004.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.
- BRAGA, R. M.; MADANÊLO, D. H. V. L.; SILVA, E. S. O. Considerações sobre a Região Noroeste Fluminense. *GeoUERJ*. N.12, jul./dez. 2002.
- BRANDÃO, S. P. As tranformações socio-espaciais ocorridas no município de Macaé após a implantação da Base de Apoio da Petrobrás. In: Anais ... VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, UFG, Goiânia, 2004, CD-ROM.
- BRITO, M. A.; Innocencio, N. R. Organização do espaço agrário no estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, 50 (3): 85-119, jul./set. 1988.
- CARLOS, A. F. A. *O espaço Urbano*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.1, p. 53-75. out. 1998.
- _____. Do rural ao urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. *II Seminário sobre o novo rural brasileiro*. Campinas, 2001.
- CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- _____. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, E. B. V.; VELHO, G. O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas. *Artefato*. Ano 1, n.1. jan. 1978.

CASTRO, I. E. *O mito da necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

_____. O Problema da Escala. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P.C.C. (Orgs). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.117-139.

_____. Paisagem e Turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, E. (Org). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002 a. p. 121-140.

CASTRO, D. G. (Re)estruturação Espacial da Região das Baixadas Litorâneas (RJ): urbanização, turismo e desenvolvimento. Monografia de Graduação. Departamento de Geografia – UERJ. 2002 b.

_____. Patrimônio histórico arquitetônico como marca de qualificação da paisagem: um olhar sobre as fazendas de cafeeiras e açucareiras do interior fluminense. In: Anais ... X EGAL, USP: São Paulo, 2005. CD-ROM.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

CIDE. Disponível na internet: www.cide.rj.gov.br . Acessado em março de 2005.

CLAVAL, P. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002. p.11-43.

CORIOLANO, L. N. M. T. O Real e o Imaginário nos Espaços Turísticos. In: Corrêa, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, P. 207-227, 2001.

CORRÊA, J. M.; CORRÊA, W. K.; GERARDI, L. H. O. A problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano – mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da Ilha de Santa Catarina. *Geografia*, Rio Claro, v.26(1): 37-58, abril 2001.

CORRÊA, R. L. C. Espaço: um conceito-chave para a geografia. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P.C.C. (Orgs). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

_____. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 2003.

COSTA, G. M. Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse? In: Anais ... ANPUR, VIII Encontro Nacional, UFRGS, 1999. CD-ROM

CUNHA, L. B. Região do Médio Vale do Paraíba, uma categoria para ser afirmada. Boletim de Economia Fluminense. Rio de Janeiro: CIDE. Ano II, n.5, 2000.

DAVIDOVICH, F. Um foco sobre o processo de urbanização do estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 48(3): 333-371, jul./set. 1986.

_____. Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial. Porto Alegre: UFRGS, 1999. CD-ROM. VIII Encontro Nacional da Ampur.

DUARTE, H. S. B. Estrutura urbana do estado do Rio de Janeiro – uma análise no tempo. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 43(4): 477-560, out./dez. 1981.

DUPAS, G. *Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DURKHEIM, E. *Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P.C.C. (Orgs). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995. P.207-238.

ELIAS, D. Globalização e Agricultura no Brasil. *GeoUERJ*. N.12, p.23-32, jul./dez. 2002.

_____. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. In: Anais ... X EGAL, São Paulo, USP, 2005. CD-ROM.

EVANGELISTA, H. A. *A Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

FERNANDES, A. C. Da reestruturação produtiva à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. In: *Espaço e Debates*. N. 41, Ano XVII, 2001, p. 26-45.

FERRARA, L. D. Do mundo como imagem à imagem do mundo. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.; SOUZA, M. A. A. (Orgs). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996 a, p.15-20.

FERREIRA, A. A noção de totalidade e o holograma sócio-espacial: uma contribuição teórico-metodológica. *GeoUERJ*. N.13. P.7-16. jan./jun. 2003.

FIRJAM e O GLOBO. *Seminários Revitalização Fluminense*. Disponível na internet: www.oglobo.com. Acessado entre setembro e outubro de 2004.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004.

_____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2004 b.

FOUREZ, G. *A Construção das Ciências*. São Paulo: UNESP, 1995.

FUSCO, F. M. O planejamento territorial como instrumento de desenvolvimento local: o Médio Vale do Paraíba Fluminense. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. *Revisitando o Território Fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003, p.61-84.

GALVÃO, M. C. C. O espaço agrário fluminense – estrutura e transformações. *Revista Geográfica*, Instituto Panamericano de Geografia e História, México, n. 105, p.119-131. jul./dez. 1987.

_____. As múltiplas facetas do espaço contemporâneo no Brasil. *A Geografia e as transformações globais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 101-116.

GAMA, A.; SANTOS, N. P. Tempo Livre, Lazer e Terciário. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, n.10, p.99-129. 1991.

GEIGER, P. P. *Estudos Rurais da Baixada Fluminense (1951-1953)*. CNG: Rio de Janeiro, 1956

_____. A urbanização brasileira nos contextos contemporâneos. In: GONÇALVES, M. F. *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, conflitos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, p.23-40.

GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GIULIANI, G. Neo-ruralismo: o novo estudo dos velhos modelos. *RBCS*. Out/90. p.59-67.

GOMES, R. O território na trajetória do pensamento geográfico. *Soc. Territ.*, Natal, v.13, n.2, p.19-24, 1999.

GOMES, P. C. C. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P.C.C. *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

_____. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.

GOTTDIENER, M. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: USP, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Nova economia, Belo Horizonte, n.1, v.7, p. 43-81, maio, 1997

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P.C.C. (Orgs). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

_____. Questões sobre a Pós-modernidade. *GeoUERJ*. n.2, p.7-22, jul.dez. 1997.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: *Território, territórios*. Niterói: UFF, 2002.

_____. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Anais ... X EGAL, São Paulo, USP, 2005. CD-ROM.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempo de globalização. *GeoUERJ*. n.5, p.7-19, jan.jun. 1999.

HARVEY, D. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2003. 349 p.

_____. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSAWM, E. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, O. *Teorias da Globalização*. São Paulo: Civilização Brasileira. 2001.

IBGE. SIDRA. Disponível na Internet. [Http://www.sidra.ibge.gov.Br/bda/](http://www.sidra.ibge.gov.Br/bda/). Acessado em 2004.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. IN: AGUIAR, Danilo R.; PINHO, J. B. (orgs.), *O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas*. São Paulo: Sober, v. 2, 1998. p. 555-566.

KAISER, B. *La Renaissance*. Paris: Armand Colin, 1990.

KUMAR, K. *Da Sociedade Pós-Industrial à Sociedade Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 258 p.

LACOSTE, Y. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra*. São Paulo: Papirus. 2003.

LAGES, V.; TEXEIRA, M. Transformações no espaço rural e a geografia rural: idéias para a discussão. *Ver Geografia*. SP, 14, 1997. p.9-33.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell. 1993.

_____. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis*. São Paulo: Record, 2001.

LIMONAD, E. Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense. Tese de doutorado, FAU/USP, São Paulo, 1996.

_____. Das hierarquias urbanas à cooperação entre lugares: a reestruturação produtiva e a formação de novas territorialidades no Sul Fluminense. In: Anais ... ANPUR, VIII Encontro Nacional, UFRGS, 1999. CD-ROM

LUCHIARI, M. T. D. P. Centros Históricos – Mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. In: Anais ... X EGAL, USP: São Paulo, 2005. CD-ROM.

MACEDO, S. S. Paisagem, turismo e litoral. In: *Turismo e Paisagem*. YÁZIGI, E (Org). São Paulo: Contexto. 2002.

MARAFON, G. J. Transformações no espaço agrário fluminense. In: Anais ... X EGAL, USP: São Paulo, 2005. CD-ROM.

MARICATO, E. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINE, G. A Trajetória da Modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, n. 23, Março, 1991.

MARTINS, J. S. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. p.11-38.

MASCARENHAS, G. J. O lugar e as redes: futebol e modernidade na cidade do Rio de Janeiro. IN: Marafon, G. J.; Ribeiro, M. F. Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

_____. Cenários contemporâneos da urbanização turística. *Caderno Virtual de Turismo*. N.14. Disponível na internet: www.ivt-rj.net/caderno/mascarenhas.pdfespaciais. Acessado em março de 2005.

MATTOS, R. B.; RIBEIRO, M. A. Territórios da Prostituição de Rua na Área Central do Rio de Janeiro. In: Ribeiro, M. A. *Território e Prostituição na Metrópole Carioca*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002, p. 89-112.

MELO, V. A. *Introdução ao Lazer*. São Paulo: Manole, 2003

MENDRAS, H. A cidade e o campo. In: *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Zahar. p.33-61.

MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. A difícil delimitação do urbano e do rural: alguns exemplos e implicações teóricas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22, 1987, p.83-99.

MIZUBUTI, S. O Processo de urbanização da Região Noroeste Fluminense (RJ) pelo viés do estudo da população. . In: Anais ... X EGAL, USP: São Paulo, 2005. CD-ROM.

MONIÉ, F.; RIO, G. A. P. Reestruturação produtiva no Norte Fluminense: o modelo petrolífero face ao território. In: Anais ... X EGAL, USP: São Paulo, 2005. CD-ROM.

MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, R. Uma análise crítica do modelo de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. In: Anais ... O Estado do Rio no Início do Século XXI: olhando para o futuro. UFF: Rio de Janeiro, 2001, p.127-132.

MOREIRA, R. Ruralidades e Globalizações: ensaiando uma interpretação. *CPDA Ruralidades*. N.11, 2002.

_____. *Identidades sociais em territórios rurais fluminenses*. Disponível na internet: <http://www.ruralidades.org.br/equipe/>. Acessado em novembro de 2004.

MORMONT, M. Vers une redéfinition du rural. *Recherches Sociologiques*. Vol XX, n.3, 1989, p.331-350.

NATAL, J. L. A. A Reiteração das Desigualdades Espaciais Fluminenses: os papéis atuais da inflexão econômica e das novas políticas governamentais. In: Anais ... ANPUR, VIII Encontro Nacional, UFRGS, 1999. CD-ROM

_____. A. *O estado do Rio de Janeiro no limiar do século XXI*. Relatório de Pesquisa. IPPUR, Rio de Janeiro, 2001.

NATAL, C. B. O turismo rural na região serrana fluminense: um estudo de caso – São Pedro da Serra. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. *Revisitando o Território Fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

NIETZSCHE, F. *Para além do bem e do mal*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

NIGRO, C. Da defesa do patrimônio ao turismo cultural. In: Anais ... X EGAL, USP: São Paulo, 2005. CD-ROM.

O GLOBO. *A Crise dos Trinta*. Publicado 13-05-2005.

OLIVEIRA, M. G. M.; QUINTANEIRO, T. Karl Marx. In: *Um Toque de Clássicos*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. P. 27-66.

OLIVEIRA, A. U. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1995.

OSÓRIO, R.; SIQUEIRA, D. O conceito de rural. ¿Una nueva ruralidade em América Latina? www.clasco.org.

PAULINO, S. As cidades e as serras: um olhar sobre a ambigüidade da relação rural e urbano. *Textos CPDA*. N. 17, 2000.

PENALVA SANTOS, A. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PENALVA SANTOS, A.; ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. *Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas: a experiência do período 1980-1996*. IPEA: Rio de Janeiro, 2000.

PEREIRA, R. R. Atividade olericultora e problemática ambiental: caminho à subordinação camponesa, estudo de caso da Região Serrana Fluminense. In: Anais ... X EGAL, USP: São Paulo, 2005. CD-ROM.

PÓVOA, H. Migrações, Redes Sociais e Dinâmica Demográfica no Rio de Janeiro. In: Anais ... O Estado do Rio no Início do Século XXI: olhando para o futuro. UFF: Rio de Janeiro, 2001, p.75-79.

PRADO Jr., C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1956.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. A indústria automobilística no Rio de Janeiro: relações de trabalho em um contexto de desenvolvimento regional. In: NABUCO, M. R.; NEVES, M. A.;

CARVALHO NETO, A. M. (Orgs). *Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo*. Rio de Janeiro: DP&A, P.83-104, 2004.

RAMIREZ, J. C. L. A Petrobrás e a gestão do espaço urbano em Macaé. In: Anais ... II Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio Claro: UEP, 1991, p.180-183.

RAMUZ, P. F. Os descaminhos do turismo na Ilha Grande. *GeoUERJ*, n.3, 1998.

RANDOLPH, R. Utopia burguesa ou revolução urbana. In: Anais ... XI ANPUR , Salvador, 2005. CD-ROM.

RIBEIRO, M. A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. IN: IN: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, 209 p.

_____. Tipologia das atividades turísticas: o exemplo do estado do Rio de Janeiro. *GeoUERJ*, n. 13, jan./jun. 2003

ROCHA, F. As discontinuidades da cidade: reflexões acerca do contato rural-urbano no Brasil. *Encontro Latino-americano de Geógrafos*. México, 2003. (CD-ROM).

RODRIGUES, A. A. B. Tempo Livre como objeto de Consumo e Lazer dirigido como Oportunidade de Manipulação. In: *Turismo e Espaço: Rumo a um Conhecimento Transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec. 1997.

_____. *Turismo rural*. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, A. E. Em algum lugar no passado: cultura e história na cidade do Rio de Janeiro. In: *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Dep. Cultural UERJ, 2002.

RUA, J. Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas Considerações Teóricas. IN: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001 a, 209 p.

_____. Urbanização em áreas rurais no estado do Rio de Janeiro. IN: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001 b, 209 p.

_____. *Globalização, desenvolvimento e espaço rural: algumas reflexões sobre o estado do Rio de Janeiro*. Mimeo. 2004.

_____. Desenvolvimento: em busca da regeneração de um conceito. In: Anais ... X EGAL, USP: São Paulo, 2005. CD-ROM.

RYDCZYNSKI, W. *Esperando o Fim de Semana*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAQUET, M. A. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: Anais ... X EGAL, USP: São Paulo, 2005. CD-ROM.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988, 124 p.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec. 1991.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.; SOUZA, M. A. A. (Orgs). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996 a, p.15-20.

_____. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel. 1996 b.

_____. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro, ano XIII, n.2, 1999, p. 15-26.

_____. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EdUSP, . 2002 a.

_____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: EdUSP, . 2002 b.

_____. *O País Distorcido*. São Paulo:Publifolha, 2002 c.

_____. *O espaço dividido*. São Paulo: EdUSP, 2004

SANTOS, C. P. Mudanças na relação cidade-campo no município de Itaperuna – RJ. In: Anais ... X EGAL, USP: São Paulo, 2005. CD-ROM.

SARACENO, E. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia. *Projeto Rurbano*, 1999.

SCHERER, R. Paisagem urbanística, urbanização pós-moderna e turismo. In: *Turismo e Paisagem*. YÁZIGI, E (Org). São Paulo: Contexto. 2002.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Poá: EdUFRGS, 2003. P.21-81.

SCHORSKE, C. A idéia de cidade no pensamento europeu de Voltaire a Spengler. In: Idem. *Pensando com a História*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SENNETT, R. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, J. L. F. Considerações sobre desenvolvimento territorial na região administrativa centro-sul fluminense – RJ. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. *Revisitando o Território Fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

SILVA, A. C. P. *Em busca do rural moderno no estado do Rio de Janeiro: projetos, estratégias e gestão do território, exemplificados no Norte e Noroeste Fluminense*. Tese de Doutorado. Geografia/USP, 2005.

SIMMEL, G. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, O. (Org). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 11-25, 1973.

SOJA, E. *Geografias Pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P.C.C. (Orgs). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995. p. 77-116.

SOUZA, J. L. A. M. Reestruturação do espaço agrário no município de Quissamã e a inserção de novas atividades agrícolas. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. *Revisitando o Território Fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

SPOSITO, E. S. *Geografia e Filosofia*. São Paulo: UNESP, 2004.

TURISRIO, *Descubra o estado do Rio de Janeiro*. Disponível na internet: www.turisrio.rj.gov.br/. Acessado entre setembro e outubro de 2004.

TURNOWSKI, S. A organização do espaço no estado do Rio de Janeiro: as áreas periurbanas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 26 (1): 82-95, jan./mar. 1992.

UMBELINO, L. F. A difusão da agricultura orgânica na região serrana do estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. *Revisitando o Território Fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

YÁZIGI, E. A importância da paisagem. In: *Turismo e Paisagem*. YÁZIGI, E (Org). São Paulo: Contexto. 2002.

VALVERDE, O. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

WANDERLEY, M. N. A Modernização dos comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil. *Idéias*, Campinas, 3(2): 25-54, jul./dez. 1996.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.17, 2001, p.5-32.

WILLIAMS, R. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

WIRTH, L. O Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. (Org). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 90-113, 1973.

VAINER, C. Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: Anais ... ANPUR, VIII Encontro Nacional, UFRGS, 1999. CD-ROM

_____. As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? ANPUR, Rio de Janeiro, 2001. CD-ROM.

VEIGA, J. E. O Brasil ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, 15 (43), 2001.

_____. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Editora Autores Associados: Campinas, 2002.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)